

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E REGULAÇÃO DE  
RECURSOS HÍDRICOS - PROFÁGUA**

**A PERCEPÇÃO DOS MEMBROS DOS COMITÊS BACIAS HIDROGRÁFICAS  
DOS RIOS JAURU E CABAÇAL NO ESTADO DE MATO GROSSO SOBRE A  
GOVERNANÇA DE RECURSOS HÍDRICOS.**

**INGRID LEITE DE OLIVEIRA**

**CÁCERES – MT**

**2020**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E REGULAÇÃO DE  
RECURSOS HÍDRICOS - PROFÁGUA**

**INGRID LEITE DE OLIVEIRA**

**A PERCEPÇÃO DOS MEMBROS DOS COMITÊS BACIAS HIDROGRÁFICAS  
DOS RIOS JAURU E CABAÇAL NO ESTADO DE MATO GROSSO SOBRE A  
GOVERNANÇA DE RECURSOS HÍDRICOS.**

Dissertação apresentada ao ProfÁgua como  
parte dos requisitos para a obtenção do título  
de Mestre em Gestão e Regulação de  
Recursos Hídricos – PROFÁGUA.

**Área de Concentração:** Regulação e Governança de Recursos Hídricos

**Linha de Pesquisa:** Segurança hídrica e usos múltiplos da água

**Orientadora:** Prof. Dr. Solange Kimie Ikeda Castrillon

**CÁCERES – MT**

**2020**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

- |      |   |
|------|---|
| O48a | <p>OLIVEIRA, Ingrid Leite de.</p> <p>A Percepção dos Membros dos Comitês Bacias Hidrográficas dos Rios Jauru e Cabaçal no Estado de Mato Grosso Sobre a Governança de Recursos Hídricos / Ingrid Leite de Oliveira - Cuiabá, 2020.</p> <p>162 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso<br/>(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal Cuiabá e Cidade Universitária Celso Campus Univers. de Cáceres., Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.</p> <p>Orientador: Solange Kimie Ikeda Castrillon</p> <p>1. Participação Social. 2. Conflitos pelo Uso da Água. 3. Múltiplos Usos. 4. Gestão de Recursos Hídricos. 5. Sustentabilidade. I. Ingrid Leite de Oliveira. II. A Percepção dos Membros dos Comitês Bacias Hidrográficas dos Rios Jauru e Cabaçal no Estado de Mato Grosso Sobre a Governança de Recursos Hídricos: .</p> <p>CDU 556</p> |
|------|---|

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A PERCEPÇÃO DOS MEMBROS DOS COMITÊS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS JAURU E CABAÇAL NO ESTADO DE MATO GROSSO SOBRE A GOVERNANÇA DE RECURSOS HÍDRICOS.**

**AUTORA: INGRID LEITE DE OLIVEIRA**

**ORIENTADORA: SOLANGE IKEDA KIMIE IKEDA CASTRILLON**

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – PROFÁGUA.

Área de Concentração: Regulação e Governança de Recursos Hídricos  
Linha de Pesquisa: Segurança hídrica e usos múltiplos da água.

**Comissão Julgadora:**

---

Profª. Dra. Solange Kimie Ikeda Castrillon  
Orientadora

---

Prof. Dra. Solange Ap. Arrolho da Silva  
Examinador

---

Prof. Dra. Fatima Aparecida da Silva Iocca  
Examinador

---

Prof. Dr. Angelo José Rodrigues Lima  
Examinador

**Cáceres, 14 de outubro de 2020.**

## **DEDICATORIA**

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que dedicam suas vidas para o bem comum, pela defesa da água, pela defesa da vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – Prof. Água.

A Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

Ao Projeto CAPES/ANA AUXPE N°. 2717/2015, pelo apoio técnico científico aportado o momento com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Instituto Gaia pela oportunidade e crescimento profissional durante esta caminhada.

A minha orientadora Professora Solange Kimie Ikeda Castrillon pela orientação, confiança, ensinamentos e vivências motivadoras para o bem coletivo.

Ao Professor e amigo Clovis Vailant por todas as conversas instigadoras.

Aos colegas da graduação e pós graduação parte do grupo de pesquisa do laboratório Educare/UNEMAT pelos trabalhos compartilhados que de alguma maneira demonstraram a importância deste trabalho para o cuidado com as águas.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – Prof. Água: Fátima Iocca, Solange Arrolho, Wilkinson Lopes, Francisco Liedo, Amintas Nazareth, Tadeu Queiroz, Adley Bergson, Claumir Muniz que oportunizaram o debate sobre a água durante o curso.

A Raquel e Mayara pelo apoio nos trâmites da secretaria do Prog. Água.

Aos colegas de turma que em meio a muitos debates e almoços compartilhados as experiências só se fortaleceram, quanto a possibilidade de olhar da vista de um outro ponto o ponto de vista, em especial a Fernanda que me acolheu no 1º dia, ao Marcos pelas longas conversas e carona até Cuiabá, a Bethânia por deixar tudo tão leve, ao Wackson por valorizar cada vírgula sobre percepção e altas aulas pela madrugada durante as disciplinas, ao Vinícius por todo apoio e por acreditar nas minhas loucuras, juntos até o fim.

A Maristela Guimarães por todo incentivo desde o retorno e incentivo as leituras.

A minha família pelo carinho e cuidado e apoio, sem eles nada seria possível.

A Cristina pelas longas conversas por compartilhar as minhas dúvidas e incertezas.

A equipe do Gaia Wisllene, Gabriel, Cida, Joicy, Uirandir, Bruna, Prof. Joao Ivo, Prof, José Ricardo, Claudia, Juraci e todos os outros colegas pela compreensão e pelas alegrias compartilhadas durante esses dois anos.

*Das entranhas eu sou encruzilhadas....  
Da terra preta, do sagrado,  
Do pé preto, mulher calcanhar rachado, mão traçada de calo.  
Das entranhas eu sou encruzilhadas  
Chibata de ferro minha língua navalha,  
Ira de lágrimas Kawô  
Fogo nas águas Xangô  
Maré crespa preta Maré  
Ira vira Kawô  
Fogo nas águas Xangô  
Maré.  
Deise Fatuma,  
Maré Kawô pela voz de Marielle Franco*

## RESUMO

OLIVEIRA, I. L. de. **Governança de Recursos Hídricos A Percepção dos Membros dos Comitês Bacias Hidrográficas dos Rios Jauru e Cabaçal no Estado de Mato Grosso Sobre a Governança de Recursos Hídricos**. 2020 162p. Dissertação de Mestrado em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfªÁgua) – Universidade Do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2020.

Os comitês de bacias hidrográficas (CBHs) são as unidades de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos parte do sistema nacional de gestão de recursos hídricos mais próximas dos territórios, os atores sociais parte dele, vivenciam todas as transformações e impactos causadas pelo uso da terra e da água. O presente trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos membros Comitês de bacias hidrográficas (CBHs) do Rio Cabaçal-MT e do Rio Jauru-MT quantos as práticas e os processos de governança desenvolvidas e identificar os atores sociais e instituições presentes nos CBHs. Foi realizada uma revisão sobre as políticas de recursos hídricos nacional e estadual, sobre a teoria de governança, a teoria de atores sociais e sobre os múltiplos usos da água. O procedimento metodológico utilizado na pesquisa foi do tipo qualitativa, de caráter exploratório e participativo. Para analisar as percepções foram realizadas entrevistas com os grupos sociais presentes nos comitês com perguntas sobre os mecanismos de governança, também as atas e documentos produzidos pelos CBHs. De acordo com os resultados obtidos os entrevistados percebem a urgência em recuperar e reflorestar as nascentes, devido a conexão qualidade ambiental e disponibilidade da água. Também os conflitos na bacia, provocados pelo modelo de desenvolvimento econômico, a pouca comunicação com outros atores sociais nas bacias e por fim as ações dos CBHs são verticalizadas, determinadas pelo órgão gestor, assim as demandas e necessidades, de interesse da bacia hidrográfica, ainda não são determinadas pelos atores sociais presentes no comitê. Portanto há lacunas nos processos de governança desenvolvidos nos CBHs do Rio Cabaçal-MT e do Rio Jauru-MT.

Palavras - chave: Participação social, conflitos pelo uso da água, múltiplos usos, gestão de recursos hídricos, sustentabilidade.



## **ABSTRACT**

**OLIVEIRA, I. L de. Governance of Water Resources The Perception of the Members of the Hydrographic Basin Committees of the Jauru and Cabaçal Rivers in the State of Mato Grosso on the Governance of Water Resources. 2020 162p. Master's Dissertation in Water Resources Management and Regulation (ProfÁgua) - University of the State of Mato Grosso, Cáceres, 2020.**

The hydrographic basin committees (CBHs) are the water resources planning and management units part of the national water resources management system closest to the territories, the social actors part of it, experience all the transformations and impacts caused by land use and from water. The present work aims to analyze the perception of the members of River Basin Committees (CBHs) of the Cabaçal-MT and Rio Jauru-MT regarding the governance practices and processes developed and to identify the social actors and institutions present in the CBHs. A review was carried out on national and state water resources policies, on governance theory, the theory of social actors and on the multiple uses of water. The methodological procedure used in the research was qualitative, exploratory and participatory. To analyze the perceptions, interviews were conducted with the social groups present on the committees with questions about the governance mechanisms, also the minutes and documents produced by the CBHs. According to the results obtained, the interviewees perceive the urgency to recover and reforest the springs, due to the connection between environmental quality and water availability. Also the conflicts in the basin, caused by the economic development model, the little communication with other social actors in the basins and finally the actions of the CBHs are vertical, determined by the managing agency, thus the demands and needs, of interest to the hydrographic basin, do not they are neither determined nor developed by the social actors present in the committee. Therefore, there are gaps in the governance processes developed in the CBHs of Rio Cabaçal-MT and Rio Jauru-MT.

**Keywords:** Social participation, conflicts over the use of water, multiple uses, management of water resources, sustainability.

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1</b> - Estrutura organizacional Superintendência de Recursos hídricos MT .....	25
<b>Figura 2</b> - Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos em Mato Grosso .....	26
<b>Figura 3</b> - Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Jauru e Rio Cabaçal .....	36

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Lista dos entrevistados por nome fictício .....	40
<b>Tabela 2:</b> Instituições que compõem o CBH Rio Cabaçal (Gestão 2019 a 2021). ....	42
<b>Tabela 3:</b> Instituições que compõem o CBH Rio Jauru (Gestão 2018- 2020). ....	47

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> - Comitês de Bacias hidrográficas instituídos em Mato Grosso .....	27
--	----

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ANA – Agência Nacional das Águas

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

CEHIDRO – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNARH – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CT – Câmaras Técnicas

ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas

FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos

FEMA – Fundo Estadual de Meio Ambiente

ICMBio – Instituto Chico Mendes

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SIAGAS – Sistema de Informações de Águas Subterrâneas

SIMLAM – Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental de Mato Grosso

SINGREH – Sistema Nacional de Recursos Hídricos

SURH – Superintendência de Recursos Hídricos

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UHE – Usina Hidrelétrica

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>18</b>
2.1 Importância da água para os múltiplos usos .....	18
2.2 Política de Recursos Hídricos .....	20
2.3 Política de Recursos Hídricos no estado de Mato Grosso .....	22
2.4 Comitês de Bacias Hidrográficas de Mato Grosso .....	27
2.5 Governanças de Recursos Hídricos .....	30
2.6 Atores Sociais .....	33
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....</b>	<b>35</b>
3.1 Área de Estudo.....	35
3.2 Caracterização da área de estudo .....	35
3.4 Estratégia da pesquisa .....	37
3.5 Coleta de dados.....	37
3.6 Tratamento e análise .....	40
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>41</b>
4.1 Análise Documental.....	41
4.2 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal .....	41
4.3 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru .....	47
<b>5 A PERCEPÇÃO DA GOVERNANÇA NOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS RIO CABAÇAL-MT E RIO JAURU-MT .....</b>	<b>53</b>
5.5 Papel dos comitês de bacia hidrográfica do Rio Cabaçal e Rio Jauru.....	54
5.6 Estrutura regulatória.....	60
5.7 Atitude .....	70
5.9 Comunicação Mobilização e articulação, para compreensão do processo participativo nos CBHs a governança dos recursos hídricos. ....	91
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>7 RELATÓRIO TÉCNICO PARA A GOVERNANÇA NOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS RIO CABAÇAL-MT RIO E RIO JAURU-MT. ..</b>	<b>109</b>
2.4 Comitês de Bacias Hidrográficas de Mato Grosso .....	123
2.6 Atores Sociais .....	129
3.1 Área de Estudo.....	131
3.2 Caracterização da área de estudo .....	131
3.4 Estratégia da pesquisa .....	132

3.5 Coleta de dados.....	133
3.6 Tratamento e análise .....	136
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>137</b>
4.1 Análise Documental.....	137
4.2 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal .....	137
4.3 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru .....	143
<b>ANEXOS.....</b>	<b>159</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O aumento da demanda por água nos processos de produção industrial, na agropecuária e para uso diário acende um alerta, se consideramos as proporções de água doce disponíveis, cerca de apenas 0,3% é considerada acessível (SHIKLOMANOV, 1993), quantidade suficiente para justificar a obrigação do ser humano em repensar suas práticas para uso da água.

A disponibilidade da água e a demanda no Brasil não são homogêneas, como se verificou, havendo uma pressão excessiva para os múltiplos usos e grandes impactos nas águas superficiais e subterrâneas em várias regiões (TUNDISI & TUNDISI, 2020). A importância dos recursos hídricos para além do desenvolvimento econômico, também se faz importante nas diferentes esferas, ambiental, cultural e social.

Com o avanço da agricultura combinada com o grande número de empreendimentos hidrelétricos a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai passa por degradações como o desmate das nascentes, impactos que vem causando o aparecimento de voçorocas, assoreamento dos rios, afetando diretamente e toda biodiversidade no Pantanal, e o próprio sistema de áreas úmidas (SILVA 2015).

As áreas úmidas como o Pantanal são consideradas áreas de transição entre ambientes aquáticos e terrestres, influenciadas pelo pulso de inundação que ocorrem periodicamente (JUNK 1999). Esta dinâmica resulta em condições que permitem um ambiente capaz de abrigar uma diversidade da fauna e da flora, atualmente ameaçados ocasionando conflitos pelo uso da água. Nesse sentido é necessário a gestão e regulação integrada dos recursos hídricos, de maneira justa, para que a água possa estar disponível para o ambiente, assim como o consumo humano, seguida pelos setores produtivos, sem que haja sobreposição de interesses.

Os Comitês de bacias hidrográficas possibilitam a compatibilização dos usos múltiplos em bacias hidrográficas, pois é parte da premissa da gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, onde os atores sociais presentes na bacia hidrográficas podem atuar na tomada de decisão dos recursos hídricos.

É necessário o diálogo conjunto de todos os setores presentes na bacia hidrográfica, para melhor gerenciar os recursos hídricos de forma equitativa, atendendo os diferentes interesses (JACOBI; BARBI, 2007; EMPINOTTI; JACOBI; FRACALANZA, 2016; TRINDADE, 2019)



Portanto, garantir acesso à água para atender aos diferentes interesses requer medidas que vão desde o diálogo até a implementação e regulação de normas, a este processo chamamos de gestão de recursos hídricos. Corroborando a esta perspectiva JACOBI *ET AL.*, (2015) destacam que a mediação entre os interesses ocorre mediante ao diálogo, considerando as expectativas, perspectivas de desenvolvimento e implementação de projetos e formulação de políticas públicas nas tomadas de decisão.

Nesta perspectiva, cabe ao Estado o papel de liderar o processo de resolução dos problemas da coletividade, mas deve fazê-lo a partir da interação com a sociedade. No âmbito dos recursos hídricos, a governança é necessária para a consolidação e efetividade dos instrumentos regulatórios, para alcançar os objetivos pretendidos em lei.

Dada a importância da governança, esta pode ser definida como o conjunto de aspectos políticos, sociais, econômicos e administrativos para desenvolver e gerenciar os recursos hídricos. Salienta-se que esta governança não envolve somente gestão hídrica, mas também tópicos relacionados ao saneamento básico, saúde, ordenamento do solo e preservação de recursos ambientais (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2011).

Segundo Jacobi e Barbi (2007) tratando dos desafios e perspectivas da governança dos recursos hídricos no Brasil, não basta apenas assegurar à população o direito de participar da gestão dos recursos naturais, há de se ter mecanismos de governança destinados a viabilizar a participação cidadã.

Desse modo, um dos desafios da governança dos recursos hídricos é, tornar os comitês de bacias hidrográficas efetivos, assim, pesquisar e entender as práticas governança dos comitês, surge como um desafio em relação a tomadas de decisão coletiva considerando os diversos e diferentes interesses relacionados ao múltiplo uso da água nas bacias hidrográficas.

Para Tuan (2012) a percepção é uma atividade na qual certos fenômenos são claramente registrados, de grande importância pois retrata como o sujeito se vivencia e constrói sua realidade, ligadas diretamente ou indiretamente aos interesses e necessidades das pessoas.

O estudo da percepção nos permite compreender as relações dos indivíduos com o meio em que estão inseridos. Compreender como se dá participação nos CBHs dos e suas relações com os outros entes do sistema nacional de recursos hídricos permite entender os níveis de interação entre os setores que formam o sistema, como vem sendo gerenciada os recursos hídricos incluindo fragilidades e potencialidades, bem como contribuir para reflexão e possíveis mudanças nos comitês (BANDEIRA, 1999;

REBOUÇAS; FILARDI; VIEIRA, 2006; WOLFMAN, 2013; MARTINS, 2015 WOLFMAN et al., 2016; BARBOSA, 2019;; RIBEIRO, P. E. A. M.; HORA, 2019).

Neste contexto e diante dos aspectos relativos à gestão e governança recursos hídricos, o objetivo deste trabalho foi analisar a percepção dos membros dos comitês de bacias hidrográficas, do Rio Cabaçal-MT e do Rio Jauru-MT, quanto as práticas e processos de governança de recursos hídricos nos comitês. O resultado desta pesquisa foi a elaboração do relatório técnico para a governança nos CBHs Rio Cabaçal-MT Rio Jauru-MT, construída a partir da identificação das dificuldades, fragilidades e desafios apresentados pelo comitê, tendo como base a diversidade das representações visando a efetivação das práticas governança.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2. 1 Importância da água para os múltiplos usos**

Presente em quase todos os processos vitais para os seres vivos, também na agroindústria, o tema recurso hídrico ganha cada vez mais notoriedade, atribuída aos diferentes interesses e relações estabelecidas com a água (TUNDISI; -TUNDISI, 2020).

A importância da água é inquestionável nos processos vitais de sobrevivência das espécies, como na natureza, constituindo ecossistemas, como por exemplo o Pantanal, na bacia do rio Paraguai, onde a dinâmica das águas controlada pelo pulso de inundação regula a diversidade de espécies animais e vegetais adaptadas aos ciclos de secas e cheias no Pantanal (JUNK 1999).

Esta importância mais que relacionada a natureza, exerce influência na saúde, economia, cultura e qualidade de vida. Do ponto de vista cultural a água também exerce um papel importante fazendo parte da construção e crescimento das civilizações (SOUZA et al., 2014). Em diversas culturas a água é tratada como sagrada, para povos e comunidades tradicionais e indígenas, a água é parte de rituais, até mesmo parte associada como parte da vida, do sagrado (TIRIBA; FISCHER, 2015). Para TUNDISI & MATSUMURA (2010) o valor paisagístico de rios lagos e represas também deve ser considerado.

O conjunto de atividades em que se utilizam recursos hídricos superficiais e subterrâneos também pode ser assim descrito como múltiplos usos, vão desde o uso para abastecimento público, usos industriais diversificados, hidroeletricidade recreação

turismo, agricultura mineração, aquacultura, transporte e navegação, usos estéticos(TUNDISI, TUNDISI, 2020).

Quando se trata de múltiplos usos também deve-se considerar os interesses relacionados conservação e a disponibilidade para os outros seres vivos que também dependem da água (SOUZA & MACHADO 2018).

De modo generalizado, no uso múltiplo da água os dois maiores problemas são: a poluição dos rios e represas por esgotos domésticos e industriais; e a má gestão da água. A ausência de planejamento de uso das águas superficiais e subterrâneas têm levado diversos Estados brasileiros a crise hídrica e conflitos entre os múltiplos usos (MASCARENHAS, 2008;WOLFMAN et al., 2016; FRACALANZA; JACOB; EÇA, 2013; TUNDISI, TUNDISI, 2020).

Nesse contexto diversos estudos têm demonstrado os conflitos decorrentes dos diferentes interesses sobretudo o uso econômico, situação que justifica e incentiva a necessidade de gestão dos recursos hídricos ( SOARES, 2008; WOLFMAN et al., 2016; BORDALO, et al., 2016; COELHO; PAIVA; FREITAS, 2019;).

A disponibilidade da água está sujeita as diferentes finalidades, garantir a qualidade da água torna-se um desafio, assim cada uso da água deve ter normas próprias. Mas são necessárias normas gerais que regulamentem as suas inter-relações e estabeleçam prioridades e regras para solução dos conflitos entre os usuários (SETTI, 2000).

De acordo com a Lei das Águas o uso múltiplo deve ser garantido pela gestão integrada, de maneira que todos os setores usuários tenham igualdade de acesso, portanto deve-se considerar a água disponível em quantidade e qualidade que atendam os múltiplos usos, seja cultural, social, ambiental e econômico.

É nas bacias hidrográficas em que os atores sociais estão inseridos e onde acontece a interação socio econômica devido a ocupação territorial, onde os interesses para os múltiplos usos irão acontecer. Assim os comitês de bacia representam um espaço para solução de conflitos e estabelecimento de regras para os usos da água na bacia (ANA, 2011).

Zakrzewski (2007) afirma que para enfrentar problemas como poluição, escassez e conflitos pelo uso da água, foi preciso reconhecer a bacia hidrográfica como um sistema ecológico que abrange todos os organismos que funcionam em conjunto numa dada área.

As crises hídricas são potenciais causadoras de conflitos pelo uso da água. Há uma disputa cega pela água entre os principais setores usuários: irrigação, abastecimento público, indústria e setor hidrelétrico (ROCHA, 2003).

## **2.2 Política de Recursos Hídricos**

A disputa pela água e a necessidade de mediar ou prever conflitos e situações de escassez fez impulsionar a criação de medidas asseguradas em lei para mitigar confrontos e danos, principalmente para diminuir o uso indiscriminado dos recursos hídricos de modo a garantir acesso a todos os diferentes grupos que utilizam da água, principalmente regular os múltiplos usos.

A relevância do tema é tamanha que a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o período de 2005 a 2015 como a “Década Internacional para a Ação Água para a vida”. Da mesma forma, instrumentos internacionais contemplaram o assunto, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos da Água (FERREIRA, 2011).

Alcançar o acesso universal aos serviços essenciais de água e esgoto é um projeto político inclusivo, que, por definição, não pode ser alcançado por meio de políticas excludentes, tais como a mercantilização da água e dos serviços relacionados a ela (CASTRO, 2016).

Do mesmo modo os Objetivos de desenvolvimento Sustentável em seu sexto objetivo traduzem a necessidade de governança participativa da água: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Portanto este objetivo e suas respectivas metas, contemplam a defesa e mudança de hábitos para uso e distribuição e valorização dos recursos hídricos.

No Brasil torna-se cada vez mais evidente a necessidade de gestão dos recursos hídricos, na Constituição Federal de 1988 a água é caracterizada como um bem público, mas sob a tutela da União e dos Estados em que a gestão passa a ser compartilhada.

Na sequência o Sistema nacional de gerenciamento de Recursos Hídricos criado também pela Constituição Federal de 1988 tem como objetivo, coordenar a gestão integrada das águas e implementar a política nacional de recursos hídricos, assim as águas são além de bem de domínio público, passa a ser dotada de valor econômico.

Mais robusta, a Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997 ou Lei das Águas, institui a política nacional de recursos hídricos, também o Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SINGREH), cuja estrutura estabelece fundamentos detalhados para regulação,

incorporada de instrumentos para atender as diferentes dimensões referentes aos recursos hídricos.

Na Lei das Águas são estabelecidas normativas e estruturas para fortalecer a gestão integrada e descentralizada dos recursos hídricos, dentre os princípios básicos destaca-se: a adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento, o princípio dos usos múltiplos da água em que todas as categorias de usuários tem igualdade de condições de acesso a água. A necessidade de conservação visto que a água é um bem finito e vulnerável, seu reconhecimento como valor econômico como base para instituição de cobrança e uso racional.

Visando auxiliar a gestão dos recursos hídricos a Lei das Águas estabelece a normatização dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos sendo: sistema de informação, plano de recursos hídricos, outorga, cobrança e o enquadramento (BRASIL, 1997).

Também constituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), formado por um conjunto de órgãos e colegiados incluindo os comitês de bacias hidrográficas, cujo objetivo, o planejamento, a regulação controle e preservação e recuperação de recursos hídricos, de modo a implementar a política nacional de recursos hídricos.

Em 2019 a Agência Nacional das Águas (ANA) e toda estrutura de recursos hídricos migrou do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), esta passa a ser responsável pela política nacional de recursos hídricos, segurança hídrica e saneamento.

De acordo com a Lei das Águas a criação dos comitês de bacias hidrográficas atende a modalidade e de gestão descentralizada e participativa, **por se tratar de interesse público estão inseridos** a representação dos três setores, o governo nas esferas nacional que inclui a presença do governo federal nos casos de comitês de rios de domínio da união, estadual e municipal, da sociedade civil e dos usuários da água.

Estes setores passam a integrar o sistema para tomada de decisão sobre uso dos recursos hídricos por meio da formação do colegiado de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH), portanto a instância assume a responsabilidade de gerenciar a água para o território.

As características e interesses distintos relacionados a água alinhados a necessidade de compatibilização dos múltiplos usos, torna essencial a presença dos comitês de bacia, assim como estrutura para o funcionamento dos CBHs. Abrangendo

desde informações detalhadas sobre a qualidade e quantidade de recurso hídrico na bacia, até habilidades de formação as pessoas que compõem os comitês. Processos que permitirão o conhecimento das especificidades das bacias hidrográficas assim como os a participação dos diferentes atores sociais nela presentes, o que tornará possível a tomada de decisão voltada aos interesses do coletivo presente na bacia hidrográfica (JACOBI, 2006; JACOBI; BARBI, 2007; REBOUÇAS; FILARDI; VIEIRA, 2006; STRAUCH JULIANE ALTMANN BERWIG, 2017).

### **2.3 Política de Recursos Hídricos no estado de Mato Grosso**

Em relação a Lei 9.433/97, Mato Grosso foi um dos primeiros estados do país a instituir a política estadual de recursos hídricos, 05 de novembro de 1997 foi publicada pelo governo do estado de Mato Grosso a Lei nº6.945, apresentando os princípios e instrumentos para gestão dos recursos hídricos com base na lei nacional de recursos hídricos, estabelecidos por meio do Sistema de Gerenciamento e Plano Estadual dos Recursos Hídricos. Em 20 de março de 2020 a lei foi substituída pela Lei Nº 11088/2020 mantendo os preceitos estruturais, alterando alguns pontos que serão apresentados mais adiante.

No artigo 1º a Lei nº11088/2020 dispõe das funções a água em seu papel natural, social e econômica, fundamento que torna evidente a importância da preservação da dinâmica dos recursos hídricos como fator determinante para manutenção das características socioambientais, o que possibilita a utilização dos recursos hídricos para outras finalidades.

Na referida lei dos princípios estabelecidos estão os usos múltiplos em que todos os tipos de uso terão acesso aos recursos hídricos, devendo a prioridade de uso obedecer a critérios sociais, ambientais, e econômicos a ordem de prioridade para usos múltiplos reforça a necessidade de um olhar integrado para definição de planos de ação.

Desse modo, o princípio que estabelece a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos, possibilita que as variáveis necessárias para gestão de recursos hídricos, sejam baseadas especificamente para as necessidades daquele espaço territorial.

Cabe ressaltar que os princípios contemplados pela lei que envolve inter-relacionam e dialogam com os entes e atores sociais das bacias hidrográficas, por meio

da regulação e tomada de decisão conjunta, sendo significativos para o processo de governança.

Para tal, a lei 6.945/97 substituída pela lei nº 11088/2020 contempla de acordo com as Lei das Águas os instrumentos de gestão de recursos hídricos sendo: Plano estadual de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, a outorga dos direitos de usos dos recursos hídricos, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e por fim o Sistema de informação de recursos hídricos.

O Plano Estadual de Recursos hídricos (PERH) como um dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, foi aprovado pela Resolução Nº26 de 02 de junho de 2009, que estrutura, estabelece referências e orienta o gerenciamento dos recursos hídricos.

O PERH traz um diagnóstico que apresenta a situação dos recursos hídricos do estado, um prognóstico baseado em três cenários alternativos, que o documento chama de desempenho de economia alternativa e seus reflexos sobre a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos, para finalizar o plano apresenta um projeto com vistas ao diagnóstico elaborado da visão de futuro que reúne programas cuja as diretrizes também seguem o PNRH :

- a) Diretriz I: Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos;
- b) Diretriz II: Desenvolvimento Legal e Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos;
- c) Diretriz III: Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação;
- d) Diretriz IV: Articulação Institucional de Interesse à Gestão de Recursos Hídricos

(PERH 2009)

O plano menciona a importância dos recursos hídricos para sustentabilidade do agronegócio e da cadeia produtiva econômica no estado de Mato Grosso e da necessidade de adoção de práticas ambientalmente sustentáveis para conservação da água e solo, não apenas para preservação da natureza de acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA 2009).

A outorga do direito de uso da água é regulamentada pelo decreto Nº 336/2007 e pela instrução normativa SEMA Nº 5 de 22/08/2007, que estabelece critérios, diretrizes e procedimentos administrativos e técnicos a serem adotadas para os processos de outorga

para implementação, ampliação e alteração de projeto de qualquer empreendimento que demande a utilização de recursos hídricos estado de Mato Grosso, visando garantia os direitos de acesso á água bem como o sobre o controle nos aspectos qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos.

Sobre o sistema de informação de recursos hídricos de Mato Grosso a SEMA não um sistema de base que contemple toda estrutura de gestão e regulação e análise dados hidrológicos. De acordo com o Relatório (2019) da SEMA a gestão da informação sobre recursos hídricos do Estado é realizada por meio de bancos de dados nacionais interligados. As fontes utilizadas são: o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH), o sistema de telemetria e o Portal Hidroweb, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS), pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). A SEMA atualiza as informações em parceria, onde disponibiliza os dados pelo Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental de Mato Grosso (SIMLAM/MT), onde se encontra o sistema SIMLAM Hidro, utilizado para análise e cadastramento de processos de outorga.

Os demais instrumentos previstos, o enquadramento dos corpos de água em classe e a cobrança pelo uso da água, ainda não foram implementados.

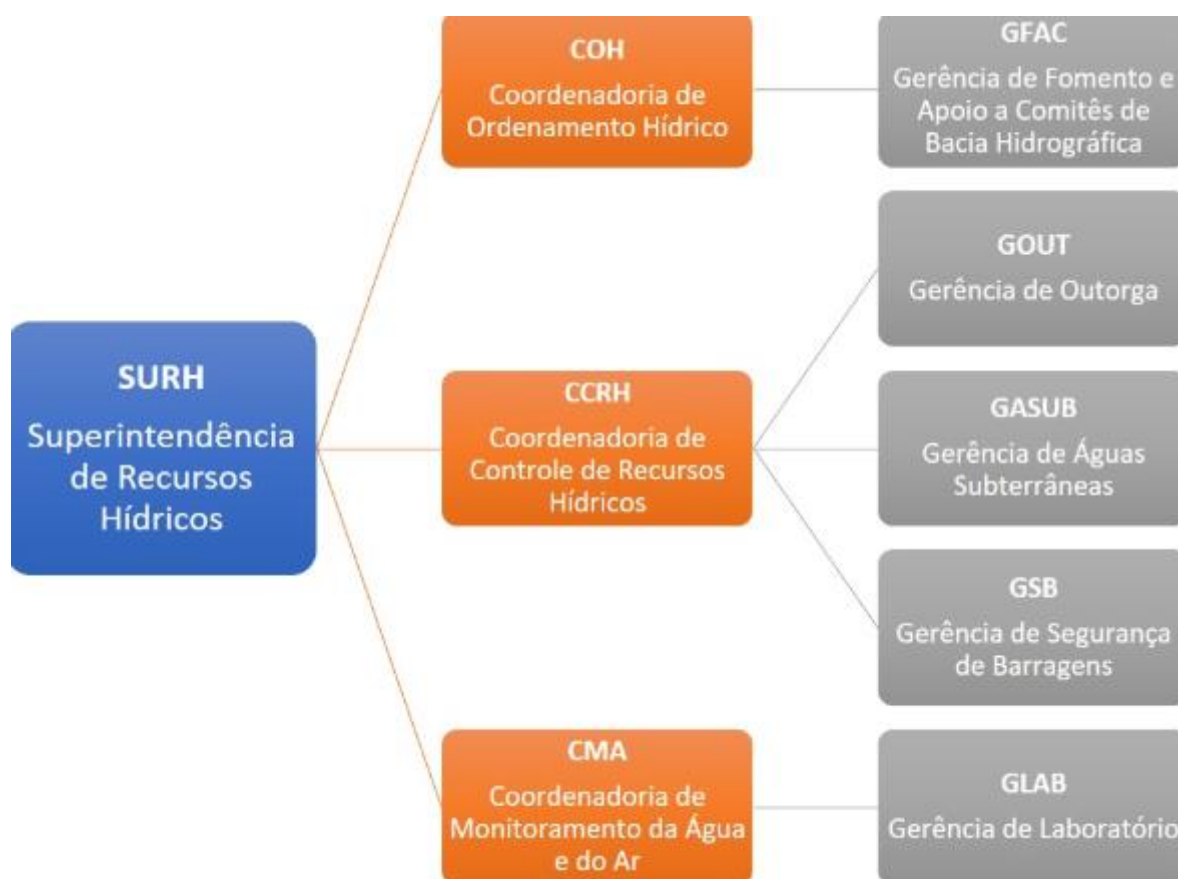
Na composição do Sistema Estadual de Recursos Hídricos tem-se a SEMA como órgão gestor ao qual atuam por meio da Superintendência de Recursos Hídricos (SURH), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO) e os Comitês de Bacias Hidrográficas.

O órgão gestor SEMA, que por meio da Superintendência de Recursos Hídricos (SURH) é o responsável pela estrutura institucional de recursos hídricos do estado. Superintendência de Recursos Hídricos tem como finalidade assegurar a oferta de recursos hídricos em quantidade e qualidade em toda bacia hidrográfica do estado de Mato Grosso, com vistas a promoção da gestão integrada, descentralizada e participativa. A superintendência é formada (Figura 01) pela Coordenadoria de Ordenamento Hídrico ao qual encontra a de gerência de Fomento e Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas responsável pela coordenação e funcionamento os CBHs, a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos que abriga a Gerência de Outorga, a Gerência de Águas Subterrâneas, a Gerência de Segurança de Barragens e a Coordenadoria de Monitoramento da Água e do Ar, responsável pelo gerenciamento das estrutura de sistematização e monitoramento laboratoriais de recursos hídricos.



O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO) de funções normativas e deliberativas e consultivas de implementação e acompanhamento da PERH e os Comitês de Bacias Hidrográficas funções normativas e deliberativas e consultivas de implementação e acompanhamento da PERH.

**Figura 1** - Estrutura organizacional Superintendência de Recursos hídricos MT



Fonte: Superintendência de Recursos hídricos MT – 2019.

O CEHIDRO é um órgão colegiado parte do sistema estadual de recursos hídricos, sua composição se dá pela paridade entre os representantes, de acordo com o art. 2º do Decreto Estadual nº 316/2015, alterado pelos Decretos nº 597/2016 e nº 1.163/2017, do poder público com 15 representantes de órgãos e instituições, 15 representantes da sociedade civil organizada e 15 representantes dos usuários da água, cabe a esta instância as funções normativas, consultivas e deliberativas no âmbito da política estadual de recursos hídricos.

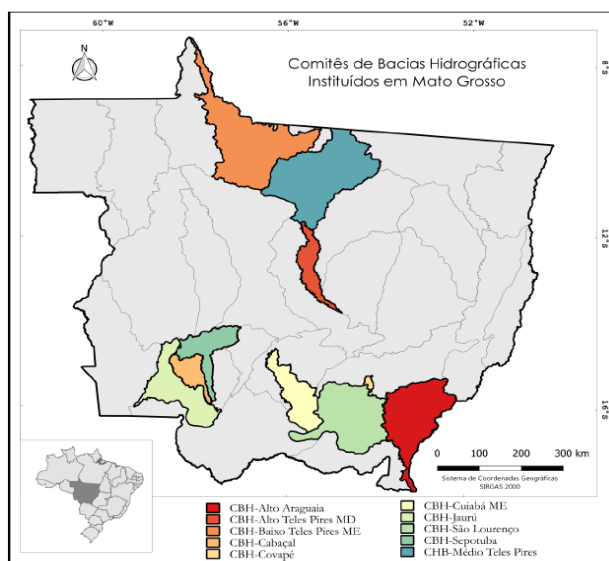
Os Comitês de Bacia Hidrográficas (CBHs) são também instâncias colegiadas formadas por representantes do poder público e da sociedade civil e dos usuários da água,

responsáveis pela gestão dos recursos hídricos da unidade territorial da bacia hidrográfica em rios de domínio do estado. De acordo com a Lei estadual de recursos hídricos os CBHs têm como função:

- I – promover os estudos e a discussão dos planos que poderão ser executados na área da bacia, oferecendo-os como sugestão a Fundação Estadual do Meio Ambiente;
- II – promover ações de entendimento, cooperação, fiscalização e eventual conciliação entre usuários pelo uso da água da bacia;
- III – propor à FEMA ações imediatas quando ocorrerem, situações críticas;
- IV – elaborar seu regimento interno e submetê-lo a aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
- V – articular-se com comitês de bacias próximas para solução de problemas relativos a águas subterrâneas de formações hidrogeológicas comuns a essas bacias;
- VI – contribuir com sugestões e alternativas para a aplicação da parcela regional dos recursos arrecadados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos na região hidrográfica;
- VII – sugerir critérios de utilização da água e contribuir na definição dos objetivos de qualidade para os corpos de água da região hidrográfica;
- VIII – examinar o relatório técnico anual sobre a situação dos recursos hídricos na região hidrográfica;
- IX - exercer as atribuições que lhes forem delegadas pela FEMA.

Atualmente Mato Grosso conta com 10 (Figura 02) comitês de bacias hidrográficas, regulamentados por meio da resolução N° 04/2006 que trata da criação dos comitês de bacias hidrográficas e 01 em andamento para implantação CBH Alto Paraguai Superior.

**Figura 2 - Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos em Mato Grosso**



Fonte: Superintendência de Recursos Hídricos, SEMA/MT - 2019

Com relação a composição dos CBHs, de acordo com o artigo 22 da lei Nº69.45/97, também deve ser paritária entre os representantes do poder público e da sociedade civil assegurada a participação dos representantes de usuários e das comunidades indígenas com interesse na bacia.

Com a definição dos entes que compõem o sistema estadual de recursos hídricos, por meio da Resolução Nº 0005 de 18 de agosto de 2006, o CEHIDRO aprovou a divisão do território mato-grossense em 27 Unidades de Planejamento e Gerenciamento (UPGs). A divisão obedece às regiões hidrográficas definidas pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos, sendo parte do território mato-grossense (Região 1 – Amazônica, Região 2 – Tocantins Araguaia e região 12 – Paraguai) (SEMA, 2009) estas unidades orientam em os limites para a formação dos comitês de bacias hidrográficas no estado.

## 2.4 Comitês de Bacias Hidrográficas de Mato Grosso

Os comitês de bacia hidrográfica fazem parte do Sistema de Integração e Gestão dos Recursos Hídricos do SINGREH, atendendo estrutura de gestão é o colegiado mais próximo da realidade da bacia, portanto, capaz de reconhecer as demandas e desafios presentes na bacia hidrográfica.

Em Mato Grosso são 10 CBHs instalados e um em processo de instalação (Quadro 01), têm como tarefa construir, a estrutura e o funcionamento dos comitês de bacia, estes colegiados são a ponte entre a sociedade o governo e as empresas, cabe ao CBH deliberar de forma compartilhada a gestão na bacia

Cabe ao CBH deliberar de forma compartilhada a gestão na bacia. A principal atribuição potencial de um CBH é estabelecer em um processo participativo, um conjunto de regras e mecanismos que leve em conta os diferentes interesses e usos da água de uma bacia hidrográfica, buscando prevenir e dirimir conflitos (BARBOSA 2019).

**Quadro 1** - Comitês de Bacias hidrográficas instituídos em Mato Grosso

Comitê de Bacia Hidrográfica	Ato normativo de Criação	Instalação
Sub-Bacias Hidrográficas dos Ribeirões do Sapé e Várzea Grande (Covapé)	Resolução 01/2003	21/01/2004
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba	Resolução 35/2010	13/09/2010
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Baixo Curso do Rio Teles Pires	Resolução 49/2010	27/05/2013

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Alto Curso do Rio Araguaia	Resolução 50/2013	21/05/2018
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço	Resolução 50/2013	27/05/2013
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Direita do Alto Curso do Rio Teles Pires	Resolução 65/2015	26/03/2015
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Rio Cuiabá	Resolução 46/2012	19/05/2015
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal;	Resolução 66/2015	19/05/2015
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru	Resolução 84/2016	19/09/2016
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Médio Curso do Rio Teles Pires	Resolução 85/2016	19/09/2016
Alto Paraguai Superior	Resolução 116/2019	Em andamento

Fonte: Superintendência de Recursos Hídricos SEMA/MT, 2019.

Os CBHs são formados por representantes das cidades localizadas na bacia hidrográfica, por vezes alguns municípios pertencem a mais de um comitê, como é o caso da cidade de Cáceres que pertence a três regiões hidrográficas do Estado a do Rio Sepotuba, Rio Cabaçal e Rio Jauru.

Aos órgãos gestores cabe fazer com que as regras sejam postas em prática por meio de seu poder de regulação (ANA, 2001). Compete a Gerência de Fomento e Apoio a Comitês de Bacias Hidrográficas, setor integrado a SEMA/MT (órgão gestor/coordenador do Sistema Estadual de Recursos Hídricos) responder diretamente pela gestão integrada, descentralizada e participativa dos recursos hídricos (BRUNO e FANTIN-CRUZ 2017).

Para ABERS E KECK (2009) os comitês de bacias traduzem os ideais de gestão participativa das novas políticas das águas, por reunir representantes dos governos federal, estadual e municipal, da sociedade civil e dos usuários de água bruta, tais como empresas de saneamento básico, indústrias, agricultores e outros.

Estes setores parte do comitê têm seus interesses na bacia hidrográfica, cabe ao conselho organizar, estabelecer diretrizes visando atender aos múltiplos interesses bem como sugerir critérios para que os entes parte dos CBHs resolvam os conflitos presentes na bacia, mas que principalmente como parte do sistema de governança dos recursos hídricos, possam promover a proposição regulação de normas que assegurem os usos múltiplos da água. Para Trindade e Scheibe (2019) são os comitês que materializam a descentralização da gestão, pois também são os propositores de políticas públicas.

Uma das grandes falhas da economia no século XX foi a incapacidade de distribuir água adequada e com saneamento satisfatório a todos no planeta. A gestão integrada de recursos hídricos deve considerar todos os componentes dos ciclos físico biológico (TUNDISI & TUNDISI, 2011).

Assim ideia de gestão integrada da água, segundo a Associação Mundial para a Água (GLOBAL WATER PARTNERSHIP, 2000), é um processo que promove a gestão e o aproveitamento coordenado da água, da terra e de todos os recursos relacionados, com a finalidade de maximizar o bem-estar social e econômico de maneira equitativa, sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas.

Em março de 2020 passou a vigorar a nova lei de recursos hídricos no Estado de Mato Grosso, a Lei Nº 11088, substitui a Nº 6.945/97, dentre os principais pontos, reforça a gestão descentralizada e a participativa, apesar de não haver muitas mudanças, cabe aqui citar algumas modificações importantes para gestão e regulação dos recursos hídricos.

De acordo com a nova Lei Nº 11088, recria do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) extinto por meio da Lei complementar Nº 2014/2005, melhora o sistema pois visa assegurar a viabilidade econômica das ações, programas e projetos da política estadual de recursos hídricos.

A criação das agências de bacias para cada comitê também foi contemplada na lei Nº 11088, com a função de secretaria executiva, a fim de trazer suporte técnico e administrativo colaborando para estruturação das ações dos comitês.

No capítulo V destinado aos instrumentos de gestão, os planos de bacias hidrográficas de recursos hídricos, também passaram a ser inclusos como instrumentos de gestão, atendendo as necessidades mais específicas para cada bacia hidrográfica.

Sobre a atuação dos comitês de bacias hidrográficas de Mato Grosso, que eram antes apenas consultivos, passam segundo o Art. 30 da lei 11088, a ter competência deliberativa, e para casos de divergência de decisões dos comitês, cabe recurso junto a CEHIDRO.

A estrutura de gestão e regulação de recursos Hídricos pode ser caracterizada como de extrema importância, uma vez que é responsável por balizar as decisões colegiadas. Desta forma, a gestão participativa deve ser entendida como um processo de administrar as discussões de maneira a garantir e ampliar a participação social. Por consequência disto, a gestão participativa pode ser considerado um dos mais importantes instrumentos para permitir o crescimento da governança local e do processo democrático (IEB, 2013).

## 2.5 Governanças de Recursos Hídricos

O crescimento populacional e as novas demandas socioeconômicas têm exigido que as políticas públicas voltadas a gestão e regulação, organizem e orientem, de forma eficiente as relações de uso dos bens naturais como água, terra e solo, visando sua preservação.

Razão pela qual busca-se desenvolver modelos sustentáveis de desenvolvimento e criação de políticas públicas que possam sistematizar de modo integrado todas as variáveis que agregam por exemplo os recursos hídricos (COELHO; PAIVA; FREITAS, 2019; FRACALANZA; JACOB; EÇA, 2013).

Contudo conforme descreve Machado (2003) a perspectiva de gestão de recursos hídricos, remete a novos rearranjos organizacionais que propiciem a participação da população na gestão do bem público, com ações inovadoras que envolvam articulação e instrumentos de gestão, portanto cabe tratar sobre o conceito de governança.

Desse modo o conceito de governança significa, articular o sistema político-administrativo que rege o processo decisório na esfera pública, com os diferentes atores sociais dos territórios municipal, estadual ou federal, nesse sentido, governança engloba a forma como o território se organiza politicamente e a participação da sociedade civil (LIMA, 2018).

A governança segundo Camargos (2008), refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos necessários ao gestor público para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade, o que implica o aprimoramento dos meios de interlocução e administração do jogo de interesses.

Para VARGAS (2018) não há consenso sobre o seu significado “governança”, ou mesmo de acordo com o setor de atividade e as preferências ideológicas dos atores e autores envolvidos, pode-se dizer que a ampla difusão contemporânea desta noção, converge para uma visão estratégica do desenvolvimento e das políticas públicas que busca articular entre o Estado, as empresas e o chamado terceiro setor. Todos em torno de objetivos e projetos pactuados com ancoragem mais ou menos vigorosa no território, sob diferentes formas e escalas.

De acordo com Ferrão (2020) o conceito útil é o da governança pública como uma corrente da teoria da administração pública que procura compatibilizar os critérios de democratização com os de busca de melhor desempenho das políticas, reconhecendo que

o Estado tem o papel de liderar o processo de resolução dos problemas coletivos, mas deve fazê-lo a partir da interação com a sociedade.

Desse modo os diferentes conceitos de governança até apresentam padrões semelhantes ao que é proposto na Lei das Águas 9.433/97, que preconiza a água como bem comum, dotado de valor econômico e tem como um de seus princípios elementares a gestão descentralizada e participativa.

Nesse sentido o conceito de governança em recursos hídricos ganhou impulso no 2º Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos onde se declara que “a crise mundial da água é uma crise de governança, não de escassez” (VARGAS, 2018).

A governança envolve um processo de construção e reforma na relação do governo com a sociedade. Como a sociedade é dinâmica e nela integram diferentes grupos heterogêneos que trazem uma grande complexidade, pode dificultar um processo de construção de políticas públicas (LIMA, 2018).

Governança de recursos hídricos pode-se dizer que é a capacidade de ação do Estado em implementar políticas públicas de forma conjunta atendendo aos interesses coletivos dos entes da bacia hidrográfica. Para Slomsk (2008), a governança pública não é somente uma questão de aumento de efetividade e eficiência, abrange também questões associadas à legalidade e à legitimidade.

Cabe aqui mencionar que de acordo com Vargas (2018), no Brasil os estudos sobre governança hídrica se estabelecem sobre duas abordagens: a de governança instrumental e debate sobre governança democrática.

A governança instrumental segundo Vargas (2018) representa uma visão idealizada e despolitizada das interações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, como se fossem relações simétricas entre atores que dispõem de poder equivalente e interesses comuns ou convergentes.

Para que a política de recursos hídricos seja planejada e implementada são necessários de acordo com Turton et al., (2010) uma série processos de tomada de decisão que permitam a troca entre usuários concorrentes de um determinado recurso, de modo a equilibrar a proteção com o uso benéfico, a mitigar os conflitos, a melhorar a equidade e a garantir a sua sustentabilidade”, ou seja o exercício da governança.

O Global Water Partnership (2002) define a governança das águas como “o conjunto de sistemas políticos, sociais, econômicos e administrativos disponíveis para

aproveitar e gerenciar os recursos hídricos, e distribuí-los nos distintos níveis da sociedade”.

A gestão moderna dos recursos hídricos tem como fundamento, a água como um bem público, limitado e de valor econômico, seus usos devem ser múltiplos, de modo que para Löffler (2006) a governança pública se dá, por meio de uma nova geração de reformas administrativas do Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada pelo governo, empresas e sociedade civil.

Assim cabe ao governo apoiar e propor ações públicas, observando os princípios da justiça social, da equidade e da legitimidade. Mecanismos de controle e estratégias, para gestão de políticas públicas que alcancem o interesse coletivo, de modo que os envolvidos nos processos democráticos de decisão estejam inseridos nas práticas que levem a condução e alcance de objetivos coletivos (FRACALANZA; JACOB; EÇA, 2013; UNESCO, 2019).

Para Jacobi e Barbi (2007), tratando dos desafios e perspectivas da governança dos recursos hídricos no Brasil, não basta apenas assegurar à população o direito de participar da gestão dos recursos naturais, há de se ter mecanismos de governança destinados a viabilizar a participação cidadã.

Neste contexto da governança do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos locais em que existem os Conselhos Nacionais e Estaduais de Recursos Hídricos é importante verificar se, de fato, eles estão exercendo seu papel e, especialmente, se estão discutindo questões estratégicas para o funcionamento da governança e da gestão de recursos hídricos no país (LIMA, 2018).

Desse modo, reconhecer e identificar a aplicação do conceito de governança na esfera de gerenciamento de recursos dos comitês de bacias hidrográficas permite identificar se há de fato o exercício da governança de recursos hídricos na bacia hidrográfica. Os CBHs são considerados instâncias onde os conflitos e interesses ocorrem, e onde estão os atores mais próximos a sociedade e a própria sociedade, cuja as responsabilidades exigem e exigirão o exercício da governança para o alcance dos desejos comuns e horizontais em relação a água (CÂMARA, 2013; CAMARGOS, 2013; SOUZA, 2020).

Na política de recursos hídricos a estrutura de gerenciamento e financeira dos órgãos é necessária para que seja possível, alcançar as metas coletivas propostas, a administração pública faz uso de suas competências financeira, gerencial e técnica (PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS, 2013; SOARES, 2008;).



Este modelo de governança tem sido visto como um desafio dentro dos comitês de bacia hidrográficas, haja visto as demandas estabelecidas para o órgão colegiado, muitas vezes incluem questões técnicas específicas sendo os membros dos comitês de diferentes espaços da sociedade (TRINDADE, 2019).

Neste sentido as ações dos comitês devem desenvolver um pensamento sistêmico para que a tentativa de resolução dos casos seja exitosa. Desse modo ações que permitam programas de gestão dos recursos hídricos, um efetivo controle sobre a apropriação, uso e proteção das águas evitando assim sua eminente escassez (CHÁVES, 2017).

## **2.6 Atores Sociais**

As políticas públicas de um modo geral, são estruturadas e implementadas conforme pudemos ver até aqui, a partir de uma série de aparatos, normas estruturas e ações. Para Souza (1991) um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia.

Desde o início dos anos 1990, no bojo desse processo de reforma da administração pública na América Latina e Alhures, a participação social vem sendo construída como um dos princípios organizativos centrais, declarado e repetido em foros regionais e internacionais, dos processos de deliberação Milani (2008), onde as decisões deixam de ser centralizadas nos governantes e tomadores de decisão.

Trata-se de experiências inovadoras que fortalecem a capacidade de crítica e de envolvimento de todos os segmentos, e que acaba por visibilizar as decisões para a população, que terão suas necessidades atendidas, sendo um exemplo prático da democracia (JACOBI e BARBI, 2007).

Assim os conselhos emergem, sobretudo, das demandas de democratização da sociedade em face do processo decisório que permeia as políticas sociais (DA SILVA e BEGHIN, 2005).

A participação social na política de recursos hídricos é um dos pilares instituídos por lei (9.433/97 e 11088/2020) que traz o ator social do território, ou seja, que tem uma relação direta na bacia hidrográfica.

Os atores são os agentes sociais e econômicos, indivíduos e instituições, que realizam ou desempenham atividades, ou, então, mantém relações num determinado território (SABOURIN, 2002).

No entanto pouco se sabe como os atores sociais se organizam nesses espaços, o que decidem, ou a quanto tempo participam dessas arenas parte do sistema de recursos hídricos.

Cortês (2007) conclui que a capacidade organizativa dos grupos sociais varia de acordo com a região do país e esta capacidade, pode assegurar que o envolvimento de seus representantes seja legítimo, autônomo e continuado.

Desse modo presença de atores sociais nos espaços deliberativos dos comitês, tem como finalidade trazer os diferentes interesses e conflitos, para então encaminhar demandas e soluções.

A ampliação destes espaços de participação cidadã promove um avanço qualitativo na capacidade de representação dos interesses e na qualidade e equidade da resposta pública às demandas sociais (JACOBI e BARBI, 2007).

O que ocorre é que na prática, a participação social que gere soluções as demandas de um conselho, dependem de diversos fatores, como a constituição dos atores sociais sobre qual interesses defendem, o nível preparo para cumprir as demandas do comitê, estrutura para viabilizar as reuniões, o tempo de amadurecimento dos conselheiros para se alcançar um consenso e definir prioridades de ação, a relação com as esferas de decisão e grupos legisladores, organização e implementação dos sistemas daquele espaço e por fim, a autonomia quanto ao poder de decisão e implementação e cumprimento das ações determinadas pelo coletivo ( BORDALO, SILVA, SILVA, 2016; NUNES; PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS, 2013; SEIXAS et al., 2020; SOARES, 2008).

Dentre os quais a influência de fatores não apenas técnicos, mas também de caráter político, econômico e cultural torna o processo muito mais complexo, e o estilo de gestão que tende a prevalecer obedece a uma lógica sociotécnica (JACOBI e BARBI, 2007).

Para Milani (2008) há necessidade de, sobretudo no âmbito de pesquisas contextualizadas e de realidades específicas, se colocar em diálogo práticas que tentaram ou vêm tentando demonstrar a efetividade do princípio participativo na renovação política da democracia local.

Desse modo os comitês de bacias hidrográficas são atualmente espaços em que os múltiplos usos da água devem ser debatidos para que decisões sejam tomadas afim de atender aos diferentes interesses, os atores sociais que formam este colegiado são protagonistas na política de recursos hídricos (EMPINOTTI; JACOBI; FRACALANZA, 2016; PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS, 2013)

Para Jacobi e Barbi (2007) uma possibilidade efetiva de transformação da lógica de gestão da administração pública nos estados e municípios, abrindo um espaço de interlocução muito mais complexo e ampliando o grau de responsabilidade de segmentos na gestão da coisa pública.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS**

#### **3.1 Área de Estudo**

Para obtenção dos resultados desta pesquisa adotou-se a seguinte ordem para obtenção e análise dos dados. A caracterização da área de estudo a fim de localizar das bacias hidrográficas da pesquisa. A análise documental realizada a partir da pesquisa das resoluções, atas e afins produzidos pelos CBHs. Na sequência a aplicação de questionário para obtenção dos relatos para avaliação a percepção dos membros dos CBHs dos Rios Cabaçal-MT e Jauru-MT.

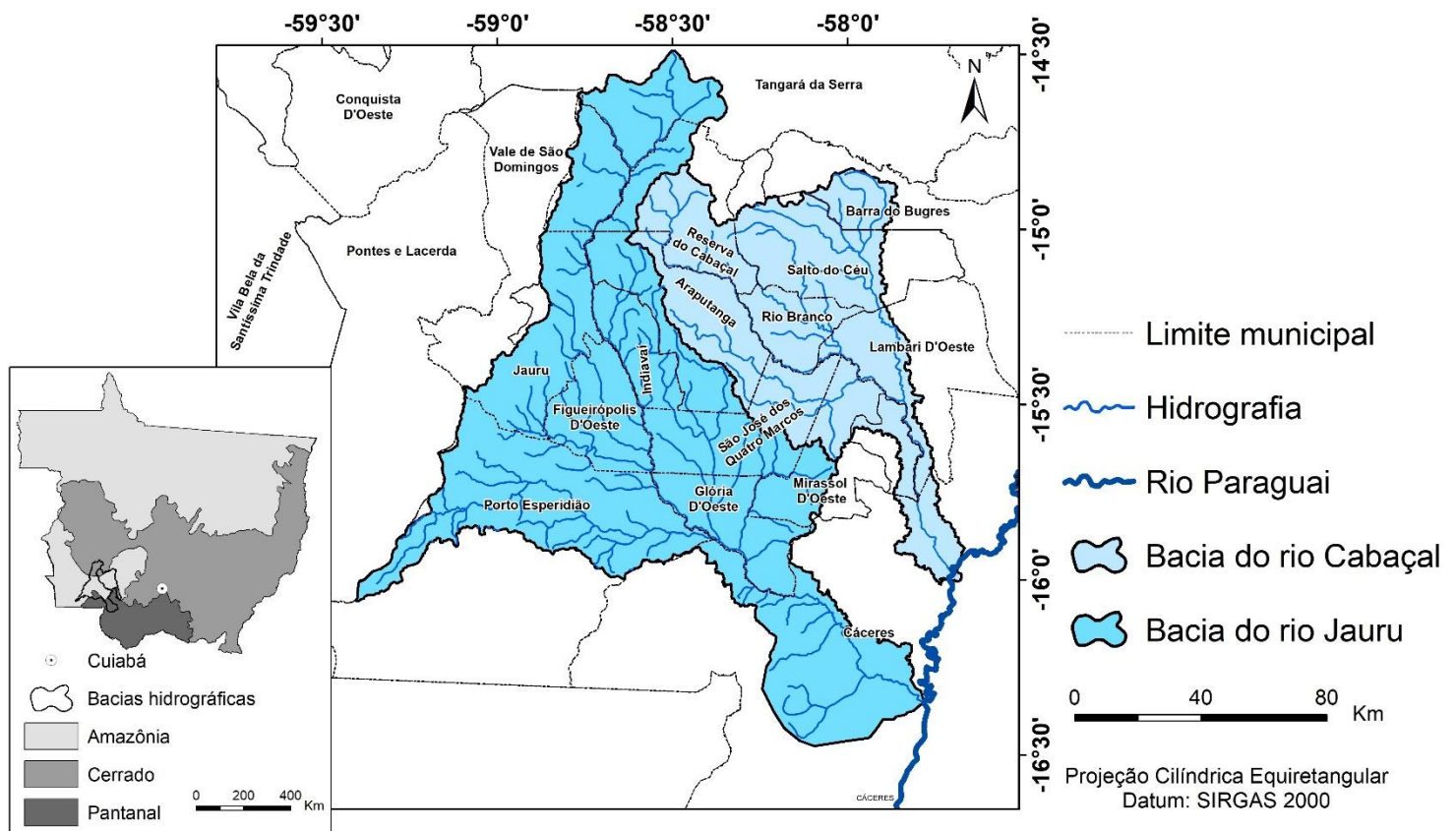
#### **3.2 Caracterização da área de estudo**

A bacia hidrográfica do rio Cabaçal, tem uma área de aproximadamente 5.710,38 km<sup>2</sup> e compõe a drenagem da bacia do Alto Paraguai (BAP), localiza-se entre as coordenadas geográficas de 15°0'0''S a 16°0'0'' de latitudes S e 57°45'0'' a 58°30'0'' longitude W, na região Sudoeste do estado de Mato Grosso (Figura 3), abrangendo 10 municípios: Araputanga, Barra do Bugres, Curvelândia, Cáceres, Lambari d'Oeste, Mirassol D'Oeste, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos, integra a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio Cabaçal (UPG- P2). Esta bacia é formada pelo rio Cabaçal e seus afluentes. Suas nascentes são localizadas na Chapada dos Parecis tendo como principais afluentes os rios: Branco e Bugres, (LORENZON,2016).

A bacia hidrográfica do rio Jauru com aproximadamente 12.115,85 km<sup>2</sup> faz parte da bacia do Alto Paraguai (BAP), na sudoeste do estado de Mato Grosso entre as coordenadas geográficas de 14°29' a 16°30' de latitude sul e de 57°45' a 59°15' de longitude oeste (Figura 3), Abrange 12 municípios ou parte deles: Araputanga, Curvelândia, Cáceres, Figueirópolis d'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, São José dos Quatro Marcos e Tangará da Serra, integram a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio Jauru (UPG- P1).

Esta bacia é formada pelo rio Jauru e seus afluentes, tendo como principais tributários o rio Aguapeí, o rio Brigadeiro, Ribeirão Cateté, Córrego das Pitas do Sangue e o Córrego Santíssimo que nascem na Chapada dos Parecis (norte) e Serra Santa Bárbara (oeste) e percorrem áreas de diferentes compartimentos litológicos e topográficos. As altitudes do relevo variam entre 116 e 700 m, sendo que o rio principal deságua na margem direita do rio Paraguai no Pantanal Mato-grossense (SOUZA et al., 2014).

**Figura 3** - Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Jauru e Rio Cabaçal



Fonte: Jesã Kreitlow (2020)

### 3.3 Atores sociais

Para a realização desta pesquisa os sujeitos definidos foram membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Cabaçal e Rio Jauru. Estes comitês foram instituídos pela resolução N° 86/2016 e N° 66/2015 localizados na porção sudoeste do estado de Mato Grosso. A metodologia utilizada foi pesquisa participante e qualitativa envolvendo os segmentos que compõem os comitês de bacias hidrográficas, os representantes da sociedade civil organizada, do governo e os usuários da água. Também foram analisadas as atas e documentos produzidos pelos comitês.

### **3.4 Estratégia da pesquisa**

O método adotado foi a pesquisa qualitativa de natureza descritiva, de caráter exploratório e participante de modo a proporcionar maior familiaridade com o problema e torná-lo mais explícito de acordo com Minayo (2014), bem como aprimorar as ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2009).

Ao qual foi possível compreender a realidade do objeto de pesquisa, neste caso a percepção dos membros dos comitês Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT, o que inclui reconhecer detalhes do comportamento de um novo enfoque sistêmico, dinâmico e processual das ações e do funcionamento dos comitês em questão (RODRIGUES e SILVA, 2013).

Na linha de pesquisa qualitativa, enquadram-se a pesquisa participativa e exploratória. Entende-se que também pode ser classificada como pesquisa descritiva, a qual tem como objetivos a descrição de características de determinada população ou fenômeno, ou as relações estabelecidas entre estes, “são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2009).

O estudo de caso, segundo Godoy (1995), caracteriza-se como uma pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente com o exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular, uma vez que ele permite um amplo e detalhado conhecimento do tema em questão. O estudo de caso constitui uma etapa muito importante, que possibilita o máximo de informações possíveis, através da coleta de dados, viabilizando o entendimento da situação real do problema estudado.

A proposta apresentada ao comitê como produto será um Relatório técnico para a governança nos CBHS Rio Cabaçal-MT Rio Jauru-MT, construída a partir da identificação das dificuldades, fragilidades e desafios apresentados pelo comitê, tendo como base a diversidade das representações visando a efetivação das práticas governança dos CBHs Rio Cabaçal-MT e Jauru-MT.

### **3.5 Coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, levantamento de campo e aplicação de questionário com os representantes dos comitês.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada visando compreender o processo histórico de formação e atuação dos CBHs e as características principalmente no que se refere à participação e representação.

A pesquisa bibliográfica abordou conceitos relacionados a política de recursos hídricos, a governança de recursos hídricos e os atores sociais. Também foram pesquisados documentos e legislações PERH, a respeito da gestão de comitês de bacias de Mato Grosso, mais especificamente os CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT. Coletou-se para análise, cópias das atas das reuniões dos anos de 2018 e 2019, além das listas com os nomes dos membros efetivos e suplentes dos comitês e os segmentos que eles representam, além destes documentos. Foram fonte desta pesquisa, os sites da Agência Nacional das Águas, da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso e dos CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT.

A primeira etapa da investigação foi a elaboração do questionário e do roteiro da entrevista semiestruturada. No questionário as variáveis socioeconômicas foram levantadas por meio de informações sobre: escolaridade, gênero, idade (faixas etárias), renda (considerada a renda familiar ou faixas de renda), para que fosse possível realizar as correlações de dados relevantes ao perfil e representação de cada conselheiro.

O roteiro semiestruturado da entrevista abordou questões sobre a percepção dos entrevistados referentes as práticas e processos de governança, para identificar e analisar as seguintes dimensões como ocorre a participação dos atores, estrutura regulatória, comunicação, papel dos comitês, atitude, informação, resolução de conflitos equidade, mobilização e articulação. 1 Dimensão - Papel dos comitês, 2 Dimensão - Estrutura regulatória, 3 Dimensão - Atitude, 4 Dimensão - Resolução de conflitos e participação dos atores, 5 Dimensão - Comunicação, mobilização e articulação para compreensão do processo participativo na gestão das águas.

O levantamento em campo deu-se por meio da participação das reuniões dos CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT para observações *in loco*. Esse tipo de observação é uma técnica que se utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, com o intuito de examinar e compreender os fatos ou fenômenos que se deseja estudar (MARCONI e LAKATOS, 2017). Durante as visitas foram realizadas observações sobre o funcionamento e desenvolvimento das reuniões dos comitês e estes dados foram anotados pontualmente em um diário de campo com o intuito de compreender toda estrutura da realidade vivenciada nos comitês. O diário de pesquisa é o local em que o pesquisador registra detalhadamente as percepções, angústias,

questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas, o mesmo é um auxílio para as análises (MINAYO, 2001).

A terceira etapa foi realização da entrevista piloto, aplicada em agosto de 2019. Para esta etapa foi escolhido um dos participantes mais ativos dentro dos comitês a partir do diagnóstico da fase anterior da pesquisa. Assim, foi possível identificar a necessidade de alterações nas perguntas da pesquisa para atender os objetivos da pesquisa.

A seleção dos participantes seguiu o critério inclusão e exclusão, sendo o critério de inclusão, o aceite e disponibilidade em participar da pesquisa, ser conselheiro dos comitês estudados e critério de exclusão, a não adesão à pesquisa. As entrevistas foram marcadas por meio de contato prévio, via telefone com os participantes, onde os mesmos escolheram a data, horário e local que lhes fosse mais confortável, para garantir ao entrevistado, um ambiente para um bom desenvolvimento do diálogo. Os instrumentos utilizados para o registro do diálogo foram um gravador de áudio, bloco de anotações e caneta.

As entrevistas adotaram a abordagem da Entrevista Compreensiva desenvolvida pelo sociólogo francês Jean-Claude Kaufmann, em que a técnica da entrevista possui grande relevância para a pesquisa social, além de ser um método acessível, pois é necessário somente um gravador e a busca dos atores sociais que contribuirão para o desenvolver da comunicação, em que o entrevistador buscará obter informações a respeito das questões que nortearão a pesquisa (KAUFMANN, 2013).

Por questões éticas e de integridade do sigilo da fonte pesquisada, conforme determinação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (Comitê de Ética em Pesquisa-UNEMAT), localizado na Avenida Tancredo Neves, 1095 do Bairro Cavahada II no Município de Cáceres-MT, a fim de atender à resolução 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que apresenta as diretrizes regulamentadoras mais abrangentes acerca de pesquisas envolvendo seres humanos, na perspectiva de garantir o anonimato dos entrevistados, sob o Parecer N° 3.453.139, Certificado de Apresentação para apreciação N° 15899919.1.0000.5166, cujo projeto de pesquisa foi submetido junto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentando aos participantes da entrevista. Foram entrevistados os participantes do estudo os indivíduos que se adequaram aos critérios de inclusão, que se dispuseram voluntariamente a participar e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, no que concerne aos possíveis riscos inerentes ao processo, foram minimizados pela pesquisadora segundo os procedimentos

indicados pela resolução respeitando os princípios e diretrizes da resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Para garantir o anonimato dos indivíduos, a cada entrevistado atribuiu-se um nome fictício de um rio conforme tabela abaixo (Tabela 1).

**Tabela 1:** Lista dos entrevistados por nome fictício

Nº	Comitê - CBH	Nome Fictício	Setor representado
01	CBH 2	Rio Xingu	<u>Setor Sociedade civil</u>
02	CBH 2	Rio Coxipó	<u>Setor Governamental</u>
03	CBH 2	Rio Piquiri	<u>Setor Usuários da água</u>
04	CBH 2	Rio Sucuruí	<u>Setor Usuários da água</u>
05	CBH 2	Rio Juruena	<u>Setor Sociedade civil</u>
06	CBH 2	Rio Araguaia	<u>Setor Governamental</u>
07	CBH 2	Rio Guaporé	<u>Setor Sociedade civil</u>
08	CBH 2	Rio Cuiabá	<u>Setor Usuários da água</u>
09	CBH 1	Rio Jangada	<u>Setor Usuários da água</u>
10	CBH 1	Rio Aripuanã	<u>Setor Usuários água</u>
11	CBH 1	Rio Vermelho	<u>Setor Governamental</u>
12	CBH 1	Rio das Mortes	<u>Setor Sociedade civil</u>
13	CBH 1	Rio Bugres	<u>Setor Governamental</u>
14	CBH 1	Rio Prata	<u>Setor Governamental</u>
15	CBH 1	Rio São Manoel	<u>Setor Governamental</u>
16	CBH 1	Rio Manso	<u>Setor Usuários da água</u>
17	CBH 1	Rio Paraná	<u>Setor Governamental</u>
18	CBH 2	Rio Coxipoçu	<u>Setor Sociedade civil</u>
19	CBH 2	Rio Paraguai	<u>Setor Sociedade civil</u>

Fonte: Elaborado pela própria autora

### 3.6 Tratamento e análise

O corpus da pesquisa ocorreu a partir da análise de conteúdo, inicialmente com transcrição na íntegra dos dados coletados. Este tipo de análise se desdobra em três fases:



pré-análise: corresponde a fase de organização, através de sistematização e retomada dos objetivos iniciais.

A segunda etapa, exploração do material, centra-se em alcançar o núcleo de compreensão do texto, chamados núcleos temáticos. A terceira fase, tratamento dos resultados, propôs inferências e realizou interpretações, através de discussões com fundamentação teórica, para responder aos objetivos do estudo (MINAYO, 2010).

Para melhor compreensão dos resultados, as informações foram agrupadas por categorias de análise conforme cada objetivo proposto e realizadas as discussões pertinentes com base nas teorias relativas a governança de recursos hídricos adaptadas para este trabalho a partir de autores que discorrem sobre o tema, referente a análise das percepções de governança dos membros dos Comitês de Bacia Hidrográficas do Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT, tendo como referencias as dimensões: 1 Dimensão - Papel dos comitês, 2 Dimensão - Estrutura regulatória, 3 Dimensão - Atitude, 4 Dimensão - Resolução de conflitos e participação dos atores, 5 Dimensão - Comunicação, mobilização e articulação para compreensão do processo participativo na gestão das águas.

O produto originado a ser apresentado ao comitê como produto será um Relatório técnico para a governança nos CBHS Rio Cabaçal-MT Rio Jauru-MT, construído a partir da identificação das dificuldades, fragilidades e desafios apresentados pelo comitê, tendo como base a diversidade das representações visando a efetivação das práticas governança dos CBHs Rio Cabaçal-MT e Jauru-MT em anexo.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Análise Documental**

### **4.2 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal**

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal, nasce a partir da mobilização da sociedade civil devido ao desmatamento causado pelo uso e ocupação do solo irregular do solo na década de 80, resultando no aparecimento de erosões no solo causando voçorocas modificando a paisagem, colocando em risco também diversas nascentes na região.

Institucionalmente a Criação do CBH Rio Cabaçal ocorreu através da resolução N°66/2014, cuja instalação decretada em 10 de julho de 2014, porém suas atividades só tiveram início no dia 11 de março de 2017.

Na ocasião houve a primeira constituição do comitê de acordo com o regimento interno, foram eleitos um Presidente, o vice, um secretário, um suplente e os demais membros representantes do segmento governamental, da sociedade civil organizada e representantes dos usuários da água (Tabela 2).

Atualmente o CBH Rio Cabaçal já passou por dois processos para escolha de presidente, em 2017 o presidente escolhido era representante da sociedade civil, em 2019 pela segunda vez consecutiva o mesmo representante foi escolhido por unanimidade e reconduzido ao cargo instância máxima do colegiado.

**Tabela 2:** Instituições que compõem o CBH Rio Cabaçal (Gestão 2019 a 2021).

	<b>Instituição (membros)</b>	<b>Número de Conselheiros</b>
	<b>Representantes do poder público</b>	
1	Prefeitura Municipal de Araputanga	02
2	Prefeitura Municipal de Cáceres	02
3	Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos	02
4	Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste	02
5	Prefeitura Municipal de Salto do Céu	02
6	Prefeitura Municipal de Curvelândia	02
7	CIDESAT - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal	02
8	SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente	02
	<b>Representantes da Sociedade Civil</b>	
9	GAIA - Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental	02
10	Escola Estadual Professor Demétrio Pereira	02
11	Associação Sócio Cultural e Ambiental Fé e Vida	02
12	Associação Reciclar para Viver Melhor	01
	<b>Representantes dos Usuários de Água</b>	
13	SINDENERGIA - Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso	02
14	Sindicato Rural de Cáceres	02
15	Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal	02
16	APPEC - Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres	02

Fonte: Elaborado pela autora

O tabela 02 demonstra a atual composição biênio 2019 - 2021 do CBH Rio Cabaçal, são 16 entidades, representadas pelos três segmentos, sendo 08 representantes do segmento governamental, em que 06 são representantes de prefeituras, 01 representante do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal e 01 representante da SEMA.

De acordo com o regimento interno 50% representantes do poder público, 50% obedecida a paridade entre a sociedade civil e usuários da água, sendo 04 entidades representantes da sociedade civil, e 04 entidades representantes dos usuários da água.

O CBH Rio Cabaçal possui um total 31 membros entre titulares e suplentes, somente a Associação Reciclar para Viver Melhor não apresentou suplente. Com relação a representação nos comitês o número de representantes da sociedade civil é igual a dos usuários, e do setor governamental

De acordo com o Regimento Interno CBH Rio Cabaçal, o comitê tem as seguintes funções: Promover a gestão de recursos hídricos e as ações de sua competência; Articular a integração de gestão dos Sistemas Estadual e Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e seus respectivos instrumentos de gestão no âmbito da Bacia Hidrográfica. Sendo de sua competência:

- I – promover o diálogo das questões relacionadas com recursos hídricos e articular a atuação de órgãos e entidades intervenientes;
- II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados com os recursos hídricos, promovendo ações de entendimento, cooperação, fiscalização e eventual conciliação entre os usuários competidores pelo uso da água das sub-bacias que compõem a área de abrangência do CBH Rio Cabaçal;
- III – propor o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal, Parte da UPG P2, acompanhar sua execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- IV – propor planos de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, inclusive financiamentos de investimentos a fundo perdido;
- V – analisar e sugerir sobre as propostas de implantação de empreendimentos com potencial poluidor e/ou degradador na área da Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal;
- VI – estabelecer critérios, normas e aprovar os valores propostos para cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- VII – deliberar sobre proposta para o enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes, com o apoio de audiências públicas, assegurando o uso prioritário para o abastecimento público;
- VIII – acompanhar a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos na área territorial da Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal, formulando sugestões e oferecendo subsídios aos órgãos e às entidades participantes desta;
- IX – aprovar o seu regimento interno e sugerir alterações no mesmo, considerando os critérios que forem estabelecidos pelo CEHIDRO;
- X – estimular a formação de consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas e de associações regionais, locais e multi setoriais de usuários na área de atuação da bacia, bem como ações e atividades de instituições de ensino

e pesquisa e de organizações não governamentais, que atuem em defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos na bacia;

XI – aprovar a celebração de convênios com órgãos, entidades e instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, de interesse da bacia hidrográfica;

XII – aprovar programas e projetos que envolvam planejamento e gerenciamento de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal;

XIII – sugerir critérios de utilização de água e contribuir na definição dos objetivos de qualidade para os corpos de água da bacia hidrográfica;

XIV – articular-se com comitês de bacias próximas para solução de problemas relativos às águas subterrâneas de formação hidrogeológicas comuns a essas bacias;

XV – Exercer atribuições que lhes forem delegadas pelo Órgão Coordenador/Gestor de Recursos Hídricos de Mato Grosso, quando as mesmas forem de sua competência;

XVI – propor critérios e promover o rateio de custos das obras de uso múltiplo dos recursos hídricos de interesse comum ou coletivo.

Apesar de uma série de atribuições que compete ao CBH Rio Cabaçal, somente a partir da nova lei 11088 de recursos hídricos, o CBH passa também a ter o poder deliberar sobre as decisões dentro da área de abrangência do comitê, antes restritas a aprovar, estimular, propor, analisar e discutir. Contudo as decisões dos comitês ainda cabem recurso junto a CEHIDRO.

O Comitê de acordo com o Regimento Interno se reúne por meio de plenárias, obedecendo o quórum mínimo para início das reuniões. O CBH Rio Cabaçal já realizou 16 reuniões entre ordinárias e extraordinárias. Sendo 03 em 2017, 05 em 2018 e em 2019 cinco reuniões.

De acordo com as atas, as reuniões realizadas trataram de diversos temas, como a estruturação do comitê, atividades de formação, consulta e aprovação de regimento interno, elaboração de planos anuais de trabalho, participação em eventos de gestão de recursos hídricos, recursos financeiros e plano de bacia.

Com relação as resoluções, o comitê despacharam um total de quatro em 2019, publicadas a Resolução nº. 001 de 29 de março de 2019 se refere as datas e locais das reuniões ordinárias de 2019, a Resolução nº. 002 de 29 de março de 2019 nomeação de membros para participar de formação, a Resolução nº. 003 de 28 de março de 2019 nomeação de membros para participar da 4º Reunião do Fórum Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica de Mato Grosso. O CBH Rio Cabaçal não possui ainda nenhum instrumento de gestão implementado.

A Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal pertence a unidade de planejamento e gestão P2, sendo a uma das regiões contempladas, para elaboração do Plano integrado de recursos hídricos das unidades de planejamento e gerenciamento. Esta ação estava

prevista no Plano Estadual de Recursos hídricos, com recursos oriundos da Agência Nacional das Águas.

De acordo com os documentos analisados o plano estava em fase de diagnóstico, os membros do comitê escolheram três representantes sendo um de cada segmento, para acompanhar das reuniões específicas do plano de bacia, a instituição responsável pelo estudo é a Fundação UNISELVA (Termo de colaboração 1400/2017/SEMA/MT).

A composição do CBH Rio Tietê- Jacaré, São Paulo, Malheiros et al., (2013) é semelhante a composição do CBH Rio Cabaçal, onde o número de representantes do setor governamental também é maior que da sociedade civil e usuários. De acordo com o estatuto do CBH Rio Tietê- Jacaré são 12 vagas para titulares e 12 para suplentes incluindo as categorias representantes da sociedade civil e dos usuários.

A composição dos setores varia entre os comitês do país, de acordo com Meier (2016) a legislação estadual de recursos hídricos do estado do Rio Grande do Sul está de acordo com a Lei das Águas, mas a composição dos comitês do estado varia de entre os comitês assim como as categorias pertencentes a cada setor.

Nas atas analisadas do comitê não há menção sobre contribuição ou consulta ao comitê, seja na outorga, na análise do relatório técnico anual sobre a situação dos recursos hídricos da bacia, ou instalação de empreendimentos que fazem uso da água, conforme orienta o Regimento Interno do CBH Rio Cabaçal.

Ou seja, as atividades de funcionamento estrutural do comitê não há moções solicitações ou recomendações. também não foram encontrados convites ou chamados para realizar agenda conjunta ou ações com secretarias dos municípios, que no papel demonstrem mais integração do comitê com outras secretarias de desenvolvimento do Estado.

O plano de bacia é um documento essencial, pois conta com o diagnóstico da bacia hidrográfica, permitindo que o comitê, de fato possa legislar sobre os recursos hídricos. De acordo com estudo realizado por Ribeiro (2019), na região Centro-Oeste 80% dos CBHs de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o Plano de Bacia é o instrumento que mais vem sendo priorizado.

Com relação a participação nas reuniões, de acordo com as listas de presença, o número de membros faltosos é alarmante, muitas reuniões funcionam com quórum mínimo.

Em estudo dos comitês CBHs Rios Chapecó e Irani, De lima trindade (2018), constatou nas atas das reuniões que apenas cerca de 50% dos membros atuavam ou

participavam ativamente, e que a baixa participação se constitui graves problemas para governança da água. Malheiros et al., (2013), também menciona em seu trabalho os problemas de participação nas reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Tietê- Jacaré, São Paulo, devido à dificuldade de deslocamento e do choque de agenda dos membros do comitê.

O segmento que mais apresenta falta no CBH Rio Cabaçal é o governamental, vale lembrar a distância de algumas cidades que compõem a bacia que é considerada como um dos motivos das ausências.

Para possibilitar a participação de todos nas reuniões, os membros do comitê durante o planejamento das reuniões ordinárias, optou por realizar reuniões em cada cidade parte da bacia hidrográfica, ainda assim, muitos representantes faltaram as reuniões. Meier (2016) constatou em sua pesquisa com CBH Taquari- Antas MG, que os municípios mais afastados possuem pequena representação no comitê, e uma concentração de representantes em uma porção da bacia hidrográfica, segundo a autora estes municípios têm mais chance de expor e discutir os seus problemas no comitê.

O CBH Rio Cabaçal integra o Programa PROCOMITÊS da ANA, que destina recursos financeiros para fomentar as atividades do comitê, este programa é estruturado com vistas a garantir que o comitê se fortaleça se estruture nos níveis necessários para gerenciar os recursos hídricos da bacia hidrográfica, além do apoio orçamentário traz diretrizes de capacitação dos membros, bem como estrutura a regulação dos comitês.

A medida que o comitê segue cumprindo as metas, avança no programa. Em 2019 o CBH Rio Cabaçal cumpriu 82% das metas previstas, a partir de 2020 o comitê passará para o 2º período de implementação do programa.

O apoio do Programa Pró comitês pode ser um dos fatores que justifica o aumento em 2019 de formações de membros do comitê em cursos relacionados a gestão de recursos hídricos. Outra mudança foi que com orçamento garantido foi possível que os membros do comitê solicitassem diárias para deslocamento e participação nos eventos de formação.

Durante as observações nas reuniões do comitê, foi possível notar pontos ou temas dialogados no comitê que não estão registrados nas atas. Ainda que além da estruturação dos comitês seus membros têm interesses distintos naquele espaço, assim como o propulsor das atividades ainda é o órgão gestor, a SEMA.

Porém a sociedade civil também se mostra participativa nas reuniões. Para Moretti e Freitas (2016) o CBH-Miranda Mato Grosso do Sul, as instituições participantes se

organizaram em torno de interesses próprios, levando ao uso e exploração dos recursos hídricos de interesse econômico e privado.

Para Matos e Ckagnazaroff (2020), os indivíduos são construtores da realidade social com o intuito de impor sua visão, com interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar. Daí a importância da participação dos diferentes atores sociais.

Com relação a comunicação o comitê possui uma página na internet com o objetivo de tornar pública e acessível tanto o comitê, quanto o seu funcionamento.

Para a comunicação interna o comitê conta com um grupo em aplicativo de mensagens por celular para informes gerais, para envio de documentos utiliza-se e lista de e-mails contendo o endereço de todos os representantes do colegiado, ainda um e-mail institucional ao qual todos os membros do comitê têm acesso.

#### **4.3 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru**

A história da formação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru, também se dá a partir da mobilização da sociedade civil preocupada com as atividades que estavam impactando os recursos hídricos na região. Um dos pontos de conflito foi a instalação de empreendimentos hidrelétricos, uma Usina Hidrelétrica (UHE) e cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) entre 2003 e 2014, instaladas ao longo do Rio Jauru.

A institucionalização do CBH Rio Jauru se deu a partir da criação pela resolução de N° 84/201. Os representantes tomaram posse, em 24 de maio de 2018, elegendo para o biênio 2018 a 2020 em seu primeiro mandato, conforme o regimento interno, um presidente, um vice presidente e um secretário, que de acordo com.

No CBH Rio Jauru o presidente é também um representante da sociedade civil, eleito por voto durante a 1ª reunião ordinária do CBH em 2018.

**Tabela 3:** Instituições que compõem o CBH Rio Jauru (Gestão 2018- 2020)

	<b>Instituição (membros)</b>	<b>Número de Conselheiros</b>
	<b>Representantes do poder público</b>	
1	SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente	02
2	Universidade do Estado de Mato Grosso	02

3	Instituto Chico Mendes	02
4	Prefeitura Municipal de Araputanga	02
5	Prefeitura Municipal de Cáceres	02
6	Prefeitura Municipal de Jauru	02
7	Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos	02
8	Prefeitura Municipal de Figueirópolis	02
9	Prefeitura Municipal de Glória d'Oeste	02
10	Prefeitura Municipal de Porto Esperidião	02
	<b>Representantes da Sociedade Civil</b>	
11	GAIA - Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental	02
12	Colônia Z2 de pescadores de Cáceres	02
13	Associação Sócio Cultural e Ambiental Fé e Vida	02
14	Câmara Municipal de Porto Esperidião	02
15	SINDENERGIA - Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso	02
16	Sindicado dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto Esperidião	02
17	Sindicato Rural de Cáceres	02
18	Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal	02
19	Associação brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES	02
20	CIDESAT - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal	02
	<b>Representantes indígenas</b>	
21	Aldeia Nautukirsch- Terra Indígena Portal do Encantado	02

Fonte: Elaborado pela autora.

O CBH Rio Jauru conta em sua composição com 44 conselheiros (Tabela 3) sendo 22 titulares e 22 suplentes, 11 representantes do setor governamental, com 07 representantes das prefeituras, 01 representante da Câmara Municipal de Porto Esperidião, 01 representante da SEMA, 01 representante da Universidade do Estado de Mato Grosso e 01 do Instituto Chico Mendes (ICMBio). Representando o setor da sociedade civil: 02 setor agropecuário, 01 representante do abastecimento público e saneamento básico, 01 hidro eletricidade, 01 representante das comunidades indígenas, 01 organização não governamental associações com interesse em recursos hídricos ou meio ambiente 04 e 01 organização da sociedade civil de interesse público, com total de 11 representantes, esta descrição segue a que está apresentada pelo comitê (caso fosse eu



estruturar modificaria a forma como está apresentada considerando : 01 organização não governamental e 01 organização da sociedade civil de interesse público, como pertencentes a uma só classe). Segundo o Regimento interno do CBH Rio Cabaçal em seu artigo 7º os representantes são agrupados em dois, sociedade civil e poder público, da sociedade civil:

- I - da Sociedade Civil: representantes e seus respectivos suplentes,
  - a) Pesca, turismo, lazer e outros usos não consultivos;
  - b) Abastecimento Público e Saneamento Básico;
  - c) Indústria e mineração;
  - d) Uso agropecuário;
  - e) Hidroeletricidade;
  - f) Comunidades Indígenas;
  - g) Associações com interesse em recursos hídricos ou meio ambiente;
  - h) Organizações não governamentais e outras organizações qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
  - i) E outros usos não especificados acima.
- II - do Poder Público: representantes e seus respectivos suplentes:
  - a) Poder Público Estadual;
  - b) Poder Público Municipal;
  - c) Poder Público Federal;
  - d) Autarquias;
  - e) Fundações Públicas.

De acordo com o Regimento Interno do CBH Rio Jauru, para composição do comitê usuários da água e sociedade civil fazem parte do mesmo segmento, em seu § 2 fica assegurada a escolha entre as instituições que farão parte do comitê por meio de consenso, a escolha das instituições que farão parte do Comitê dar-se-á através de consenso, eleição ou sorteio, entre os pares, consecutivamente.

A Lei N°11088/2020 em seu artigo 31 que trata dos comitês de bacias hidrográficas, cita que em sua composição fica assegurada a participação dos representantes dos usuários e das comunidades indígenas com interesses na bacia. A Lei, assegura a representação dos três segmentos, ficando a cargo do comitê estabelecer os critérios de participação entre os três segmentos.

De acordo com análise dos documentos, em se tratando da representação o CBH Rio Jauru, apresenta uma diversidade de atores, pescadores, indígenas, representantes dos usuários, governo, organizações não governamentais, se pensarmos na estrutura de governança esta composição apresenta relevância na construção de políticas públicas para a bacia, pois aumenta a possibilidade de que seja tratado no comitê os diferentes interesses. Para Vargas (2018), o debate sobre governança democrática consiste em reconhecer as disparidades de poder, os interesses e valores distintos, muitas vezes opostos, envolvidos na gestão da água, ainda tem sido pouco explorado na literatura nacional.

Com relação às atribuições delegadas a este comitê segundo o Regimento Interno, as competências que tratam da gestão dos recursos hídricos são: articular a integração de gestão dos Sistemas Estadual e Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e seus respectivos instrumentos de gestão no âmbito da Bacia Hidrográfica. Sendo de sua competência, similar as descritas no regimento Interno do CBH Rio Cabaçal, acrescidas de mais sete atribuições, como: a articulação junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e ao CEHIDRO relativo a outorga da água, examinar o relatório Técnico anual sobre a situação dos recursos hídricos na bacia hidrográfica e também o apoio do CBH Rio Jauru a iniciativas de educação ambiental.

Cabe ressaltar que novamente com a nova lei de Recursos hídricos a 11088/2020 o CBH passa também a ter o poder deliberar sobre as decisões dentro da área de abrangência do comitê, antes restritas a aprovar, estimular, propor, analisar e discutir. Contudo as decisões dos comitês ainda cabem recurso junto a CEHIDRO.

o comitê de bacia hidrográfica de acordo com as funções estabelecidas a ele como, apoio e articulação as decisões e deliberações ficam a cargo da CEHIDRO.

Das atas analisadas do CBH Rio Jauru também não há menção sobre contribuição ou consulta ao comitê, seja na outorga, na análise do relatório técnico anual sobre a situação dos recursos hídricos da bacia, ou instalação de empreendimentos que fazem uso da água, mesmo estas atribuições estando contempladas no o Regimento Interno comitê.

Neste caso, como no CBH Rio Cabaçal, as atividades desenvolvidas estão voltadas somente a ações de funcionamento estrutural do comitê.

Desse modo não houve moções solicitações ou recomendações. também não foram encontrados convites ou chamados para realizar agenda conjunta ou ações com secretarias dos municípios, que no papel demonstrem mais integração do comitê com outras secretarias de desenvolvimento do Estado.

O CBH Rio Jauru realizou entre 2018 e 2019, nove reuniões, sendo sete reuniões ordinárias e cinco extraordinárias, as reuniões extraordinárias foram necessárias para que os membros do comitê chegassem a um consenso sobre o Regimento interno.

Assim como no CBH Rio Cabaçal, os membros do CBH Rio Jauru apresentaram faltas consideráveis. Alguns representantes apareceram somente no dia da posse. Nunes e Cerqueira (2018) também ressaltam o baixo número de presentes, pelas vagas ocupadas, e outras deliberações do Comitê de Bacia do Recôncavo Norte e Inhampube na Bahia. Os comitês se reúnem em média 4 a 8 vezes no ano, as ausências podem refletir em falhas nos processos de decisão.

Para Magalhães jr (2001) a falta de uma abordagem adequada pode fazer com que a complexidade do ambiente se torne uma barreira ao processo decisório, fazendo com que os decisores fiquem controlados pelo sistema.

Devido interposição dos limites hidrográficos entre os dois comitês, alguns municípios como Cáceres, Araputanga, Quatro Marcos, Mirassol D'Oeste estes municípios fazem parte de ambos os comitês, assim durante o planejamento das reuniões ordinárias para o ano de 2019 os comitês escolheram fazer reuniões itinerantes, nos mesmos municípios, mudando apenas os turnos de reunião, com o objetivo de envolver os membros representantes dos comitês e possibilitar a participação durante as reuniões ordinárias.

De acordo com o observado nas reuniões os membros constataam a necessidade de articulação entre os comitês e sugerem que ações propostas tenham validade em ambos os espaços.

As propostas de ação que incluem outras instâncias são premissas básicas para o exercício da governança, ou seja, a gestão compartilhada dos recursos hídricos, conforme Ferrão (2020) a governança envolve tanto a gestão administrativa do Estado como a capacidade de articular e mobilizar os atores estatais e sociais para resolver os dilemas de ação coletiva; envolve também a articulação interna e externa da atuação estatal.

O CBH Rio Jauru, definiu em 2018 a necessidade da realização de um encontro para debater a bacia hidrográfica, de acordo as observações nas reuniões, os membros do comitê não conhecem a bacia hidrográfica e seus limites.

Por isso além das reuniões itinerantes, conhecer as demandas o território seria importante e poderia contribuir com as funções do comitê.

Um grupo de trabalho foi formado para organizar o encontro. Assim em 21 de maio de 2019 ocorreu o 1º Encontro do CBH Rio Jauru, organizada pelos próprios membros do comitê.

O evento tomou como prioridade trazer informações sobre a bacia hidrográfica, contando com a participação dos membros do comitê sociedade civil organizada da região hidrográfica. Todos os representantes foram convidados a apresentar quais ações desenvolvem na bacia, incluindo ações de restauração de nascentes, as atividades de saneamento, entre outras.

Também foi convidado um especialista na bacia Hidrográfica do Instituto Federal de Mato Grosso para fazer um panorama do Uso e ocupação da Bacia Hidrográfica do

Rio Jauru incluindo os problemas ambientais associados, o encontro foi aberto ao público em geral.

A partir dos temas discutidos no evento, o comitê realizou uma oficina elencando todos os problemas da bacia. Nesta oficina os membros do comitê selecionaram os temas prioritários sendo: Formação dos membros que compõem o comitê, Agrotóxicos, Restauração de áreas degradadas e nascentes, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Saneamento básico.

Foi então sugerido a formação de câmaras técnicas (CT) de trabalho para tratar dos temas, a composição das CTs se deu por escolha entre os membros do comitê com interesse em participar, sendo permitido a participação de pessoas externas ao comitê, o produto final das CTs ainda não foi apresentado.

Os fatores culturais, econômicos, sociais e ambientais são aspectos complexos e têm uma relação direta com os impactos nos recursos hídricos, evidenciando mais uma vez a importância do diálogo entre todos os atores sociais presentes na bacia.

Cabe aqui ressaltar que de acordo com (LIMA 2018) o conceito de governança evoluiu de uma visão de mercado para uma visão mais sistêmica para a gestão de políticas públicas e, neste sentido, torna-se um elemento importante para avaliação de políticas públicas, onde a governança esteja presente.

É importante mencionar que as câmaras técnicas foram formadas para atender as demandas relacionadas aos principais conflitos de usos da água na bacia, e se segundo os próprios membros do comitê, ter informações e dados sobre estes problemas permitirá propor ações necessárias, assim como poderá contribuir o estudo de plano de bacia do comitê.

A comunicação nos comitês de bacia tem como finalidade divulgar a existência do colegiado, tornando transparente suas ações, mas sobretudo manter a todos informados sobre as decisões e atos realizados na bacia hidrográfica. Os processos de comunicação podem trazer para o CBH outros atores sociais.

Assim sobre a comunicação de acordo com os documentos e relatos das reuniões, o comitê possui como meio formal para troca de informação o e-mail institucional, em que todos os membros têm acesso, possuem também um grupo em aplicativo de rede social para troca de informações, também um site contendo informações sobre o comitê bem como suas atribuições reuniões e ações desenvolvidas.

O comitê do Rio Jauru também é atendido Programa Pró comitês da ANA, o apoio financeiro permitiu ao CBH Rio Jauru realizar o 1º Encontro do comitê, assim como

apoiou a participação de membros do comitê em atividades de formação, das reuniões ordinárias e a participação no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), possibilitando que cinco membros do comitê participassem do evento, que de acordo com as atas e reuniões a participação no ENCOB é vista como um ponto positivo e que possibilita a troca de informações com outros membros de comitê do Brasil, além da formação sobre temas relacionados aos recursos hídricos.

Até aqui os CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT se apresentam em estágio inicial de consolidação, não possuem autonomia financeira, dependendo do órgão estadual e federal para existência. Seguem cumprindo as determinações de funcionamento conforme os requisitos estabelecidos pelas diretrizes do programa Pró comitês, desse modo é preciso ampliar as possibilidades de participação efetiva dos representantes nos comitês.

Para que os comitês funcionem é necessário que tenham estrutura administrativa, estrutura regulatória, estão permitem a garantia de práticas e ações necessárias a bacia.

A construção das políticas públicas está diretamente ligada a participação de atores sociais. Para De Oliveira (2019), é preciso levar em consideração um modelo analítico que permita um amplo entendimento da gênese de uma política pública, assim como a complexidade que envolve as relações entre os sistemas de atores e os mecanismos utilizados em sua operacionalização nos espaços coletivos.

## **5 A PERCEPÇÃO DA GOVERNANÇA NOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS RIO CABAÇAL-MT E RIO JAURU-MT**

Foram analisadas as percepções dos membros dos CBHs Rios Cabaçal e Jauru sobre as práticas e os processos de governança desenvolvidas, tendo como referência as dimensões e mecanismos de governança, adaptadas para este trabalho a partir de autores que discorrem sobre o tema (GLOBAL WATER PARTNERSHIP 2002; MACHADO, 2003; LÖFFER 2006; JACOBI , 2007; SLOMSK, 2008; CAMARGOS 2013; OCDE 2015; CHÁVEZ, 2017 LIMA, 2018; VARGAS 2018). Essa sessão está estruturada na seguinte ordem:

### **Dimensão - 1 Papel dos comitês**

Temas analisados: Sistema de funcionamento dos CBHs, Papel dos membros dos comitês, interação com órgão gestor e outros entes, função junto ao Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos.

### **Dimensão - 2 Estrutura regulatória**

Temas analisados: A legislação nacional e estadual, as responsabilidades e obrigações, implementação da legislação.

### **Dimensão - 3 Atitude**

Temas analisados: Sobre as prioridades dos CBHs, o estabelecimento e cumprimento de metas e prazos, o resultado das ações dos CBHs e possíveis dificuldades e vulnerabilidades.

### **Dimensão – 4 Resolução de conflitos e participação dos atores**

Temas analisados: Se há presença de povos originários, comunidades tradicionais ribeirinhos e quilombolas nos CBHs e como são envolvidos, os conflitos, a forma da gestão nos CBHs, o desempenho da informação interna e externa dos CBHs.

### **Dimensão - 5 Comunicação, mobilização e articulação para compreensão do processo participativo na gestão das águas.**

Temas analisados: a participação nos CBHs, motivação, interação com a instituição ao qual representa.

## **5.5 Papel dos comitês de bacia hidrográfica do Rio Cabaçal e Rio Jauru**

Sobre esta dimensão os entrevistados atribuíram diversos papéis, como a responsabilidade de planejar a bacia hidrográfica, a identificação das demandas, os objetivos e metas para legislar e regulamentar o uso dos recursos hídricos na bacia.

O participante a seguir compreende o papel do comitê como um espaço em que o “povo” ou seja, a sociedade tem o direito de atuar, para defender os recursos, segue a fala “(...) o comitê é um espaço em que o povo tem, daquele lugar de dizer a vocação que aquele espaço hídrico, geográfico, ambiental, enfim tem e defender isso, entendeu. (CBH 1 - Rio Jangada -Representante Sociedade civil)”. Outro entrevistado diz que o “Comitê de bacias é um grupo de pessoas que se reúne deliberar sobre o uso.... os rios né digamos assim (CBH 2- Rio Coxipó - Representante setor Governamental)”.

[...] nunca tive contato com comitê, então a experiência que eu estou tendo agora é que é um grupo de pessoas que tentam realizar ações organizadas,

planejadas pra remediar algum problema ou prevenir futuros problemas em determinada área. (CBH 1- Rio Manso - Representante Usuários da água)

Eu entendo e falo e aí veja bem eu falo comitê seria uma organização da sociedade, pra trabalhar assuntos pertinentes a bacia. Então e aí, ele pode ser popular, só popular e pode ser também ele oficial, trabalhando a questão de também do Estado, a gestão do Estado e a sociedade partilhando também conhecimentos e decisões de políticas públicas para a referida bacia. (CBH 2 - Rio Paraguai - Representante Sociedade civil)

É uma reunião dos interesses sociais, econômicos ambientais e políticos da gestão da água. Isso é o comitê, é o espaço da reunião desses diferentes, interesses e os diferentes pesos disso na gestão, né isso pra mim é o comitê, um lugar aonde a gente consegue reunir ali o cara da indústria que só pensa na água, não é que só pensa na água, ele sabe da importância da água, mas ele leva ali o interessa da água pra produção. (CBH 2- Rio Coxipoaçu - Representante Sociedade civil)

Alguns entrevistados enfatizaram que o comitê tem função de tratar os conflitos no território como este entrevistado que afirma “Acho que sobretudo é, ter um olhar, holístico pela bacia né, e dirimir conflitos né de interesse pela água. (CBH 2- Rio Xingu - Representante setor Usuários da água):

Seria é detectar aonde há conflito né e tentar mediar uma solução legal. Tudo dentro da legalidade o comitê não pode ser parcial [...] (CBH 2 - Rio Sucuriú - Representante setor Usuários da água)

[...] um fórum de a explicita quais são os conflitos relativos ao uso da água na bacia, e tentar a partir do diálogo encontrar caminhos que vão pensar a conservação das águas do ponto de vista qualitativo e quantitativo. (CBH 1- Rio Paraná - Representante setor Governamental)

...um espaço de discussão aonde trazemos em pauta quais são os pontos de conflito né dentro da sociedade, e isso em busca de um bem comum que seria por isso que eu disse da coletividade né.... Então é um local onde se discute e debate possíveis causas de conflitos, sociedade isso relacionada a parte ambiental, consequentemente água né, florestas e tudo mais. Então seria um local de debate sobre essas temáticas. É e não só debate porque você também gera é... tem frutos né, e ali você pode orientar, sugerir, direcionar, aprovar várias coisas pra intermediar esses conflitos (CBH 2 - Rio Araguaia - Representante setor Governamental)

Já os entrevistados abaixo ressaltaram que o papel do comitê seria tratar das questões ambientais na bacia hidrográfica, “(...) discutir os problemas da, ambiental da comunidade e também éeee deliberar sobre as questões ambientais da região, daquela bacia (CBH 2- Rio Guaporé Representante setor Governamental).

“(...) é sobre a questão as preservação das nascentes né, a questão do desmatamento, das queimadas, dos agrotóxicos, engloba tudo né que vem contra esse, essa proposta do comitê né. (CBH 2- Rio Cuiabá - Representante setor Usuários da água)

“Ooo comitê ele tem, aaaa responsabilidade de ver os impactos da bacia eeee ela ta ali pra fazer todas as discussões de todas as problemáticas pra buscar uma solução para que isso seja resolvido (CBH 1-Rio das Mortes Representante setor Sociedade civil)”.

Ajudar a executar ações de prevenção e... prevenção, mitigação e remediação das cabeceiras, do meio ambiente ali em que se trata aquela bacia é... escassez de água a prevenção da escassez. (CBH 1- Rio Manso - Representante setor Usuários da água).

As respostas demonstram que há diferentes interpretações com relação ao papel dos comitês, porém se complementam, seja ao enfatizar a resolução de conflitos de interesses ou as questões ambientais.

Compreender o papel dos comitês de bacia, dá sentido a participação dos atores sociais presentes na bacia, pois os membros reconhecem que tem como missão decidir sobre uso e conservação da água. Os comitês de bacias hidrográficas tem como papel, de discutir as questões importantes, esclarecer posições e construir um consenso (OCDE, 2015).

Dentre as atribuições citadas a maioria dos entrevistados mencionou, o comitê como um espaço de ampla participação, para a tomada de decisão coletiva, cuja atuação conjunta com as demais instâncias de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, evidenciado a necessidade da atuação mista, a partir das necessidades presentes da bacia, seja recuperação, seja mediação ou conflito conforme as falas a seguir:

“(...)são responsáveis, por....promover a gestão de forma participativa, aaaa consultiva e deliberativamente das bacias hidrográficas pela qual foram estabelecidos (CBH 1- Rio Vermelho - Representante setor Governamental)”.

“(...) é um espaço, comum de diversos atores duma mesma sociedade que tem que tratar de um assunto que permeia a todos, tem valores distintos para cada um deles e que todos devem ser considerados. (CBH 1 - Rio Aripuanã - Representante setor Usuários da água)”

“O papel do CBH, seria no sentido dessa equipe multidisciplinar, de várias pessoas de vários órgãos diferentes trazendo as suas ideias e também o conhecimento pra que venha preservar mais as nossas bacias hidrográficas. (CBH 2- Rio Piquiri - Representante setor Usuários da água)”.

“É fiscalizar isso, pra não permitir que se tome decisões pra defender interesses de grupos, e não da própria bacia, porque eu não posso, eu acredito que no comitê, eu não



posso defender o meu lado, eu preciso defender o lado da bacia né (CBH 2- Rio Paraguai - Representante setor Sociedade civil)”.  
 10

Agora o que de fato o outro papel do comitê o de ser um espaço e diálogo e de concertação, a palavra que eu to falando concertação é de consertar mesmo né e realizar um concerto como se você tivesse fazendo um concerto musical né, eu to falando desse concerto a concertação de diferentes interesses. Então você tem de afinar esses interesses é fundamental, então esse papel da concertação de interesses é o que na realidade me anima um pouco mesmo sabendo que normalmente a gente, a sociedade civil não tem a força que deveria ter, não consegue dialogar o que tem. (CBH 2- Rio Coxipoaçu - Representante sociedade civil)

Cabe mencionar que um dos entrevistados ressaltou desconhecer o papel do comitê:

Na prática, não sei dizer porque até então todo trabalho que a gente fez até hoje foi só é papel, não foi pelo menos na minha parte não foi, não vi nada na prática. (CBH 1 - Rio Bugres - Representante setor Governamental)

Reconhecer a necessidade de ação conjunta entre os comitês de bacia e demais esferas de deliberação, demonstra que os entrevistados compreendem suas limitações enquanto órgão parte do sistema e que o planejamento coletivo e a gestão compartilhada é o caminho para que os entes e atores sociais da bacia sejam atendidos.

Sobre a importância da gestão compartilhada, é preciso pensar na questão da sustentabilidade das políticas socioambientais que articulem com outras esferas governamentais articulando com a política de emprego, renda e desenvolvimento econômico (JACOBI, 2006).

Quando questionados sobre os objetivos do comitê, alguns entrevistados responderam que é preciso garantir a gestão das águas, atendendo aos múltiplos usos, assim como a qualidade e quantidade, de modo que as decisões sejam tomadas coletivamente:

garantir a melhor gestão das águas atendendo os interesses múltiplos, mas sobretudo aí, é o meu peso pessoal, tendo a saúde como referência. Eu to usando muita a saúde porque, talvez eu não usasse tanto essa palavra, se a entrevista fosse um mês e meio atrás. Mas eu fiz graduação na área da saúde da saúde com uma cubana e tava aqui exatamente recuperando as, as fórmulas a criação da epidemiologia no território, e é indiscutível né, o quanto você é.... a água ela é como se fosse, é o principal condutor, de doenças inclusive né. Se você não tem uma água com a qualidade adequada você tem uma população doente, sempre vi assim, sempre vi dessa forma, hoje a gente acaba, a gente acaba encontrando o agrotóxico na água, hoje a gente encontra os metais pesados na água, por onde a gente se contamina, pela água, infelizmente, ou seja, eu não consigo dissociar desse papel da saúde. Então pra mim tem essa função, da saúde, olhando pra.... como se fosse as veias né, corre o sangue mesmo. (CBH 2- Rio Coxipoaçu - Representante Sociedade civil)

Então o que eu to falando pra você o objetivo dele é a gente encontrar um caminho uma solução correta um caminho uma solução correta para utilização dessas águas né, poder saber utiliza-las né, aí entra mais outras coisas, preservação ambiental né, conservação das matas ciliares, então assim, são bastante pontos que a gente tem que analisar. (CBH 2- Rio Cuiabá - Representante Usuários da Água)

Alguns entrevistados enfatizaram que as decisões no comitê não devem ser unilaterais e que o Estado por meio do órgão gestor a SEMA toma a decisão, de modo que elas não partem do comitê:

É pra não tomar decisões, que o estado não tome decisões unilaterais isso é um grande problema né porque a nossa organização social, ainda não está, talvez por falta de ter um conhecimento mais amplo não, não está muito comprometida com isso. E acaba em muitos comitês permitindo que o Estado, faça uma relação unilateral, ou mais puxada pelo lado também dos usuários, sem ouvir muito o lado social. (CBH 2-Rio Paraguai- Representante Sociedade civil)

Bom o comitê é uma organização é.... que era, uma organização da sociedade que infelizmente ainda eu acho que é orientado pelo governo né não é orientado pela sociedade civil, mas há demanda do governo para que a sociedade participe da, na organização da bacia. (CBH 2- Rio Juruena - Representante Sociedade civil)

Pra mim o comitê ele deveria ser, um estudo na prática em si como na pergunta anterior que você me fez, por que, o comitê não é só ficar dentro de uma sala. A gente vê tudo que tá acontecendo hoje no Brasil e no mundo, então o comitê ele deveria ser isso, a gente pegar e ir pra prática, fazer os estudos vê o que que está acontecendo com o meio ambiente e ver a, o que a gente pode trabalhar pra poder resolver esses problemas que a gente tá tendo. (CBH 1 - Rio Bugres - Representante setor Governamental).

Os objetivos relatados demonstram que a maioria dos entrevistados conhece os objetivos do comitê, contudo chama atenção as falas em que os mencionam que as ações não foram definidas pelos comitês, não pelo coletivo e sim pelo órgão gestor a SEMA, rompendo a autonomia dos comitês.

Embora os mecanismos de participação tenham avançado e se institucionalizado, é preciso que se garanta algum poder de decisão, pois sem isto não há participação de verdade (JACOBI; BARBI, 2007).

Quando perguntados sobre o que acham da forma que o comitê de bacia hidrográfica auxilia na gestão dos recursos hídricos, percebe-se que a maioria dos entrevistados respondeu como deveria a gestão dos comitês, ressaltando o campo da ação como uma projeção ideal:

“Ele serve como uma, serve como um ambiente de discussão e de proposição pra que....é... os órgãos públicos né aqueles que têm a competência pra fazer o.... a gestão a

fiscalização, a repressão né, possam vir inclusive atuar. (CBH 2 - Rio Xingu - Representante Sociedade civil)”.

Considerando que uns dos principais aspectos do comitê é o consultivo e que também é deliberativo, ele tem um papel primordial, tanto na sugestão dos projetos de lei, alterações de leis que já estão vigentes para que se tornem mais adequadas principalmente por região que por público alvo os comitês de bacias eles têm um papel primordial nessa gestão (CBH 1 - Rio Vermelho Representante Setor Governamental)

Então eu não me interagi muito ainda, mas é o que foi mais ou menos definido que a gente pode analisar foi assim, vai ser uma ajuda né as prefeituras é, tudo aquilo que envolve e utiliza a água, então assim pra dar um política, uma política correta de como utilizar esse bem que é natural bem público né. (CBH 2 - Rio Cuiabá Representante Usuários da água)

Quando perguntados sobre como é realizada a gestão no comitê que faz parte, os entrevistados trazem em seus relatos, que em ambos os comitês estão nos passos iniciais voltados a estruturação do comitê, e que avaliações das ações são pontuais, outros entrevistados não souberam dizer ou desconhecem ações desenvolvidas:

[...] então ele auxilia né, é... regulando né, o tipo de uso o tipo de impacto que ta sendo ofertado pra esse recurso hídrico Então o comitê que a gente participa ele começa de uma certa forma tomar corpo agora né... então começa a dar resultado, muito tímido ainda né mesmo porque o comitê ta começando a engatinhar (CBH 2-Rio Coxipó - Representante setor Governamental)

Olha ele é criado pra isso, ta agora hoje, eu estou vendo muito dificuldade pra isso acontecer de fato, no acompanhamento que eu faço a gente ta encontrando muitas dificuldades para que isso de fato aconteça, e sinto, veja bem a gente não pode eximir da culpa né, como eu digo as organizações sociais ainda não se inteiraram (CBH 2-Rio Paraguai - Representante Sociedade civil)

Olha o comitê ele é muito novo ainda né, então, na verdade eu tenho visto é que os membros ainda tão aprendendo o que é viver o que é comitê (CBH 2-Rio Xingu - Representante Sociedade civil)

Bom os dois comitês que eu participo a gestão eles são, tá bem incipiente, tá bem no começo, mas ela se dá de uma forma o que eu percebo ela se dá de uma forma bem harmônica, assim tem as discordâncias a gente identifica bem os atores.... mas a gente conseguiu ter uma evolução, que traz a mesa à luz a informação de todos nós conseguimos tratar fazer um diálogo, com calendários com agendas muito bem definidas. CBH 1 - Rio Aripuanã- Representante Usuários da água)

Com relação a clareza dos objetivos e o papel do comitê é possível notar que os entrevistados reconhecem suas competências enquanto órgão colegiado, assim como a importância da diversidade de atores que compõem os comitês reconhecida pelos entrevistados, para que as demandas cheguem até o coletivo e possam ser debatidas. É importante mencionar que durante pesquisa não foi avaliado o grau das habilidades dos membros dos comitês para a gestão dos recursos hídricos.

De acordo com a Agência Nacional das Águas (ANA, 2011), os comitês são organismos colegiados em que um grupo de pessoas se reúne para discutir sobre o uso da água na bacia e todos os setores da sociedade com interesse sobre a água podem participar do comitê para tomada de decisão.

Quando os entrevistados falam dos comitês que fazem parte, há uma aproximação sobre o que de fato está acontecendo naquele espaço, então é possível notar que as ações de gestão estão voltadas a estruturação e organização interna dos colegiados, enquanto os relatos sobre os objetivos apresentados estão no voltados campo do ideal no futuro, evidenciada quando os entrevistados responderam de modo evasivo, ou não souberam responder como é desenvolvida a gestão nos comitês.

Apoiar uma governança de bacia orientada para resultados, engajando, ao mesmo tempo os comitês de bacia hidrográficas na implementação e definindo com clareza os seus papéis e contribuições esperados para tomada decisões(OCDE, 2015).

O papel dos comitês envolve não apenas olhar para uma determinada ação a se resolver, mas sim para o conjunto delas, estas ações envolvem diversos interesses, mas também requer habilidades por parte dos membros dos comitês para resolução e encaminhamento de ações (DE AMORIM; RIBEIRO; BRAGA, 2016).

Assim o olhar integrado das bacias hidrográficas quanto aos impactos e as atividades de outros setores, torna-se crucial para alcance dos objetivos, que devem ser determinados com os membros dos comitês, contemplando assim a política estadual e nacional de recursos hídricos. Principalmente atendendo as demandas que venham das bacias hidrográficas.

## **5.6 Estrutura regulatória**

A dimensão estrutura regulatória tratou de questões relacionadas a implementação da legislação, assim como as atividades e responsabilidades, e prioridades desenvolvidas. Com relação a dimensão estrutura dos comitês de bacias hidrográficas dos rios Cabaçal e Jauru, sobre a existência de planos de gestão a maioria dos entrevistados afirmou não haver implementado nenhum plano, “Não, não possui plano de gestão ainda, é o passo, o próximo passo do comitê. (CBH 2- Rio Coxipó - Representante setor Governamental)”:

Não ainda não a gente vai fazendo né, eu acho que um comitê não nasce de um dia pra outro, na verdade, é a gente vai fazendo um plano com todos os trabalhos que a gente vai fazendo, um dia se escreve ele mas, ele vai nascendo, um bom plano ele nasce no dia a dia né, não nasce de um dia pra outro que

alguém resolve escrever. (CBH 2- Rio Juruena -Representante Sociedade civil).

Olha, como o comitê ele é um comitê novo né, nós ainda eu creio que estamos aprendendo a fazer a gestão desses recursos hídricos, ainda a gente não tem assim um plano pré-definido né. Eu creio que a gente ainda tá na fase da capacitação dos membros né aonde os membros agora que estão entendendo o que é um comitê de bacia, como funciona a sua importância, eu já fui membro de comitê de bacias alguns tempos atrás, mas eu mesmo não entendia a importância que tinha um comitê de bacia desse espaço né. (CBH 1- Rio São Manuel - Representante Usuários da água).

Os participantes atribuem a inexistência dos planos de gestão em decorrência do tempo de existência pois os comitês são novos, instituídos os comitês rio Cabaçal e rio Jauru em 2017 e 2018 respectivamente.

Porém três entrevistados afirmaram, haver plano de gestão, mas não souberam dizer como é realizado ou dar mais detalhes:

Todos os comitês foram formados eles têm um plano porque eles têm uma obrigação de formatação de câmaras técnicas e lá eu creio que tenha [...] eu sei que tem. (CBH 2 Rio Sucuriú - Representante Usuários da água).

Sim, então na verdade, porque o do Comitê né, tem o plano vieram pessoas da UFMT, pra fazer palestras, na verdade são audiências públicas né, embora ainda de forma, ao meu ver né, um pouco minimalista, porque não ouviu toda, os usuários, todo público envolvido, é... tivemos uma reunião na prefeitura e outra na câmara, eles na verdade, não vieram, marcaram, a gente organizou tudo e eles não vieram. E aí depois saiu o resultado que é o de Quatro Marcos ficou particularmente no nosso caso como município degradante do, da bacia né, nossa atividade principal é pecuária e foi colocado que pecuária é o vilão da história, do Cabaçal, porque o do Jauru ele não é o, ele ainda não entrou no projeto lá de... que a gente na nesse é P2 né, ele não entrou ainda né, acho que vai ter uma nova etapa agora. (CBH 2- Rio Araguaia - Representante setor Governamental)

Sim, não estou nas cabeças do comitê, mas possui um plano de gestão. Não tenho certeza de como ele tá sendo executado porque a gente tava montando ainda as ações, então não sei se foi executado ainda muitas coisas, na prática eu não participei de nenhuma ação ainda. (CBH 1- Rio Manso - Representante Usuários da água)

Um dos entrevistados afirmou não conhecer se existe ou não planos implementados:

Bom eu não sei, eu não sei se tem, porque, mas eu acredito que sim, mas eu não tenho, eu não vi, eu não tenho conhecimento do plano em si, eu não vi ele, não sei te dizer, o que que rege se tem o que que rege o plano de gestão. (CBH 1 - Rio Bugres - Representante setor Governamental)

Contudo outro entrevistado citou a existência de plano anual de trabalho:

O comitê de bacia do Jauru ele possui um plano de trabalho anual, né a gestão, as gestões dos comitês de bacias no estado de Mato Grosso eles são de dois anos a maioria deles, pelo menos é estabelecido pelo regimento interno, e o comitê do Jauru ele estabelece planos de trabalho anuais. Existe um plano aaaa, plurianual que pra todos os comitês estabelecidos pela ANA (Agência

Nacional das Águas) através de um convênio que se chama pró comitês. Tem o de cinco anos e tem um interno de um ano. (CBH 1 - Rio Vermelho - Representante setor Governamental)

Observa-se que não há um consenso entre os entrevistados sobre a presença de um plano de gestão para funcionamento dos comitês. Mesmo aqueles que afirmam haver um plano não detalharam como são esses planos.

O plano de gestão aqui referido é um documento que orienta como será realizada as atividades propostas pelo comitê, contendo estratégias e critérios que contribuam com a organização e funcionamento do comitê, pode ser desde o mais estrutural até o próprio plano de bacias previsto como um dos instrumentos.

Alguns entrevistados atribuíram que não há plano devido aos comitês serem novos, estando em fase de construção, e que o foco do comitê ainda está na formação de seus membros e processos iniciais de funcionamento, parece que se referem ao plano de bacias, um dos instrumentos previstos por lei, este é baseado em um estudo detalhado da bacia contendo diagnóstico e prognóstico para as ações necessárias nas bacias hidrográficas.

Os comitês são parte da região hidrográfica da Bacia do Alto Paraguai de domínio federal, que já possui um plano conhecido como Plano de Bacia do Alto Paraguai previsto para um cenário de 10 anos. Na ocasião, houve oficinas parte da elaboração deste plano na região, o que pode explicar que alguns entrevistados reconheçam estas atividades como parte dos de ações para os comitês.

Sobre a implementação dos instrumentos de recursos hídricos parte dos entrevistados afirma não haver nenhum instrumento implementado no comitê, “Nenhum dos cinco estão implantados né, estão em discussão, inclusive precisa de que de haja recursos para, assim, construir o primeiro plano para depois atuar nos demais. (CBH 2- Rio Xingu - Representante Sociedade civil)”:

Ainda não, agora nós temos a única gestão que a gente têm, que recentemente ficou pronto é o plano de comunicação, a gente organizar internamente o que que se tinha, como plano, foi discutido isso na 3º reunião essa questão do plano de gestão e o plano de bacia de que precisava mas aí foi discutido pra poder esperar o resultado do trabalho que ia ter do trabalho da SEMA, via ANA, do trabalho que ia ser feito, contratado uma empresa pra fazer, no caso foi a UFMT ficou contratada pra fazer o estudo integrado, Sepotuba, Cabaçal e Jauru os três comitês. O anseio do comitê é posterior de posse dos dados dos resultados desse plano de bacia é elaborar estratégias próprias do comitê. (CBH 2 - Rio Coxipó -Representante Setor Governamental)

Não é o que é mais grave é que o plano de bacia está sendo feito de forma muito remota, com baixíssima participação popular, baixíssima participação inclusive do próprio comitê o comitê, avalia no final um documento que vem pronto e tem grupos que têm acesso ao documento primeiro, trazem pareceres extremamente bem fundamentados, legalmente fundamentados, na realidade assim, dos instrumentos o plano ele é, o zero um, ele não tá em zero um pela sequência, a toa ou acidentalmente quer dizer sem plano, não tem como discutir enquadramento, não tem como discutir exatamente nada sem o plano. (CBH 2- Rio Coxipoaçu - Representante Sociedade civil)

De acordo com as falas fica evidente a importância do plano de bacia para a atuação estratégica, considerando cada bacia é específica, ou seja, o plano é reconhecido como o documento que orientará as ações necessárias para o cuidado com os recursos hídricos, e sua ausência preocupa pois sem o plano o comitê fica restrito sem poder atuar.

Com relação ao plano de recursos hídricos são instrumentos de planejamento que servem para orientar a sociedade e os tomadores de decisão para recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos das bacias ou regiões hidrográficas correspondentes (LÉO, 2014).

Nos relatos abaixo os entrevistados afirmam a existência de alguns instrumentos implementados:

Os dois estão com plano de gestão. A gente tá elaborando os planos de gestão, o dos dois então tá sendo elaborado o plano de gestão. Nos dois tem o grupo né tema presidência né, tem a secretaria que são lançadas as propostas né, a forma de trabalho, a dinâmica como é que vai ser trabalhada são elencadas, prioridades e a partir daí, são definidas e são criadas Câmaras técnicas. (CBH 1 - Rio Aripuanã - Representante Usuários da água)

O que tá assim, que a gente tem conhecimento é o plano, esse a gente fez atualizou, pode ter falha precisa melhorar, mas foi construído um plano. Agora os outros dois a outorga, se tem alguma ele não foi feito com muita participação do comitê não. Então os outros dois recursos ele ainda está no vermelho (CBH 2- Rio Paraguai- Representante sociedade civil)

Eu creio que sim, um exemplo, o sistema de informação né, como próprio nós temos o site né lá, tem informações não só para os participantes do comitê, mas eu creio que pra, né a nível mundial quem tiver o acesso vai ver as informações e as ações do comitê, isso é um, o outro desculpa é que. Então de onde eu já participei....eu particularmente, talvez foi numa reunião que eu não estava, que teve alguns momentos que eu faltei, eu não vi isso ainda. (CBH 2- Rio Araguaia - Representante Setor Governamental)

Das análises das atas e documentos dos comitês, nenhum dos cinco instrumentos previstos em lei foi implementado. É possível notar nas falas que as atividades que os comitês vêm desenvolvendo, são as citadas como a implementação dos instrumentos de gestão, havendo desconhecimento por parte dos entrevistados sobre o que de fato são os instrumentos.

Nas falas a seguir os entrevistados desconhecem a existência ou não planos implementados no comitê veja, “Eles não comentaram nenhum desses cinco não. (CBH 2- Rio Piquiri - Representante Usuários da água)”. Outro entrevistado afirma, “Não eu não tenho conhecimento porque a outorga eu não sei se se vão optar, (... mas já foi tratado de alguns desses água, assim de começar a cobrar, mas se ta funcionando ainda não.) já, já sim, já foi tratado (CBH 1 - Rio das Mortes Representante Sociedade civil)”:

Olha o comitê tá com uma nova proposta né e eu não posso te dizer hoje se já ta né mas isso já tá englobado dentro do plano de trabalho né, sobre a outorga da água né a questão de qualidade, então assim eu não tive a oportunidade de participar dessa última reunião então eu não sei o que foi debatido né mas na primeira, foi colocado mais ou menos essas questões aí. (CBH 2 - Rio Cuiabá - Representante Usuários da água)

Cabe mencionar que ao realizar esta pergunta os entrevistados foram informados que de acordo com as Leis das Águas sobre os instrumentos de gestão previstos, o plano de bacias, enquadramento, outorga, sistema de informação e cobrança.

Sobre o CBH Rio Jauru, alguns entrevistados atribuem não ter os instrumentos de gestão implementados, ao fato de o comitê ter apenas um ano e meio de institucionalização.

Já o CBH Rio Cabaçal possui o plano de bacias em fase final de apresentação de diagnóstico e prognóstico, de acordo com as atas, foram designados membros do comitê estão acompanhando as reuniões relativas a apresentação dos resultados parciais do diagnóstico, contudo a maioria dos membros deste comitê não soube informar sobre a situação do plano da bacia. Atualmente este plano denominado P2, uma referência a bacia hidrográfica está sobre acompanhamento do Grupo de Acompanhamento (GAE), e será apresentado via audiência pública para a sociedade ainda em 2020.

Mesmo sem o plano ou em fase de elaboração foi possível identificar que muitos entrevistados sabem da importância e priorizam os planos de bacia.

Estudos de realizados na região Centro-Oeste do Brasil sobre os instrumentos de gestão, 80% dos entrevistados afirmam estar priorizando a elaboração e implementação dos planos de bacia (RIBEIRO, P. E. A. M.; HORA, 2019).

(PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS, 2013) ao analisar a percepção de stakeholders e especialistas sobre a implementação dos instrumentos de gestão, aponta a falta avanços por parte do Estado o órgão gestor para a implementação dos instrumentos de gestão no estado de Minas Gerais.



Em relação a distribuição de responsabilidades dentro do comitê, os entrevistados responderam informando a estrutura da composição básica dos comitês, sendo presidente, vice e secretário, mas afirmaram que cabe a todos os membros a participação.

A formação das câmaras técnicas foi mencionada pelos entrevistados como uma atribuição aos membros e que consideram boa, positiva, pois divide as atribuições entre os participantes do comitê estimulando a participação dos membros dos comitês:

São divididas tem, é claro que cada um tem o seu papel, é claro, eu não sei se eu posso dizer é, hierárquico mas funcional né, presidente, secretário e tal, mas também agora, recentemente com o advento das Câmaras técnicas que é, agora ta sendo muito mais distribuído as funções, alguns trabalhos mesmo práticos dentro do comitê. Então é isso. (CBH 2- Rio Araguaia - Representante Sociedade civil)

Então o comitê ele tem uma diretoria, basicamente, presidente, vice-presidente e secretaria executiva e a forma encontrada no regimento é as temáticas que são necessárias gerar trabalho, as câmaras técnicas né, as câmaras técnicas foi a forma de dividir um pouco das funções dentro do comitê. (CBH 1- Rio Paraná- Representante Setor Governamental)

Então a distribuição de responsabilidades, agora, que a gente depois que montou câmara técnica, que a gente viu, até então a gente não tinha uma responsabilidade clara, não tinha é ninguém, ficava muito a cargo do presidente e se o presidente não tomasse iniciativa, não tinha muito ação nenhuma. (CBH 2- Rio Coxipó - Representante Setor Governamental)

Os entrevistados abaixo consideraram o órgão gestor a SEMA, como responsável pelas atribuições e responsabilidades:

Olha as atribuições lá é... esse grupo gestor no caso que ta lá, desenvolvendo os trabalhos, na parte de organização né, eles é o pessoal da SEMA que tão fazendo né, então a gente vai colaborar de outras formas, com informações, com né. (CBH 2 - Rio Cuiabá- Representante Usuários da água)

As atribuições elas foram feitas por meio de votação pra decidir coordenador, claro que no caso da SEMA ela tem cadeira cativa, então aa... seria a coordenação e aí tem, o secretário, o secretariado, agora vem as câmaras técnicas, então é isso. [Quem faz parte das Câmaras técnicas?] todos os integrantes do comitê. (CBH 1 - Rio Bugres Representante setor Governamental)

Algumas falas relatam a coletividade e a democracia como partes das atribuições no comitê, em que mesmo os participantes que não fazem parte da diretoria executiva, participam das decisões:

O comitê de bacias hidrográficas ele... aaa é composto o comitê do Jauru tem 11 instituições, onze? Não, tem 22 instituições representantes né com representações de poder público sociedade civil usuários a água e uma representação de povos indígenas, ele tem um presidente e um vice-presidente, um secretário executivo e os demais membros eles tem participação ativa, mesmo não fazendo parte da diretoria as decisões dentro dos comitês de bacias

elas são...todas em plenária a decisão plenária é soberana. (CBH 1 - Rio Vermelho- Representante Setor governamental)

Eu vejo que as responsabilidades ela é dividido dentro de cada representações né, eu por exemplo dentro da sociedade civil qual é o meu papel, e, de tá vendo, também, como, como, uma pessoa, diante da questão, da, da, do do, próprio consumo do recurso da água eeee, eu acho que outra situação é as pessoas, os usuários vê de que forma ta sendo usada né o controle disso tudo. (CBH 1 - Rio das Mortes - Representante Sociedade civil)

A capacidade técnica e comprometimento que alguns integrantes dos comitês possuem, também aparece como uma relação positiva dentro dos comitês:

Eu também não vou ter assim a memória de dizer quem está fazendo o que, mas aí ele tem sido bem democrático, tem sido feito uma boa distribuição de tarefas e existe pessoas comprometidas, nós temos dentro do comitê pessoas comprometidas, pessoas que têm uma capacidade técnica maior e também os que não podem nada mais alguma coisa mais ainda participa. Mas muita coisa dessa participação acaba acontecendo nos debates nas reuniões (CBH 2- Paraguai- Representante Sociedade civil)

Em relação a participação de povos e comunidades tradicionais e quilombolas e pescadores nos comitês, praticamente todos os entrevistados responderam que há participação destes grupos nos comitês, como o relato a seguir “Quando um Chiquitano, índio da nossa região assumiu (CBH 1 - Rio Jangada - Representante Sociedade civil)”:

Sim, no dia que eu participei que teve a votação, tinha pescadores, tinha é agricultores também tava e tinha várias também outras prefeituras também estavam lá e tinham outros órgãos só que agora eu não me lembro [...]. Tanto é que a comissão a diretoria ficou bem assim dividido, ficou uma forma muito boa assim, tinha um senhor lá que é pescador e de outras, representações que participa, foi até uma votação bem assim a ele tá perto é bom que ele vai poder assim dar informação de como tá lá, então foi uma votação que todos de cada órgão participando. (CBH 2- Rio Piquiri -Representante sociedade civil)

Tem, olha são bem participativas né, tanto que se você pegar o histórico de reunião, esses grupos, raramente faltam, então isso daí, já significa que estão organizados e atuantes. Eles contribuem de forma direta, eles dão a opinião deles, e tão ali para defender seus interesses, ponto positivo (CBH 2 - Rio Coxipó - Representante Sociedade civil)

Sim, nos dois comitês eu percebo que tem sim, assim, ou representante das próprias etnias em si, ou ONG's que representam as quais, são bem representados sim não tem.... No comitê por intermédio dessas instituições que por eles são representados, agora como chega na base eu não sei. (CBH 1 - Rio Aripuanã Representante Setor Usuários)

Nos dois últimos depoimentos os entrevistados demonstram entender que as organizações não governamentais, indígenas e pescadores são todos representantes do mesmo grupo social na bacia. Cabe mencionar que a diferenças entre os atores sociais é o fato que justifica sua presença nos comitês e conselhos pois cada grupo de atores

sociais, tem um olhar diferente com potencial de trazer para os debates as demandas da bacia hidrográfica, aproximando a realidade e que pode definir o planejamento assertivo da bacia.

Desse modo os interesses, são, portanto, a representação, no nível político, daquelas condições. A possibilidade de que se perpetuem ou sejam modificadas, é expressa na forma de demandas e através de grupos e ou movimentos específicos da sociedade (LOBATO, 1997).

Corroborando nessa discussão (BANDEIRA, 1999) diz que a presença da sociedade civil nos conselhos pode contribuir para que se expressem alguns interesses setoriais mais amplos e abrangentes mas fica demasiado distante das forças locais, para contribuir de forma eficaz para melhor focalização e calibragem das decisões.

Apesar de se apresentar como um desafio, a presença de atores sociais nos comitês possibilita que cada vez mais as decisões na gestão dos recursos hídricos atendam aos interesses sociais ambientais e econômicos, atendendo aos princípios da participação social, (ABERS et al., 2009; COELHO; PAIVA; FREITAS, 2019; FERRÃO; RANDO; BRAGA, 2020; JACOBI; BARBI, 2007; WOLKMER; PIMMEL, 2013).

Mesmo com a afirmação da presença dos povos comunidades tradicionais indígenas e pescadores, quando questionados sobre a forma que estes grupos participam os entrevistados disseram que a participação ainda é baixa:

Tem, representação tem né, porém baixa participação, mas tem. Então com esse funcionamento vertical né, em que o maestro é que chama o concerto, então é a SEMA que convoca a gente tem só essa ferramenta virtual de convocação, você não tem por exemplo nenhum instrumento de mobilização e participação e de acolhida da pauta, quando você é convocado a reunião a pauta tá pronta, e essas populações não sabem como introduzir um item na pauta lá, quando se abre a discussão da pauta, eles não foram preparados para isso, eles não entendem a importância de quando o cara abre e quando quem tá secretariando a reunião do comitê abre, “aaa agora é hora de discutir a reunião do comitê é só isso?”, então como a pauta vem pronta, ela se torna um muro, que impede a chegada dessas demandas. (CBH 2- Rio Coxipoçu - Representante Sociedade civil).

Nós temos algumas dessas partes que participam, por exemplo, pescadores nós temos pescador mas ele acha que a reunião é muito maçante não tem paciência pra participar é o que eu falo, está faltando essa compreensão, os indígenas não está participando, eu não sei se é porque na bacia, não tenha ele organizado, mas, não tá aí, tem as pessoas de diversos, mas não tá lá como quilombola ou como comunidades nativas e tradicionais então eu acho que é muito pouca a participação ainda [...] (CBH 2 - Rio Paraguai - Representante Sociedade civil).

O entrevistado a seguir expõe suas dúvidas sobre quem são os atores sociais participantes que de fato estão inseridos nas bacias:

Sim, sim, então aí, por isso que eu falo, que tem que haver uma divulgação maior, a partir do momento que os que estão envolvidos agora de início, conseguir repassar né. Eu vejo que ainda, em alguns dos usuários, né no caso específico que a gente fala dos recursos naturais, é ele está ainda muito polarizado, não sei se é bem o tempo, por exemplo quem que as comunidades tradicionais e ribeirinhos que estão mais próximos de nós, é Cáceres, quem são as empresas que é usuário também né... a beleza tem um representante que é lá de Cuiabá, não tem outras? Tá entendendo, então eu acho que essa outra parte que ainda não foi sensibilizada que é um público que nós temo que atender, não quer dizer que não tenha, eu ao meu ver, eu conheço? Tem! Só que ainda tá polarizado, nós deveríamos ampliar mais isso enquanto comitê (CBH 2- Rio Araguaia Representante sociedade civil).

Sobre a participação as comunidades tradicionais quilombolas e pescadores, chama atenção que mesmo quando citados a maioria dos entrevistados não soube dizer como são envolvidos ou informados sobre as ações dos comitês, com exceção dos representantes dos pescadores e dos indígenas de uma das etnias presentes.

Um dos princípios da governança para que se estabeleçam a confiança e comprometimento nos espaços de decisão coletiva, é a partir da promoção e envolvimento das partes interessadas ou seja, o envolvimento dos atores das bacias hidrográficas, a fim de que possam contribuir para a formulação e implementação de das políticas públicas da água (OCDE, 2015).

Outros atores sociais da bacia foram mencionados como ausentes nos comitês, o que indica a necessidade de ampliar essas participações. A ausência nas reuniões foi justificada por um dos participantes devido ao fato de serem cansativas e o participante não sente a necessidade de estar, segue sua fala “(...) é maçante ele não se vê nesse espaço nem sente a necessidade de estar lá, porque esse grupo não está incluso no debate e decisão da água” (CBH 2 Rio Paraguai sociedade civil).

Para tratar dos múltiplos interesses em relação a água, perguntamos como os povos tradicionais, indígenas e quilombolas e são incluídos a processo de decisões. A maioria afirmou que sim, há presença de povos e comunidades tradicionais no comitê, mas há divergências em relação a participação, alguns entrevistados indicaram que ocorre participação, outros que todos na bacia são convidados a fazer parte do comitê, assim como outra parcela dos entrevistados diz haver baixa participação desses grupos:

Nós temos algumas dessas partes que participam, por exemplo, pescadores nós temos pescador mas ele acha que a reunião é muito maçante não tem paciência pra participar é o que eu falo, está faltando essa compreensão, os indígenas não está participando, eu não sei se é porque na bacia, não tenha ele organizado, mas, não tá aí, tem as pessoas de diversos, mas não tá lá como quilombola ou como comunidades nativas e tradicionais

então eu acho que é muito pouca a participação ainda das comunidades tradicionais. Se nós não tivermos um mecanismo que envolva o povo que mora aqui de frente a bacia não vamos avançar muito. (CBH 2 - Rio Paraguai - Representante Sociedade civil).

Sim, ... mais a minha origem é indígena, e um dos pontos que nós defendemos é que os afluentes de nossos rios é que ele hoje é impactado pelo desmate, pela é ... o que hoje a desmatção acaba com as nossas matas ciliares e também, o impacto da criação de gado que fica na beira do, que é próximo aos afluentes e também hoje a questão dos agrotóxicos que estão sendo muito utilizados nas propriedades que hoje chega até o rio né. Inclusive é uma das lutas que nós temos e que é..., a conversa que nós temos é que os indígenas ocupem os espaços para que a gente possa garantir tanto os nossos direitos como direito de, sobrevivência, quanto os nossos direitos que o nosso maior bem é o, recursos que é o recursos da água e também a natureza seria isso. (CBH 1 - Rio das Mortes - Representante Sociedade civil).

Tem ribeirinhos né, olha em algumas reuniões já teve a presença de alguns membros né mas com relação a quilombolas e indígenas eu creio que não tem (CBH 1- Rio São Manuel - Representante setor Governamental).

Sim, sim, então aí, por isso que eu falo, que tem que haver uma divulgação maior, a partir do momento que os que estão envolvidos agora de início, conseguir repassar né. Eu vejo que ainda, em alguns dos usuários, né no caso específico que a gente fala dos recursos naturais, é ele está ainda muito polarizado, não sei se é bem o tempo, por exemplo quem que as comunidades tradicionais e ribeirinhos que estão mais próximos de nós, é Cáceres, quem são as empresas que é usuário também né... a beleza tem um representante que é lá de Cuiabá, não tem outras? Ta entendendo, então eu acho que essa outra parte que ainda não foi sensibilizada que é um público que nós temo que atender, não quer dizer que não tenha, eu a meu ver, eu conheço? Tem! Só que ainda ta polarizado, nós deveríamos ampliar mais isso enquanto comitê (CBH 2- Rio Araguaia- Representante setor Governamental)

Os entrevistados ao perceberem a ausência de atores sociais das bacias nos comitês, abre um espaço para tratarmos dos mecanismos que tragam os atores sociais para os comitês, inclusive descobrir quem são os atores sociais presentes no território. A ausência pode estar relacionada ao desconhecimento por parte dos atores sociais das bacias hidrográficas da existência dos comitês, e de sua importância para construção da política das águas voltadas a realidade das bacias.

A ausência ou a baixa participação social nos comitês de bacia hidrográfica é mencionada como um problema em diversos comitês no Brasil (ABERS et al., 2009; EMPINOTTI; JACOBI; FRACALANZA, 2016; JACOBI et al., 2000; REBOUÇAS; FILARDI; VIEIRA, 2006; SOARES, 2008; SOUZA, 2020).

Sobre a baixa participação dos atores sociais nos comitês a abundância dos recursos hídricos apontadas nos estudos quali-quantitativos para o Estado de Mato Grosso pode gerar certa falta de interesse político na gestão das águas por parte do governo, que

consideram outras pautas urgentes dentro de suas agendas políticas (RIBEIRO, P. E. A. M.; HORA, 2019) .

Sobre participação quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais, ribeirinhos e pescadores parte do princípio de que além do fato de serem atores da bacia hidrográfica, estes grupos possuem uma relação direta com a água pois vivem mais próximos aos corpos d'água, esta relação vai além do uso econômico, com os mesmos direitos ao acesso e bem viver com a água.

Desse modo, a água recebe outros significados religiosos, de estreita relação com a fauna e flora, fonte de alimentos a água é respeitada de modo que a relação com a água é harmoniosa (DIEGUES, 2007)

Ou seja preocupação com a vida está intimamente ligada aos cursos de água, que se leva a proteção da cultura, do meio ambiente, garantindo o cuidado das águas para as gerações futuras fundamenta o direito de participação em espaços de decisão por povos e comunidades tradicionais primando pelo desenvolvimento local sustentável (BRUNO DA SILVA; MACIEL, 2018).

Não houve menção durante as entrevistas sobre esforços realizados para que mais atores sociais das bacias participem dos comitês, um fato pode ser atribuído a sensação de que existe água em quantidade e qualidade disponível pode ser um dos motivos para explicar a baixa participação de outros atores no comitê.

## **5.7 Atitude**

A dimensão atitude demonstra como os comitês se organizam, estruturam e encaminham as demandas nos comitês.

Em relação as prioridades dos comitês os entrevistados apresentaram diferentes opiniões sobre o que deve ser tratado como prioridade:

A prioridade agora de nosso comitê é estabelecer diagnóstico, levantar, conhecer toda realidade e capacitar, o maior número de membro possível para a partir do ano que vem a gente dar um outro salto de qualidade dentro do comitê, que é pra começar a avançar. (CBH 2- Rio Coxipó - Representante Sociedade civil).

Conhecer especialmente, conhecer os temas que são mais ligados as deliberações, aos níveis de deliberações que o comitê, ele pode, ele pode fazer, então, inicialmente estudar esses temas e conhecer do ponto de vista prático, quais são os problemas da bacia (CBH 1-Rio Paraná -Representante Sociedade civil).

Prioridades atuais é... formação né, formação com vistas a capacitação dos membros, já que é um comitê recente né, recentemente criado tem um ano e

meio [...] até capacitação e a preparação para o estabelecimento do plano de bacias que provavelmente vai se dar na próxima gestão. (CBH 1 - Rio Vermelho - Representante setor Governamental).

O plano de bacia foi citado como prioridade de acordo com os relatos, “Agora a prioridade principal do comitê é o plano. Plano de bacia, porque o plano vai, vai, vai mostrar e direcionar tudo que fo..., que vai ser feito. (CBH 2- Mauricio Rio Guaporé - Representante sociedade civil)”:

Então a prioridade é em si o comitê se organizar né, é principalmente é ela, internamente, com, através da, principalmente com o plano, nós precisa seguir uma, uma meta de planos, e a gente fazer a discussão realmente pra que a gente possa levar uma discussão através das câmaras técnicas pra reunião pra que a gente possa ter realmente uma deliberação de, de pautas para que a gente possa, para que nós podemos ééé, aplicar isso acho que da melhor forma, acho que a gente pode pegar e levar para que isso seja executado de que forma nós vamos trabalhar.(CBH 1 - Rio das Mortes-Representante sociedade civil).

O reflorestamento também apareceu como uma prioridade bastante citada “(A última que foi a prioridade é a recuperação as cabeceiras né, que foi a gente vê as matas ciliar né, um projeto de fazer isso aí né. (CBH 2- Rio Cuiabá – Representantes Usuários da água)”:

É reflorestar né tem tido muita iniciativa de viveiro de muda, tem prefeituras investindo em formação de mudas o nosso presidente é um dos entusiastas nessa área nas duas coisas e a vegetação é justamente no controle de erosão eles se complementam, mas é duas coisas que eu vejo muito forte. (CBH 2- Rio Paraguai-Representante Sociedade civil).

Então prioridades agora no caso que a gente ta trabalhando né, são as áreas degradadas, porque que eu vejo que foi colocada como prioridade, é porque os municípios que estão atuantes né, aí não vamos dizer que é todos né, os municípios que estão atuantes têm preocupação com essa área e já vem trabalhando nela. E viu no comitê uma força, é um amparo, né vamos dizer assim, um amparo pra que essas ações serem é.... amplificadas, né porque uma coisa é trabalhar, né é aqui no município de Quatro Marcos outro é de Araputanga, outro em Mirassol, outra coisa é trabalharmos em conjunto, então isso amplifica mais, então acho que isso ajudou também, estou falando dos mais próximos aqui, ajudou também a colocar isso como uma prioridade, Se talvez não batesse com a nossa realidade não seria. CBH 2 - Rio Araguaia - Representante Setor governamental).

As prioridades citadas demonstram uma convergência com a estruturação do comitê, o que justifica as falas ligadas a organização, a formação dos membros e a construção do plano de bacias.

O reflorestamento percebido pelos entrevistados como prioridade demonstra que este é um dos problemas que vêm afetando os municípios presentes nos comitês, espaços

em que esta pauta também é debatida. Os municípios que formam os CBHs Rio Cabaçal-MT e Jauru-MT, são conhecidos como berço das águas do Pantanal, por abrigar importantes parte nascentes que abastecem a segunda maior área úmida do planeta o Pantanal (ANA 2014).

A formação das câmaras técnicas também foi citada como prioridades implementadas nos comitês:

Recuperação de áreas degradadas, agrotóxicos, deixa eu ver mais alguma coisa, nós temos, a é, formação dos conselheiros.... E tem mais uma coisa, [PCH'S], era barragem?..... tinha tanta, era um monte aí depois reduziu pra da, porque, pra executar o trabalho né, senão se, lembra que era um, era eram mais. (CBH 1- Rio Prata - Representante setor Governamental).

[...] recuperação com áreas degradadas, o uso indiscriminado de agrotóxicos dentro da bacia, a poluição desses recursos hídricos, tem outros tem a questão desses resíduos sólidos que também entram na questão a poluição do subsolo, acredito que é dessa forma. (CBH 1- Rio São Manuel -Representante setor Governamental).

Saneamento, cabeceiras, empreendimentos hídricos as hidrelétricas, que eu me lembro, levantamos cinco, mas que eu me lembro agora são essas três. (CBH 1- Rio Manso -Representante Usuários da água).

Alguns entrevistados não souberam responder quais prioridades foram definidas pelos comitês, outros entrevistados desconhecem a existência de prioridades, “(Eu não me lembro assim, qual o que que foi determinado como prioridade. (CBH 2 Rio Sucuriú - Representante Usuários da água)”. Outro entrevistado relata que não foi comentado sobre as prioridades as vezes que participou das reuniões do comitê, “(Eles não falaram muito sobre quais são, por causa que ainda tem a diretoria se reunir pra falar né (então não falaram muito. (CBH 2- Rio Piquiri -Representante Usuários da água)”:

Sinceramente eu não sei, não sei a prioridade eu entrei no momento em que estava sendo discutida a ida pra, o encontro o ENCOB e depois a gente entrou em uma outra discussão de, o, pra mim é assim se você olhar as reuniões em si, a prioridade do comitê é fazer ele funcionar, é responder burocraticamente ao PROCOMITÊ, eu não consigo ver outra prioridade, só vejo, as pessoas preocupadas em, preencher bem as tabelas do pró comitê, fazer curso, fazer isso, fazer aquilo, mas deliberar, encaminhar, sobre a real situação da água, a gente parece mais um grupo que tem que cumprir metas do pró-comitês do que um comitê de bacia. (CBH 1- Rio Coxipoaçu-Representante sociedade civil).

Eu ainda não enxerguei nenhuma prioridade não, agora uma prioridade que eu vejo que vem com a equipe da SEMA é que se realize tudo aquilo que a SEMA já tem incorporado que vem de lá de cima É curso tal, é tema tal, entendeu, é isso que eu vejo que trazem como prioridade mas não as coisas que a gente quer como prioridade nesse comitê nessa região. (CBH 1 - Rio Jangada - Representante sociedade civil).



Recuperação de nascentes foi bastante citada, é um ponto de debate nos comitês e se deve ao fato de que há diversos problemas recorrentes já relacionados a forma de uso e ocupação do solo nas regiões das bacias hidrográficas do Rio Cabaçal e Rio Jauru, inclusive como mencionado anteriormente como um dos motivos que ocasionou a criação de um do comitê do Rio Cabaçal.

As prioridades citadas demonstram que os comitês enfrentarão muitos desafios, pois refletem as necessidades de conservação da água no território, já percebida pelos membros dos comitês e que serão temas para discutir e tomar providências.

Chama atenção o número de entrevistados que não reconheceu prioridades estabelecidas pelos comitês. Com relação as demandas executadas pelos comitês os entrevistados atribuem que as ações executadas, são as que vem do órgão gestor a SEMA, sendo a execução dos programas governamentais previstos. Situação semelhante é relatada em pesquisas realizadas por (PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS, 2013)

Esta constatação evidencia que para parte dos entrevistados, os programas governamentais cujas metas devem ser cumpridas pelos comitês como o programa PROCOMITÊS da ANA em parceria com a SEMA, parece não oportunizar que os membros dos comitês atuem visando atender demandas e necessidades, de interesse da bacia hidrográfica, mas sim cumprindo as metas já estabelecidas pelos programas governamentais.

Sobre as metas e prazos para cumprimento das prioridades, não há consenso entre os entrevistados, muitos não souberam responder se havia ou não metas estabelecidas, outros afirmavam que sim, mas não entraram em detalhes quanto a execução das prioridades:

Não claramente não, por exemplo o caso da câmara técnica foi formada, mas a gente não conseguiu estabelecer um prazo né, estipular prazo, ó até período a gente vai ter que cumprir né, a gente tem uma estimativa dentro da câmara técnica que até meados do ano que vem a gente tenha que ter resultados já né, então, mas não ficou pré definido, não tem essa clareza ainda. (CBH 2 - Rio Coxipó Representante setor Governamental)

Mas eu acho que aí você deveria dizer que todos esses quadros aí, estão ligados a um mera formalidade do PRÓCOMITÊ, porque é isso esses quadros são preenchidos lá como se fossem meramente pra atender o pró-comitê, entendeu? Há prioridade a isso? A prioridade é atender o diacho das metas do pro-comitê, não tem gestão de recursos hídricos e muito menos gestão das águas e do direito e do acesso as águas. É muito mais uma gestão das metas do Pró-comitê. (CBH 2 - Rio Coxipó Representante Sociedade civil)

Olha um monitoramento efetivo mesmo eu creio que não, eu vejo que por enquanto ainda tá ficando muito no debate mesmo e assim o monitoramento mesmo que vem sendo feito não, até porque a gente já levanta algumas demandas né e muitas vezes aquilo não se dá procedimento né. São coisas que

não dependem só da gente, a gente precisa da ação de outros órgãos, mas infelizmente ainda nós não chegamos lá. (CBH 1- Rio São Manuel - Representante setor Governamental)

Sim há metas, sim (E prazos né) e sim tem meta e prazos para que sejam atendidas, e mas agora o sonho, o comitê de bacia tem um sonho, o sonho do comitê de bacia é restaurar todas as nascentes eeee, eee restaurar também as questões das erosões as voçorocas existentes, esse é o plano principal, porque quando você trata quando você cuida da nascente, você tá cuidando de toda água, do, do afluente e dos defluentes. (CBH 2- Rio Guaporé- Representante setor Sociedade civil)

Olha a gente tem tido uma prioridade no controle de erosão né, inclusive de voçorocas, daquelas que já estão avançadas, então tem tido um trabalho amplo nesse sentido aí né, inclusive com alguns projetos que tem sido desenvolvidos. E outro campo seria um estudo conhecer, a ideia seria conhecer a bacia né, as suas dificuldades, as suas limitações, pra gente também poder fazer um trabalho mais concreto, respeitando a própria natureza da bacia (CBH 2- Rio Paraguai- Representante setor sociedade civil)

O prazo temos sim, o mais rápido possível e que a gente não, nós não temos, já temos previsão de datas, porque as câmaras técnicas, elas estão sendo criadas no momento, ela, praticamente mas já tem uma, a gente não e reuniu como 1º reunião de câmaras técnicas, mas ela tem a, por objetivo o mais rápido possível pra gente fazer reunião pra gente encaminhar o que tem de demanda, que for levantado nas câmaras técnicas. (CBH 1 - Rio das Mortes- Representante Sociedade civil)

Entre os entrevistados que afirmaram não haver metas ou prazos, foi mencionado novamente que a atuação do comitê tem funcionado sobre as demandas do órgão gestor, aparece nas falas. Ao afirmar que as ações estão centralizadas nas reuniões dos CBHs, e que há pouco encaminhamento prático das demandas. O entrevistado afirma que há demandas e que elas precisam ser encaminhadas, de modo que se busque a resolução e execução.

Muitas das demandas citadas não são só sob responsabilidade do comitê, elas envolvem outros setores, que significa a necessidade de alinhar os planos municipais e estaduais de meio ambiente e desenvolvimento, o que apresenta-se como um desafio para gestão das águas pelos comitês (VIEIRA,2006; SOARES, 2008; MASCARENHAS, 2008; WOLFMAN, 2013; ABERS et al., 2009; CARDOSO, ; REBOUÇAS; FILARDI;).

Sobre os resultados, monitoramento e acompanhamento das prioridades a maioria dos entrevistados disse que os comitês não possuem metas e prioridades estabelecidas “(Não, ainda não né eu acho que inclusive são pautas da próxima reunião né, inclusive dentro da própria CT, estabelecer um mecanismo de controle (CBH 2 - Rio Coxipó- Representante setor Governamental)”. O relato seguinte aponta deficiências com relação

as metas “(Eu vejo, nós temos uma deficiência para acompanhar tudo isso, eu acho que até existe metas que apontam para tudo isso, mas ela não tem sido feitas do jeito que precisa ser feita não. (CBH 2- Rio Paraguai Representante Sociedade civil)”:

Olha... realmente se elas estão sendo atendidas é.... ela tem os indicadores mas, eu vou falar por mim, eu estou há um ano e pouco já comitê, então a gente não ta tendo aquela devolutiva, eu sei que já teve alguns trabalhos já iniciados que é do outro comitê que é recuperação de nascentes, que já foi iniciado já foram feitos, já tem alguns trabalhos em evolução, então esses já estão sendo cumpridos. (CBH 1 - Rio Aripuanã Representante Usuários da água)

Tá, o plano de ação elaborado é, pra esse comitê, é....ele propõe prazo de execução, em tese, o único mecanismo que a gente tem hoje, pra, pra monitoramento da execução das prioridades, é o acompanhamento da secretaria executiva, ainda não é, ainda não tem funcionado de forma efetiva em função de que o monitoramento ainda não é uma consciência desse grupo que é jovem né, então assim basicamente a secretaria executiva hoje, tem que cobrar a execução daquilo que foi planejado, é o único sistema de monitoramento que a gente tem. (CBH 1- Rio Paraná – Representante setor Governamental)

Alguns entrevistados reconheceram as metas relacionadas ao planejamento anual de trabalho, e os trabalhos desenvolvidos pelas das câmaras técnicas, ou não souberam dizer quais as metas “(Sim são enviados relatórios né, esses relatórios são, são preenchidos constantemente e esses dados são relatados a ANA, (CBH 1 - Rio Vermelho- Representante setor Governamental)”:

Então é.... monitoramento provavelmente vai ser feito mas aí ta sendo acompanhado porque ta sendo levantado as problemáticas ainda e tal, a gente levantou quais os temas, ta levantando os dados com a câmara técnica, pra assim a gente conseguir tomar algumas ações, mas já tem não sei se é se tem alguma participação do comitê ou não mas tem essas questão de das cabeceiras tem alguns municípios já estão tomando algumas atitudes, não sei se tem alguma interferência só dos integrantes do comitê, que as vezes ele é integrante mas a ação que ele ta fazendo é pelo município, então não sei dizer se é vinculado ao comitê ou não. (CBH 1- Rio Manso - Representante setor Governamental)

Quando afunilada as perguntas sobre as prioridades e metas fica evidente que não há clareza sobre a existência das metas estabelecidas, tampouco se há acompanhamento, demonstrando a ausência de planejamento estratégico detalhado, o que aparece é o planejamento anual exigido pelo órgão gestor SEMA ligado ao Programa PRÓGESTÃO.

Apesar de algumas ações serem escolhidas pelos membros dos comitês no planejamento de ações anuais do PROCOMITÊS, não há uma construção de pauta conjunta, que contenha uma avaliação das atividades desenvolvidas anualmente, não há relatos nas atas e nem dos entrevistados sobre avaliação das atividades até agora

desenvolvidas pelos comitês, que indicassem encaminhamento para a resolução das questões mencionadas pelos entrevistados.

Em relação a tema diálogo dos comitês com outros setores seja municípios, Estado e usuários, mesmo apontado como uma necessidade pelos entrevistados, também não foi citado nas entrevistas que estes diálogos ocorrem, o que demonstra que as ações do comitê se concentram muito naquele espaço em que acontecem as reuniões.

Analisando as diferentes respostas apesar do empenho dos membros dos comitês, não há um planejamento estratégico desenvolvidos pelos comitês que defina as metas prazos, evidente na falta de consenso sobre as metas, também ausência de precisão sobre quando cumprir as atividades propostas assim como resultados.

Sobre a divulgação das informações todos os conselheiros afirmaram que recebem via e-mail e aplicativo de conversas (Whatsapp), o que é decidido e encaminhado nas reuniões, por meio das páginas na internet dos comitês e contas nas redes sociais:

Para os conselheiros os resultados são repassados nas reuniões e nas mídias sociais, né existem, existem lista de distribuição por e-mail, existem grupos, um grupo de transmissão e um grupo de Whatsapp dentro do comitê, graças a Deus a tecnologia ajuda muito eee, perfil em rede social, e pra o público o comitê tem um site na plataforma do Wixsite, onde tem todas as informações as agendas, as atas das reuniões, as atas que são feitas são todas publicadas no site (CBH 1 - Rio Vermelho- Representante setor Governamental)

Contudo a maioria dos entrevistados relatou que a as informações circulam mais de maneira interna, para os membros dos comitês:

Um pouco é no grupo de Whatsapp e outro no site do próprio comitê, eu particularmente nunca entrei no site do comitê não tenho pra entrar no site do comitê, eu sigo o grupo de Whatsapp, que divulga, mas acho muito pouco ainda porque ali seria mais a divulgação de quem participa, o povo não fica sabendo, sabe.(CBH 1 - Rio Jangada - Representante Sociedade civil)

Olha, sim os membros, todos recebem após a reunião recebem, dois três dias depois a reunião, recebem e-mail com a deliberação da reunião. E para a comunidade está disponível no site do comitê, embora seja um meio muito restrito, nem todo mundo vai buscar lá, “a eu quero saber”, não então, ainda, é disponível sim, o acesso a população isso acredito que tá bem.... inclusive é uma meta do plano de comunicação é melhorar, inclusive encontrar parcerias com as rádios locais pra fazer a difusão mais por enquanto tá restrito ao site (CBH 2- Rio Coxipó - Representante setor Governamental)

Outros entrevistados acrescentaram que a informação está interna para aqueles que fazem parte dos grupos representados no comitê:

Existem através de nossos movimentos e através de nossas entidades, então por exemplo quando nós fazemos uma coisa, nós levamos pra base para que a

base saiba tudo o que tá acontecendo, agora por parte da, do governo e do..., até agora não vi. (CBH 2- Rio Jurueña Representante Sociedade civil)

Quando perguntados sobre como a população é informada, a maioria dos entrevistados respondeu que há disponibilização das informações para sociedade, mas que a divulgação externa para o público em geral, ainda é insuficiente não alcançando seu objetivo. Outros entrevistados justificaram o fato, devido aos comitês serem novos com poucas ações para informar a sociedade:

Pro próprio comitê eles são mais por via Whatsapp, e-mails, agora pra população eu acho que como tá muito no início eles não tem assim um, pró diagnóstico ou um diagnóstico pra poder passar pra população, então eu acho que só a do comitê pro grupo. (CBH 2- Rio Piquiri- Representante Usuários da água)

Primeiro nós temos de ter algo de concreto né, temos que estar informados, eu falo isso em conselhos municipais, então os conselheiros, aqui no caso, têm que estar bem informados pra depois passar pra sociedade. Então eu acho que ainda como nós estamos muito embrionários ainda, essa parte com a sociedade ainda estamos deixando a por conta de ser embrionário ainda, por ser novo, então nós temos muita coisa a fazer, mas eu gostei muito do encontro né em Cáceres, então foi uma forma de levar a sociedade, é claro que, quando eu falo assim que não está a contento, não é que não está sendo feito nada é, eu falo porque nós estamos numa região que tem mais de 200.000 habitantes e aí? Qual que é a amplitude que a gente já alcançou né, então o nosso trabalho ele é muito importante e muita amplo, então eu acho que a gente tem que avançar muito nisso. (CBH 2- Rio Araguaia- Representante setor governamental)

No comitê ele é feito repassado nas reuniões, tenho visto esses repasses, e aí tem essas conversas no Whatsapp, mas mais num grupo mais fechado, pra população eu, tem se falado muito em fazer em criar esse mecanismo e eu acho que tudo que aconteceu até hoje não alcança o objetivo. Por isso eu volto a reprimir, ou nós vamos trabalhar e fazer com a sociedade se interesse e busque conhecer que aí ela vai ao encontro né, mas se querer dar o remédio goela abaixo não tem funcionado não. (CBH 2- Rio Paraguai - Representante Sociedade civil)

A divulgação dos comitês para a sociedade também foi mencionada:

É, internamente existe assim um nível razoável de encaminhamento da informação, como talvez pela inexperiência né é, é o 1º, é o 1º mandato desse comitê né muito recente, é... a comunicação pra fora ela ainda é frágil, existe um sítio que hospeda as informações mas também é básico e aí a gente sabe que ele não alcança, talvez o que seria o público alvo da nossa, da nossa atuação que são que é a população da bacia, determinados entes que são importantes pra elaboração da política pública, então, talvez, ele, isso inclusive seja um ponto específico pra pensar mais adiante né. (CBH 1- Rio Paraná Representante setor governamental)

Olha eles chegam, chegam, eu acho que poderia, porque o chegar no comitê é importante, mas ele não é o principal, porque o comitê é só um vetor pra chegar

a sociedade, não tenho certeza, até agora não tenho certeza, até agora eu, eu acredito, eu acredito, eu não sei não posso te informar. Eu sei que tem, nós temos uma página na internet, nós temos um site, mas eu não, eu realmente não sei como é que está a divulgação desse site, pra população, nas bases né, nas instituições nas quais nós representamos né, não sei se isso está espalhado e pelas redes sociais nós conseguimos fazer essa o resultado, mas só dessa forma que eu vejo, e lá nas reuniões que por ventura o outro fala. (CBH 1 - Rio Aripuanã - Representante Usuários da água)

Apenas um entrevistado disse que apesar de haver informações, não soube informar como são divulgadas. De maneira geral, a maioria reconhece a importância de informar a sociedade externa sobre as ações dos comitês e reconhece as diferentes mídias sociais já utilizadas.

Apesar de os membros dos comitês receberem as informações, estes reconhecem que é frágil e que é preciso melhorar a comunicação para além do espaço do comitê atingindo maior público das bacias hidrográficas.

A informação influencia qualquer atividade, nos comitês, pode fazer com que outros grupos sociais presentes nas bacias hidrográficas conheçam o espaço, e pode propiciar a interação e inclusão de demandas específicas do território, assim como pode informar a pessoas daquelas bacias hidrográficas. A pluralidade de atores quando participam dos comitês, legitima e consolida propostas de gestão baseadas na garantia de acesso à informação de canais abertos de participação (JACOBI; BARBI, 2007).

A informação quando não é aberta para o público pode tornar o comitê invisível como instância de deliberação, de modo que as demandas e interesses dos atores sociais relacionadas aos recursos hídricos não chegam. Como consequência, dificultar e comprometer a tomada de decisão ou torná-la unilateral, em que só os atores sociais que têm acesso ao comitê tenham suas demandas atendidas, comprometendo os processos de transparência e governança. (PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS, 2013; MARTINS, 2015; SOUZA, 2020).

Portanto a transparência e publicidade assegura que a comunidade assuma a posição de questionamento e governanças sobre as condutas adotada (RANGEL, 2019)

É necessário averiguar a efetividade dos processos comunicacionais que se dão nesse âmbito, verificando os instrumentos de diálogo e divulgação de informações e sua qualidade, além de apontar estratégias para disseminação de dados e fortalecimentos e relacionamentos entre os setores envolvidos (ROTHBERG, 2018).

Afinal um órgão como os comitês que se dispõe a tratar da água para todos, precisa informar os atores sociais presentes na bacia, conforme consta na Lei das Águas que prevê a criação de um sistema de informação.

A lei Nº 11088/2020 determina a divulgação e disseminação de todas as informações relativas aos comitês de bacias hidrográficas, o que inclui a gestão bem como produção e informações de gestão e técnicas de quantidade e qualidade da água dos comitês.

Em se tratando das vulnerabilidades a resposta mais recorrente foi em relação a participação dos membros, os entrevistados detalharam as faltas nas reuniões, a inexperiência dos membros do comitê para que funcione, a sensação de pertencimento daquele espaço e o domínio do comitê pelo órgão gestor a SEMA, “(É participação efetiva de seus membros né e que todos os setores possam realmente mandar os representantes e estar presente na reunião que isso passa a ser realmente interesse, coletivo né, de tá lá, de se fazer presente e tudo. (CBH 2 - Rio Xingu - representante sociedade civil)”:

Eu acho de... a maior vulnerabilidade seria a participação né, de quem tá no comitê levar mais a sério estar mais presente, porque quando fala assim comitê de bacia, muitos fala assim aaaa não dá aquela importância né sendo que é um dos instrumentos mais importantes que é o nosso recursos hídricos né e sem água é difícil, todo mundo acha que á tem muito então deixa pra preservar depois e não é assim, a gente tem que preservar enquanto a gente tem de boa qualidade.(CBH 2 - Rio Piquiri- Representante Usuários da água)

Conciliar as atividades profissionais com as reuniões do comitê também foi levantado como um problema pelos entrevistados, um deles, apontou o excesso de reunião e pouca prática como uma vulnerabilidade, a falta do plano de bacias foi mencionado como um problema segundo o entrevistado que entende que com o plano poderá haver mais deliberações e assim movimentar a participação no comitê, “(Acho que um dos maiores problemas é que o pessoal do comitê tem outras funções né, seria tipo um trabalho voluntariado, então as reuniões aí ficam complicadas de fazer pra conseguir conciliar a de todo mundo (CBH 1 - Rio Manso - Representante Usuários da água)”.

Uma vulnerabilidade que chama atenção citada pelos entrevistados é sobre a participação de entidades das bacias hidrográficas presentes na bacia hidrográfica como a ausência, algumas prefeituras e usuários, e a participação de entidades focada nos interesses econômicos de fora da bacia:

[...] a vulnerabilidade eu acho que tá nesse sentido de a continuidade, é... nós sentimos falta de alguns municípios estar participando, eu sinto falta de outros usuários estar participando, é é sempre as mesmas pessoas que tomam frente. Isso é vulnerabilidade né, caso aconteça algo com um desses membros e aí?

Então por isso a gente trabalhar mais a base para envolver mais pessoas é importante, porque não fica um tema tão importante nas mãos de poucas pessoas não quer dizer que isso é ruim, é bom né, mas é uma vulnerabilidade, porque se não tiver essas pessoas, enfraquece. (CBH 2 - Rio Araguaia-Representante setor governamental)

É os interesses econômicos que estão lá representados virem de fora da própria bacia, e estarem representados na bacia, um exemplo você tem um Sindicato de energia, a pessoa que vem não é morador da região, não conhece a realidade, não convive com a realidade e representa interesse econômico de uma hidrelétrica. Você tem o pessoal por exemplo, é diferente por exemplo quando você dialoga com o pessoal da cooperativa por exemplo né, da cooperativa de álcool, você já percebe que apesar do interesse ser econômico, ele também é mais local porque a pessoa mora ali, e ela sente a questão da água. A fragilidade é você ter representações por exemplo da Associação brasileira de engenharia sanitária e que também não mora na bacia ou seja, fragiliza demais o debate porque as pessoas não vivem na bacia, não conhecem a realidade, ou seja defendem interesses externos sendo externo a bacia, isso fragiliza demais o debate. (CBH 2- Rio Coxipoaçu-Representante Usuários da água)

De acordo com os entrevistados a seguir a inexperiência e a sensação de pertencimento interfere na qualidade da participação, assim como as outras atividades dos membros dos comitês, que devido a outras atribuições que exercem além das atividades do comitê, os impedem de se dedicar mais ao comitê:

A participação dos membros porque eu acho que a maioria dos membros não se apropriou ainda, não se apropriou do comitê, não se sente integrado, não se sente responsável pelo membro, aaa, a maioria acredita que, acho que é isso que leva muitas vezes, eu digo isso por experiência, porque muitas vezes, eu era indicada pra participar de um conselho, eu ia porque eu fui indicada, não que eu tinha gosto de ir, diferente quando você se apropria, você se sente parte, você vai com gosto, você vai com ânimo, você quer ajudar, quer participar de tudo que tá sendo construído ali. E muitas vezes eu creio que é isso essa falta de participação se deve a isso, a não o o, ver com olhos de querer participar, de querer estar junto. (CBH 1- Rio Prata- Representante setor governamental)

Na minha opinião, eu acho que o maior problema dos coletivos que não é, é uma[...] uma situação específica apenas do comitê, mas acho que de todos os conselhos de participação, que é a própria inexperiência de boa parte das entidades que vão para esses espaços com participação, participação, autêntica, verdadeira qualificada, então, assim na minha opinião boa parte das entidades, que indicam participantes nesses espaços, internamente elas são frágeis então a própria qualidade da participação do dos representantes no comitê ela é muito elementar em função de que a casa, lá atrás a entidade que ele representa ou seja a sua casa, por vezes a gente percebe que não é bem organizada. Então inclusive esse é um ponto esse é um aspecto da participação, que motivo de avaliação nacional, a nível dos conselhos nacionais dos conselhos federais estaduais que é essa fragilidade, de quem está assumindo uma cadeira, né, nos fóruns de debate e encaminhamento.(CBH 1- Renato Rio Paraná-Representante setor governamental)

Não há uma única vulnerabilidade e sim um conjunto delas, os relatos se complementam no sentido de que uma situação leva a outra, começa no planejamento, quando aparecem as lacunas sobre quais metas e prioridades como será a execução,



dúvidas que se intensifica ao se tratar das dificuldades e vulnerabilidades como a de participação, sensação de pertencimento dos comitês, a participação efetiva e subsequente dos membros, a divulgação das informações e assim como maior participação dos atores sociais das bacias.

Os entrevistados mencionam as ausências nas reuniões, já indica que o membro do comitê provavelmente passará a desconhecer as pautas e ações o que estão acontecendo naquele espaço.

Ao mencionar a ausência de atores sociais das entidades da bacia, o entrevistado reconhece que pautas importantes podem ficar de fora o que pode ocasionar demandas nem mencionadas, principalmente na hora da construção do plano de bacia (MASCARENHAS, 2008; PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS, 2013).

A presença dos atores sociais é necessária até mesmo para que estas entidades percebam que é preciso adotar medidas para regular e garantir os múltiplos usos da água futuramente e principalmente visibilizar as diferentes relações com os recursos hídricos na região, a dificuldade em se fazer presente fragiliza das decisões coletivas no comitê.

Sobre as dificuldades de funcionamento do comitê os entrevistados elegeram diversas razões: Local de funcionamento participação, formação dos membros, planejamento real das ações do comitê, distância entre os municípios, identidade, recursos financeiros, logística, mais responsabilidade por parte dos integrantes, extensão da bacia, dificuldade de articulação, interação entre os membros do comitê, excesso de burocracia para realização de ações pelo comitê a necessidade de que os membros do comitê tenham os mesmo objetivos, insegurança em se comprometer. As razões dadas a dificuldade para o funcionamento dos comitês se assemelham a respostas dadas para as vulnerabilidades apresentadas.

É possível notar que em diferentes perguntas, houve relatos dos entrevistados, que disseram não se sentirem envolvidos nos processos de gestão dos CBHs, pode estar relacionado ao fato de os comitês estarem atendendo a um planejamento que não construíram, mas sim a demanda vinda do órgão gestor SEMA.

Os entrevistados reconhecem os problemas da bacia hidrográfica, assim como a morosidade dos comitês para resolução dos problemas, as vulnerabilidades e dificuldades apontadas pelos entrevistados reforçam a complexidade dos problemas enfrentados pelos comitês.

Esses problemas podem ocasionar mais dificuldade em se estabelecer a confiança entre os membros do comitê, o que traz essa sensação de não pertencimento ao grupo

consequentemente o conselheiro não consegue acompanhar as decisões, não há motivações para estar naquele espaço (ABERS et al., 2009; COELHO; PAIVA; FREITAS, 2019; JACOBI; BARBI, 2007; SOUZA, 2020).

## 5.8 Resolução de conflitos e Participação dos atores

Os conflitos pelo uso da água relatados nas entrevistas são diversos a maioria a partir do interesse econômico da água, foram citados: as usinas hidrelétricas, mineração, cobrança pelos recursos hídricos, a degradação das nascentes pelo uso do solo a falta de investimento par incentivar a recuperação das mesmas, outorga da água conflitos de interesse, agrotóxico, assoreamento:

O primeiro conflito que é o de entendimento né, a água para uns é vida e pra outros é negócio então o conflito maior é na questão da coisa e depois. Então o conflito de entendimento das coisas é terrível) enquanto pra um por exemplo pra um o veneno é a solução, para outro é a morte, todas as coisas o entendimento do que para que que é o negócio, acho que é. (CBH 2- Rio Jurueña - Representante Sociedade civil)

[...] já tive a oportunidade de perceber de que determinados, assuntos, algumas entidades não querem discutir, dentro do comitê porque são assuntos, que interferem nos interesses diretos dessas entidades né, assim a gente percebe que... existe uma... um conjunto de entidades também que, vão pensando especialmente na defesa de seus interesses, não dos interesses coletivos, nos interesses difusos da gestão das águas na bacia como um todo. Tem conflito, e aí eu acredito assim que quanto mais aprofundando a gente for né na gestão das águas, isso mais, mais evidente vai ser. (CBH 1- Rio Paraná- Representante setor Governamental)

Esse conflito de interesses ele aparece né, principalmente quando vai ele completo, porque os usuários da água agora na última reunião eles não apareceram. E aí que o conflito se estabelece, e aquele grito que a gente é socialista, não vê a situação econômica como valor, que não vê então tem essa situação aí que ela aparece muito. Nós não estamos preocupados que o pessoal fica mais rico ou menos rico né, a gente está preocupado é com a manutenção da bacia e aí tem as coisas que precisa de ser feita né, há um conflito. Agora eu encaro esse conflito como natural, aí agora, por isso que eu falo, ou nós vamos nos reforçar pra fazer um enfrentamento a altura, ter um debate com qualidade e coisa pra gente não ficar só na rusga, mas que a gente possa de fato mostrar porque que a gente quer isso, mas pra isso precisa que a gente esteja..... aí eu vou usar uma linguagem, pra mim é isso que, as pessoas que fala com autoridade né, e falar com autoridade não é ala Presidente do Brasil que tem que ser na marra né, é falar com conhecimento de causa, então você bater, mas bater e não dar muita chance da pessoa da pessoa sair da pancada. Então quando você fala com autoridade, com conhecimento de causa, aí é diferente, então falta pessoas capacitadas pra um debate, para que o debate não vire uma briga. Agora o conflito eu acho que ele é inclusive positivo. (CBH 2- Rio Paraguai - Representante Sociedade civil)

Hidrelétricas também apareceu como um dos conflitos de interesse citados:

Esse geralmente ocorre, né muitos debates porque como eu disse pra você são interesses opostos né, então existe debate né aquele que puxa pro seu lado mesmo né, na questão da água, mas existe sim. Olha, por exemplo nós somos pescadores, a gente vê a necessidade nessa questão da água né é, hoje nós temos muitos problemas com agrotóxicos na água, assoreamento dos rios, é... questões das hidrelétricas aí, e o pessoal do setor hidrelétrico, também eles se posicionam e uma outra forma colocando que não têm culpa, não tem né é conversa então, as opiniões são bem diferentes consciência é pouca. (CBH 2 - Rio Cuiabá - Representante Usuários da água)

Chama atenção o entrevistado que explicita sobre o comitê “(Lá deve ser o fórum pra recursos hídricos e não outro, lá é a preocupação disso, de...tem que ser recursos hídricos se nós misturarmos nós vamos fugir do nosso propósito. (CBH 2 - Rio Sucuriú - Usuários da água)”:

Somente dois entrevistados afirmaram não ter presenciado ou não haver conflitos “(Bom da minha parte eu não vi isso, eu não vivenciei, se teve ou não, então pra mim eu não vivenciei essa situação. (CBH 1 -Rio Bugres – Representante setor Governamental)”:

A formação técnica dentro dos comitês também apareceu como um ponto de conflito entre os membros:

Tem por exemplo alguma coisa com relação ao seu município né, a pessoa é de um município como a bacia abrange uns pares de município, cada um quer puxar a coisa para o seu município, então eu percebo isso as vezes com uma certa clareza, eu acho que a gente precisa de aprofundar mais um pouco nisso, pra ver qual a prioridade da bacia, independente de estar nesse ou naquele município, então aí eu vejo que existe um conflito, além do conflito diário entre o usuário de água, que quando aparecia sempre dava alguns pitacos, a gente percebe claramente que a pessoa tá. Então eu vejo esses dois e aí, não deixa de existir um conflito entre as pessoas com uma formação técnica, doutorado e coisa, sempre tem uma ponta de orgulho de as pessoas que querem destacar e aparecer um pouco naquilo ali né, isso precisa muito cuidado para abordar isso mas a gente acaba percebendo. (CBH 2- Rio Paraguai - Representante Sociedade civil)

Alguns setores eles entram em conflito e eu acho que que é necessário, eu acho que é necessário, porque você realmente sabe como, é isso que eu falo de confiança, porque quando você traz à mesa a baila o problema você tem que solucionar com aquilo. A nossa bacia é uma bacia muito tranquila, apesar de todo problema e de onde nós estamos, que a gente tá na beira do Pantanal, mas eu acho que a nossa bacia ela é leve é uma bacia que dá pra trabalhar tranquilamente[...](CBH 1 - Rio Aripuanã - Representante Usuários da água)

O conflito de interesses foi relatado com frequência como um problema no comitê, os entrevistados justificaram os motivos a interesses distintos, mas a maioria dos conflitos apontados têm interesse relacionado as atividades econômicas que vem impactando as bacias hidrográficas dos Rios Cabaçal-MT e Jauru-MT. Situações semelhantes em que os interesses econômicos aparecem como causadores dos conflitos aparecem em diversos estudos (WOLFMAN, 2013; COELHO; PAIVA; FREITAS, 2019; DE AMORIM;

RIBEIRO; BRAGA, 2016; LANNA; MADEIRA, 2000; MASCARENHAS, 2008; SOUZA, 2020)

Sobre o conflito percebe-se que para entrevistados do setor usuários da água, não há conflito ao justificar que há uma tranquilidade na bacia ao qual faz parte. O outro representante menciona que o comitê é o fórum as águas é para se tratar de temas estritamente relacionados aos recursos hídricos, o que aparenta de além de não reconhecer a existência do conflito, o categoriza como assuntos não pertinentes a serem debatidos no comitê.

Em relação a formação técnica nos comitês o entrevistado alerta pois os membros com formação técnica que fazem parte dos comitês, terão habilidades por conhecerem a linguagem dos recursos hídricos, o que pode caracterizar com que apenas parte do grupo esteja adaptada aos debates e decisões nos comitês.

A composição dos membros dos comitês deve ser múltipla não apenas composta por aqueles que têm mais conhecimentos técnicos, visto que muitos atores sociais da bacia têm diferentes tipos de vivências e aprendizagens. O debate só na esfera técnica dos recursos hídricos pode afastar os atores sociais que mesmo com disposição em participar dos debates, sobretudo por trazer ao espaço dos comitês outros saberes, mas que desconhecem a linguagem técnica e os trâmites para tomada de decisão. É preciso se atentar ao fato de que a Lei das Águas garante a participação de diferentes setores, por reconhecer o múltiplo uso da água, portanto é necessário garantir que os diferentes saberes e experiências sejam incluídos nos comitês, como parte do processo de desenvolvimento e aprimoração da governança.

Sendo o comitê um espaço composto por diversos os atores sociais da bacia devem estar presentes, as mudanças estão associadas a uma nova cultura de direitos que garanta a participação e além do potencial poder de decisão dos atores sociais a partir da abertura da gestão pública à da sociedade civil (JACOBI et al., 2000; JACOBI, 2006; JACOBI; BARBI, 2007 ).

Um dos objetivos do comitê é trazer as demandas da bacia hidrográficas e possibilitar que sejam resolvidas ou encaminhadas a partir do diálogo, o conflito é necessário, é a partir dele que o comitê cumpre com seu papel de atuar, mediar e regular, é o conflito que vai garantir que a água atenda aos diferentes interesses. Principalmente no território em que as bacias hidrográficas do Rio Cabaçal e Rio Jauru estão inseridas, consideradas o berço das águas do Pantanal.

A relação entre conflito e impactos no Pantanal aparece na fala a seguir:

[... ]Aqui não, aqui a gente vai dar é o que, uma não é que é insignificante, é impacto mas o impacto não é essa, sabe não tem nada que vai detonar, que vai acabar que vai, igual a gente vê uma Brumadinho entendeu não é um impacto, lógico nós temos minério na nossa, nós temos o problema da questão da soja, nós temos a questão da produção dos confinamentos mas não é bem isso. Os conflitos têm todos, os interesses têm todos, mas eu acho que é isso é educação e analisar a bacia, a gente se acomoda, e quando você acha que você tá melhor que todo mundo isso é muito perigoso, então todo mundo é danoso pra bacia sim, então todo mundo tem que estar muito atento. (CBH 1 - Rio Aripuanã - Representante Usuários da água)

Ao comparar Brumadinho aos impactos da bacia mesmo que não na mesma escala é preciso olhar atentamente para todo sistema produtivo e de uso de água na bacia hidrográfica. Como em outros relatos o entrevistado reconhece os impactos presentes na bacia advindos dos sistemas de produção econômica do estado de Mato Grosso, sendo a pecuária de leite e gado de corte, os agrotóxicos utilizados na agricultura, com a soja que tem se expandido inclusive no Pantanal.

O avanço da produção de grãos nas áreas da planície pantaneira induzirá o aumento da produtividade que Estado/Capital, mas também trará contaminação das águas por conta dos agroquímicos, a diminuição dos alimentos para a fauna presente neste habitat bem como a perda de saberes tradicionais e conhecimentos tradicionais (ROSSETO – NORA 2018).

O fato de estar no Pantanal bioma que tem como característica áreas alagadas com considerável volume de água, causa a sensação de abundância do recurso. Cabe mencionar a relação e dependência entre as características, físicas, biológicas e climáticas caracterizam o Pantanal como o conhecemos, o volume de água é essencial nesse processo (SILVA 2015; CALHEIROS, IKEDA-CASTRILLON E BAMPI 2018).

Sobre a vegetação do Pantanal, que além de refúgio é parte da dieta alimentar de animais, diversos estudos demonstram relação entre ecologia das espécies presentes no Pantanal, que contém espécies dos Cerrado, Mata Atlântica e da Amazônia, cuja distribuição e composição está estritamente relacionada ao pulso de inundação (JUNK, ET AL, 1989; IKEDA et al., 2020, MARTINS ET AL., 2020).

Cabe mencionar que o Pantanal possui áreas em que a água não está sempre disponível em que ocorre escassez conforme demonstrado no livro Escassez hídrica e restauração ecológica no Pantanal (CASTRILLON et al., 2017), área onde diversos grupos sociais, populações mais vulneráveis que vivem em áreas de assentamento vivenciam a realidade da falta de água, e sentem os impactos das mudanças climáticas atribuídos as mudanças da paisagem, devido ao desmatamento para agricultura.

Estas mudanças vêm gradativamente alterado os regimes de seca e enchente do Pantanal e que pode ter sérios impactos.

Os conflitos pelo uso da água estão nas bacias e devem ser debatidos no comitê, principalmente se considerarmos o histórico de uso e ocupação do solo das bacias hidrográficas do Rio Cabaçal-MT e do Rio Jauru-MT.

A bacia do rio Cabaçal devido as características geológicas apresenta potencial à erosão de solo, ocorre conflito em 62,12 % da área da bacia, ocasionadas pela transformação das estruturas físico-químicas em decorrência da retirada da cobertura vegetal, devido a expansão das atividades agropecuárias na década de 80 (CARVALHO et. al, 2014; CARVALHO et. al 2015; LORENZON, 2016).

De acordo com LORENZON (2016) o comprometimento da cobertura vegetal das áreas de preservação permanente da bacia e os valores dos índices de qualidade da água analisados em sua pesquisa indicaram o comprometimento da conservação das coleções hídricas analisadas.

De maneira semelhante a bacia hidrográfica do Rio Jauru considerada um dos principais rios que formam o arco das nascentes do Paraguai e integra os rios que são responsáveis pelo fornecimento de 70% da água que corre para o Pantanal (WWF 2008). A bacia hidrográfica do Rio Jauru também sofre com a supressão da vegetação para implantação de lavoura e pastagens, entre as décadas de 50 a 80, cujo resultado foi a formação de boçorocas e carreamento de grande quantidade sedimentos para o leito dos rios, comprometendo as áreas de preservação permanente e a organização da rede espacial de drenagem da bacia (MOURA et. al 2009; MASTOREGA 2012; SIEBERT, VECHIATO e SALOMAO, 2014;).

Diante do histórico das duas bacias que formam o Pantanal, somados a presença de conflitos relatados durante as entrevistas, há motivos suficientes para acender um alerta sobre a possibilidade de crise hídrica, diante dos conflitos que já vem causando impactos nas bacias hidrográficas e que foram mencionados nos comitês e nas entrevistas. Se consideramos que estes impactos vêm ocorrendo nos últimos de 20 anos, os riscos sobre a alteração da qualidade e quantidade dada água tende aumentar, o que poderá ocasionar mais conflitos diante da escassez.

Sobre a resolução dos conflitos os entrevistados relataram que apesar de ainda não solucionados os conflitos, já reconhecem a existência deles “(É tudo por meio de debates né, é aonde a gente tenta chegar a um consenso, muitas vezes não chega e o conflito

continua (CBH 1- Rio São Manuel - Representante setor governamental)”, demonstrando que em relação ao respeito entre os membros do comitê, não há embate entre eles.

Referente as hidrelétricas alguns entrevistados afirmam que o assunto não vem sendo tratado nos comitês, deixado de lado, havendo demora em se posicionar diante de um conflito na bacia:

Então esse conflito ele tratado como um conflito de interesse, mas não há conflito em disputa sobre isso no comitê, o conflito que há em disputa no comitê é o conflito exatamente do uso não consultivo da água, que é o caso das hidrelétricas esse não tem sido tratado ele tem sido relegado a segundo plano, e exatamente por não entenderem, por entenderem aliás que o uso não consultivo da água não provoca nenhum impacto. Então esse discurso do não impacto das hidrelétricas, não tem permitido que o discurso do conflito seja de fato tratado na sua. Então as prefeituras não entendem que por exemplo que o conflito pela água, no caso da hidrelétrica, vai, pode faltar água pra ela em outro aspecto né, e pode prejudicar inclusive pode encarecer o tratamento. Eles não percebem isso, então esse conflito ele tá, é como se fosse debaixo do tapete, ele está subterrâneo ainda, ele tem que, ele vai surgir quando alguém precisar da água e não poder, usar essa água, quando alguém precisar de uma outorga e não poder, porque já tem uma outorga pra isso. Então como você não tem nenhum instrumento de gestão estabelecido, os conflitos estão na base do que eu diria de preparação, é como se os conflitos fosse os lutadores e cada equipe tem que tá preparando seu lutador, mais lá pra frente quando o ringue estiver pronto. (CBH 2- Rio Coxipoaçu- Representante sociedade civil)

Ó vou dar um exemplo, surgiu um problema de queimadas num assentamento que tem um comitê, o pessoal desesperado começou a colocar vídeo da situação, eu faço parte do comitê do Jauru, mais que depressa eu falei, agora tem o comitê que vai me ajudar a ver a solução, é possível pra esse povo. Coloquei isso no grupo, silêncio total, a sorte que uma semana depois que veio uma reunião do comitê, aí que vem o papel da gente enquanto representante de um comitê oficial é você fazer mostrar e você forçar eles a tomarem uma decisão então pra que que existe comitê se ta tendo um problema lá naquela base lá na ponta e a gente fica só discutindo, coisas que vem lá da ANA, Lá das instituições de cima pra baixo, e aí o povo ali ta sofrendo os pescador com a cota zero, eu não ouvir falar de uma proteção com relação a uma cota zero dentro desse comitê eu não ouvi sabe, ficam maquiando temas e que não mexem, que não vai trazer problemas pra realidade esse é o problema. (CBH 1 - Rio Jangada – Sociedade civil)

Os empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Alto Paraguai, onde se localizam as bacias desta pesquisa, têm ocasionado bastante debate, que motivou a diante os estudos do para elaboração do Plano de bacias do Alto Paraguai a suspensão de todos os empreendimentos até 2020, ano de conclusão dos estudos.

Segundo CALHEIROS, IKEDA-CASTRILLON E BAMPI (2018) foram identificados 165 empreendimentos hidrelétricos que estão em operação na planície da bacia do Rio Paraguai, sendo 45 já em operação, 11 outorgados, 56 em eixo disponível, com plano básico ambiental aceito 47, com registro duas e dois empreendimentos suspensos e mais dois revogados. De acordo com o artigo, o setor hidrelétrico é

favorecido e a implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) trará graves consequências socioambientais, há outros usos da bacia hidrográfica seja pesca profissional, artesanal ou de subsistência, uso cultural da água, turismo entre outras serão afetados, visto que as áreas de planície que formam o Pantanal é um ambiente frágil interdependente do fluxo de seca, vazante e cheia das águas.

O Rio Jauru um dos principais contribuintes do Pantanal, possui seis empreendimentos hidrelétricos instalados em cascata, sendo uma usina hidrelétrica e cinco PCH's. Em estudo realizado para analisar os impactos das PCH's sobre a hidrologia e qualidade da água, foi possível constatar alteração nos picos de vazão no Rio Jauru de forma significativa, e com isso trazer, trazer implicações no funcionamento ecológico do Pantanal (SILVA 2015)

O rio Cabaçal também tributário importante do Pantanal, possui por enquanto empreendimentos hidrelétricos licitados, sendo sete PCH's em diferentes fases de projeto (FILHO, 2013), ou seja, o Rio Cabaçal encontra-se livre de barragens.

Mesmo não sendo parte deste estudo é importante mencionar que o terceiro importante tributário do Pantanal o Rio Sepotuba possui quatro empreendimentos de geração de energia hidrelétricas já instaladas e mais previstas (SERIGATTO 2006). O Rio Sepotuba merece atenção devido ao alto número de empreendimentos hidrelétricos inventariados, um total de 20, sinalizado como potencial conflito pelo uso da água (BRUNO, FANTIN-CRUZ 2020).

Em estudo sobre governança nos Comitês de Bacias hidrográficas do Teles Pires, localizados na região norte de Mato Grosso, um dos conflitos citados foram os empreendimentos hidrelétricos instalados, sendo um total de 12, dos quais cinco hidrelétricas e sete PCH's. Os outros conflitos também foram relatados nas atas e pelos entrevistados, sendo o modelo de agronegócio presente, o uso e ocupação do solo urbano e rural.

Chama a atenção no estudo sobre a percepção dos membros dos comitês de bacia hidrográfica do Teles Pires, somente um membro citou as hidrelétricas como um problema, contudo há muitos conflitos entre os indígenas, os pequenos agricultores e famílias de pescadores, impactadas pelos empreendimentos hidrelétricos na bacia hidrográfica do Baixo Teles Pires.

Analisando as atas das reuniões dos comitês não há menção, tampouco nas entrevistas de que os comitês foram consultados sobre qualquer empreendimento nas bacias hidrográficas dos Rios Jauru e Cabaçal, mesmo com o reconhecimento por parte



dos entrevistados de que os empreendimentos hidrelétricos geram conflitos, neste caso no CBH Rio Jauru. Fato que justificou a criação de uma câmara técnica elaborada para compreender a situação dos empreendimentos localizados na bacia hidrográfica.

Segundo dados da ANA (2018) na Bacia do Alto Paraguai tem-se 217 empreendimentos hidrelétricos, destes 47 são usinas hidrelétricas já instaladas sendo 10 hidrelétricas e 17 PCH's em operação, previstas em fase de planejamento somam 133 usinas.

A realidade é que os CBHs Rio Cabaçal e Rio Jauru permanecem de fora dos processos relacionados aos empreendimentos hidrelétricos, ressaltando que não há diálogo entre o órgão gestor, a SEMA que analisa e libera os empreendimentos com os comitês, esta situação e não diálogo entre dois entes do sistema de recursos hídricos fragiliza a relação entre os entes e favorece conflitos futuros, pois os comitês são as instâncias que têm o potencial de ampliar e trazer os atores sociais do território para dialogar sobre os empreendimentos seus impactos e contribuir na definição e planejamento dos empreendimentos, minimizando impactos socioambientais.

Alguns entrevistados não reconhecem que haja conflitos, justificando que não há disputa entre os membros, pois consideram que as decisões que saem dos comitês são baseadas nos interesses da maioria, “(A ainda bem que no diálogo né e colocando isso em votação, é democracia no caso né e é uma forma que eu acho mais viável porque, até aonde a gente teve os conflitos de ideias, foi no diálogo né, então[...]) (CBH 2 - Rio Araguaia – Representante setor Governamental)”

Aaa, com muito respeito e muita parcimônia, sabe fala, ouve, levanta, isso eu acho muito, ótimo, isso é educação né, o respeito pelo outro eu acho que... a gente nunca teve um embate assim, eu pelo menos nunca vi um embate assim violento, a gente sente que o ambiente fica teenso, mas você como você tá com seus pares você não vai né, então você tem que respeitar, se você quer ser respeitado você tem que respeitar, é natural é natural, não é só nesse lugar, então isso é muito bom. (CBH 1 - Rio Aripuanã – Usuários da água).

Até agora a gente tá tentando administrar coletivamente né, com o representante de cada entidade que tá ali a gente tenta resolver junto, porque é muito complicado cê faze, cê faze, inclusive se não der quórum não tem nem como resolver esse tipo de conflito (CBH 2 - Rio Guaporé Representante Sociedade civil).

Quando há divergência de opinião segundo os entrevistados, a votação é o meio para se chegar a uma decisão. Alguns entrevistados mencionaram que devido aos comitês serem novos a gestão de conflitos ainda não se faz necessária, ou não é uma especialidade

do coletivo de acordo com o entrevistado, também foi mencionado que os conflitos devem ser trabalhados e não escondidos dentro dos comitês:

“(É o momento é que nós estamos iniciando todo um trabalho isso vai, é, nós temos, ainda, como nós vamos pegar e se reunir, como câmara técnica acho que no momento ainda que nós não reuniu, acho que vai ser é a partir dessas reuniões que nós vamos tratar desses assuntos. (CBH 1 - Rio das Mortes - representante usuários da água)”.

Sobre a gestão dos comitês os relatos apresentaram muitas respostas em que os entrevistados relataram que as ações desenvolvidas pelos comitês são verticalizadas e que atuam com um roteiro de obrigações imposto pelo órgão gestor em que os representantes não decidem sobre como atuar:

Bom vamos dizer assim essa gestão, ela foi muito... ela acabou sendo, é... vamos dizer assim, é... ela vem um pouco, essa organização dos comitês ela em de cima pra baixo né, então aquilo que foi colocado de como que tem que ser os comitês de como que tem que funcionar, né então não deu tanta liberdade para que as coisas possam, fazer, tanto que tem algumas exigências né que as vezes não se aplica, e fica lá “não a gente aqui pra poder participar dos recursos hídricos do governo federal a gente tem que fazer isso, tem que fazer aquilo né, então ele fica assim meio que um pacotinho fechado ali, pra gente poder seguir né. (CBH 2 - Rio Xingu- Representante Sociedade civil)

Ele já vem num modelo né, nós não podemos falar que ele é ruim porque ele já veio num formato que foi utilizado no país inteiro, presidente, vice, acho que secretário né, então esse modelo já veio, e as reuniões eu acho que são suficientes, porque ela tem quatro reuniões anuais eu acho, e elas são suficiente, quando for crescer mais é... assim as atividades, aí ela pode ser até num maior número né (CBH 2 - Rio Sucuriú - Representante Usuários da água).

Eu acho que a gestão ela é centralizada no órgão estatal responsável que deveria ser o gestor das águas, então eu acho que tem uma confusão de papel, tem uma confusão. Eles são membros do comitê ao mesmo tempo gestores burocráticos do comitê, e eles tratam o comitê como um apêndice do órgão. (CBH 2 - Rio Coxipoaçu- Representante Sociedade civil)

Bom, o que eu consegui perceber até agora é que..... pra ver, pra ver, um encaminhamento melhor das ações especialmente do ponto de vista executivo é.... talvez seja preciso um pouco mais de orçamento de estrutura de equipe né, eu vejo que muito do que tá, está acontecendo de forma atrasada tem a ver com uma execução lenta daquilo que é deliberado em plenária. E talvez pra isso como a secretaria executiva normalmente está associada a algum servidor que tem um conjunto de outras atividades talvez a gente tivesse que ter equipe liberada, pensar o quanto antes nisso (CBH 1- Rio Paraná – Representante setor Governamental).

Outros acreditam que a gestão é boa, pois há participação na composição do comitê dos diferentes seguimentos:

Eu acho que a forma com que os trabalhos estão sendo conduzidos éeee, é bem bacana porque tá aberto pra todo mundo poder colaborar, poder participar e isso, é uma, é uma visão, é que eu vejo muito também, [...] e o comitê é isso, o nosso comitê é muito em consenso né, qualquer coisa, do mínimo que seja que

mandam pra diretoria o que que eles fazem, eles repassam pra gente, pelo grupo, que a gente tem um grupo pra saber a opinião, pra saber qual a melhor decisão para o coletivo[...] (CBH 1- Rio Prata - Representante setor Governamental)

Eu acho bom, aaa poderia melhorar, tudo pode melhorar nessa vida, né é... como temos, somos um território grande e não somos né, se a gente for comparar com outras regiões, ainda não é né, mais eu acho que ainda pode ser utilizado estratégias pra gente melhorar, eu falo assim melhorar essa relação entre os municípios entre as pessoas envolvidas acho que pode melhorar. (CBH 2- Rio Araguaia- Representante setor Governamental)

Eu gosto, eu acho assim, é mito difícil assim, eu gosto e uma das coisas é que eu acho que eu não faria melhor, entendeu, porque eu acho que cada um tem uma habilidade e tem algumas coisas que são o relator o secretário, é uma coisa sabe é a rotina e eu acho que essa rotina eu não faria melhor, e eu acho importante dar uma possibilidade pra todo mundo trabalhar cada hora é um, é pra mas eu gosto assim não tem problema nenhum não (CBH 1 -Rio Aripuanã - Representante Usuários da água)

A justificativa de que para alguns entrevistados os conflitos não existem porque existe a votação é possível notar há uma negação da presença do conflito, visto que a própria história do comitê se deu por este motivo, mesmo quando não verbalizado.

Para PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS ( 2013) um dos grandes desafios dos comitês é a administração dos conflitos, os autores ao pesquisar governança pública dos recursos hídricos em Minas Gerais, mostrou que os conflitos que aparecem entre os stakeholders se apresentaram nos discursos sobre o uso da água do ponto de vista utilitarista, assim como o desconhecimento técnico dos membros do comitê e a defesa democrática do CBH como órgão que toma decisões.

A outra possibilidade seja que os entrevistados se referiram a conflitos com embates acirrados entre os membros do comitê, como não ocorrem, remete a sensação de que não há conflito, ainda sim. Como há bastante diálogo nestes comitês é um potencial positivo para resolução de problemas e conflitos.

Mesmo com o reconhecimento da maioria dos entrevistados de que há conflitos nos comitês, os desentendimentos aqui mencionados parecem estar relacionados as decisões ligadas a gestão e funcionamento dos comitês, visto que os comitês ainda não estão tomando decisões ligadas aos conflitos de uso dos recursos hídricos.

## **5.9 Comunicação Mobilização e articulação, para compreensão do processo participativo nos CBHs a governança dos recursos hídricos.**

A participação nos processos de decisão e seus resultados são fatores importantes e permitem compreender como a mobilização e articulação para se chegar a um resultado

dentro dos comitês, assim como quais motivos fazem com que os atores sociais participem dos CBHs. Sobretudo a avaliação das ações desenvolvidas e do comprometimento dos membros dos comitês também podem contribuir para que os comitês possam analisar a governança nos comitês.

Assim as questões aqui abordadas visam compreender a percepção dos entrevistados com relação aos processos de mobilização interação entre as diferentes entidades e avaliação de seus desempenhos enquanto membros representantes dos CBHs.

Sobre as conquistas já obtidas pelos comitês, foram relatadas como ganhos a constituição dos comitês e a formação das câmaras técnicas:

Até agora é formar a sua diretoria isso é um dos passos mais importantes né é ter uma diretoria pra que possa ser tomada decisões né, não só uma pessoa, mas sim um conjunto de pessoas tomando decisões importantes pro comitê (CBH 2- Rio Piquiri - Representantes Usuários da água).

Primeira conquista foi a formação do comitê, existiu o pré-comitê, e foi visualizado que ali aquela região merecia e tinha pessoas interessadas nisso, então foi pelo comitê essa é a primeira conquista. A secretaria de meio ambiente, porque a porque essa gestão do Pró comitê analisa, não é todo mundo eu quero criar o comitê que vai lá e vai fazer né, ele tem que ter características para ser formado, então essa foi a primeira conquista, então esse é um ponto positivo, mostrou-se que há uma necessidade (CBH 2- Rio Sucuriú - Representantes Usuários da água).

Eu vejo assim só de ter um comitê de bacia instituído, é aonde tem membros de toda sociedade civil que tem direitos a voz e voto já é uma grande conquista porque o comitê de bacia ele tem poder de representatividade muito grande né, se eu chegar num determinado órgão público levando ali uma demanda só eu sozinho é talvez eu não vou ser ouvido, ou não vou ter a mesma importância que uma pessoa chegar em nome de um comitê de bacia ao qual ela faz parte, são representantes de toda sociedade civil entendeu necessidade (CBH 1- Rio São Manuel - Representantes setor Governamental).

Um dos entrevistados mencionou que apesar da existência do comitê, ele ainda é novo para avaliar suas as conquistas. Outros entrevistados acrescentaram que há necessidade de melhorar a representatividade e participação nos comitês:

As conquistas, além e sua constituição que eu acho que foi o principal, eu acho que é isso, é você, eu reclamei que eu sinto falta de representatividade, mas eu também considero como ponto extremamente importante a representatividade que tem hoje, as pessoas que representam né. Eu considero como sendo os pioneiros e as pessoas importantíssimas né, mas da mesma forma que eu defendo que tem que ter mais gente né mas eu acho que o primordial foi isso, constituir o comitê com esse corpo de pessoas, de membros na verdade, eu acho que isso são os principais, mas eu acho mais secundárias né o simples fato dele existir pra nós aqui da região foi de suma importância. (CBH 2- Rio Araguaia-Representantes setor governamental).

Olha como tá recente agora né, mas tudo são conquistas na vida, a formação de novos membros no conselho, nova representação, então também são conquistas, mais participação de órgãos públicos, mais pessoas interessadas, porque você formar um comitê um conselho tem que ter a participação da sociedade(CBH 2- Rio Cuiabá- Representante usuários da água).

Eu acho que a conquista ainda está no campo da existência do comitê, e da própria realização de algumas atividades do comitê, ou seja, a conquista tá endógena, você não tem conquista exógena, é o comitê é mais uma conquista, por exemplo a WWF apresenta o comitê como uma conquista do projeto Nascentes do Pantanal do que o comitê apresenta o projeto Nascentes do Pantanal como uma conquista dele, então as conquistas são endógenas ainda, da existência do estabelecimento, e acho que a medida que esse comitê se consolidar aí, com mais um dois anos a gente pode falar de conquistas exógenas, por enquanto é tudo endógeno (CBH 2- Rio Coxipoaçu- Representante sociedade civil) .

Sobre a participação nas decisões e os entrevistados afirmaram que participam dos processos de decisão que ocorrem nos comitês:

Participo, olha quando vai por exemplo elaborar pauta a gente é consultado, elaboração de pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias a gente participa, a gente há uma coleta né, muitas vezes de opinião, no caso que faz isso é o responsável pela gerencia de recurso hídrico ele capta ideia por e-mail e coloca na pauta das reuniões ordinárias (CBH 2- Rio Coxipó- Representante setor Governamental).

Somente um dos entrevistados disse não participar dos processos decisórios explicando porque não reconhece sua participação no comitê: “Eu não, não participo e não é dado esse espaço, a gestão do comitê fica de forma muito centralizada quando chega você só tem que votar então, eu não vejo como que eu participo, eu aprovo, avalio e aprovo, mas participar não (CBH 2-Rio Coxipoaçu- Representante Sociedade civil).”

Novamente aqui é possível notar que as decisões deliberadas estão todas relacionadas do funcionamento do comitê, não ligadas a decisões mais profundas, como implementação dos instrumentos para o cuidado com as águas, ou normas de uso, tampouco levantamentos sobre os dados dos recursos hídricos das bacias hidrográficas.

Com relação a atuação nos comitês, foi unânime por parte dos entrevistados afirmaram que sua atuação pode ser considerada mediana ou positiva, mas que poderia ser melhor, variando apenas os motivos” (Eu acho que eu, me esforço né, para representar essa bacia e o povo do qual eu trabalho eu tenho que dar uma resposta pra esse povo também, eu estou em nome de uma associação estou em nome de um povo, então eu também tenho que dar uma resposta (CBH 1 - Rio Jangada- Representante Sociedade civil)”:

Eu vejo como positiva eu sempre me esforço, que eu, se tiver que ir lá no Jauru eu tenho que andar 400 quilômetros né, então e.... eu não falto reunião,

geralmente eu vou em todas. Por que o... eu vejo que uma das questões que se precisa pra estruturar é ter participação, sem participação logo ele pode ser desincentivado, visualizar que erraram em conceder um comitê, porque não houve interessados, então o ponto que a gente valoriza é que mesmo não estando muito próximo é ir, entender o que tá ocorrendo lá, e claro argumentar, defender mas também no que for pra ceder (CBH 2- Rio Sucuriú- representante Usuários da água).

Avaliar a si próprio é difícil, mas a, uma coisa eu acho que a gente não pode ter a falsa modéstia eu não tenho medo do enfrentamento do debate, eu me coloco, sou deixar minha posição bem clara, nem sempre ela vence, mas eu procuro fazer isso, colocar com muita clareza o que eu penso, sinto aí, a minha contribuição com toda a dificuldade, mas eu acho que ela ainda tem sido, de certa forma positiva (CBH 2- Rio Paraguai - Representante Sociedade civil).

Enquanto outros entrevistados relataram que sua atuação nos comitês não era boa, atribuindo diversos os motivos desde a atuação, o preparo e a baixa participação dos membros do comitê para atuar no comitê, a lentidão para a que as ações tomadas pelo comitê sejam executadas:

É, estar nesses espaços é algo que tem que assim, tá no plano de trabalho da entidade que manda né, representante pra lá, é algo, não sei se, por ser um momento de estruturação por ser tudo muito novo né, talvez a gente utilize mais tempo do que seria normal pra poder é tomar determinadas decisões, encaminhamentos mas, eu vejo assim que é algo, é algo custoso, estar nos fóruns coletivos de participação, exige tempo, exige comprometimento, a cada reunião você assume novos, compromissos né, mas a nossa entidade vê como estratégico a participação nesses espaços (CBH 1- Rio Paraná - Representante setor Governamental).

A minha atuação como conselheiro tá deixando mito a desejar, porque como eu falei, não adianta a gente pegar ficar só lá dentro da reunião se a gente não tem condição de colocar isso em prática. É porque os municípios estão carentes de técnicos pra poder ir a campo e realizar, né os trabalhos que deveriam ser trabalhados as pesquisas. Então esse é um grande problema que não só eu mas acredito que todos os conselheiros tem dos municípios envolvidos que estão ligados ao comitê (CBH 1 - Rio Bugres- Representante setor Governamental).

Poderia ser melhor, levando a meus pares e, e, essa questão da suplência eu preciso levar o suplente, indo comigo, porque é aquilo que eu falei lá no começo, qual que é o gargalo a fragilidade, as pessoas, e se você não prepara uma outra pessoa, você corre o risco de uma hora pra outra você ficar, a sua instituição ficar fragilizada e a sua contribuição, não é só a instituição, mas a contribuição do setor fica fragilizada e precisa (CBH 1 - Rio Aripuanã- Representante Usuários da água).

Eu ainda acho particularmente que eu poderia ajudar mais né, mas aí, tem aquela questão, primeiro de, é que a gente é sobrecarregado, tem muita coisa como todo mundo é e a gente tenta se policiar pra não sobrecarregar mais ainda e uma coisa também é que muitas das vezes a gente sente, se sente assim... opa eu acho que to avançando demais vamos abrir espaço pro outro, eu acho que a gente tem que sentir como que você estar no ambiente né, você também não pode querer ser, eu vou em algumas reuniões que tem pessoas que é controladora né a opinião dela é que tem que prevalecer, eu me policio nisso, eu tento dar minha sugestão, defender meu ponto de vista, mas tem hora também que eu sei que eu tenho que dar uma acalmada pra outras pessoas contribuir, então eu acho que nesse sentido que... é eu poderia contribuir mais, mas dependendo também da demanda né, me observo bastante falo assim...

opa.... onde que eu posso contribuir aqui, eu fico ali analisando se eu posso, aí eu entro. Desde que teja uma exigência maior eu acho que poderia contribuir mais (CBH 2- Rio Araguaia - Representante setor Governamental).

Por enquanto eu não estou ajudando em nada eu acho que é porque eu não to muito participativa eu gostaria de tá mais, de tá mais presente, mas no momento ta um pouco difícil (CBH 2- Rio Piquiri - Representante Usuários da águas).

Sobre os que relataram ter participação mediana é possível notar que um o tempo para se dedicar fica prejudicado devido as atividades cotidianas do trabalho da família que os conselheiros desenvolvem, considerando que as atividades do comitê são voluntarias.

Portanto um acúmulo de funções, enquanto outros membros têm possibilidade de dedicar-se só aqueles espaços.

Foi sugerido a necessidade de trabalhar de forma mais conjunta com suplente e a própria entidade que representa, como modo de melhorar a atuação no comitê levando demandas, evidenciando que as atividades no comitê exigem tempo e comprometimento por parte dos seus membros.

A maioria dos entrevistados respondeu gostar de participar dos comitês e se sente envolvida como neste relato “(Sim eu gosto por que, eu vivo em prol da água porque a água é tudo, se não existir a água não existe a minha pessoa e nem mais vidas né, então a água, eu trabalho é mesmo por amor é necessidade até (CBH 2 - Rio Guaporé - Representante Sociedade civil)”:

Eu gosto, gosto assim, inclusive to porque gosto, assim se for você for analisar, não tem inclusive a gente representa uma escola, uma instituição que digamos assim que muitos olham, até tem gente que olha a publicação do diário oficial e fala “tem uma escola aqui no comitê” não é comum né, mas é porque a escola tem uma história de envolvimento e a gente gosta porque a gente trabalha com educação, a gente acredita que só a educação é capaz de reverter muita coisa. Então assim a gente participa porque gosta, porque se você for ver o custo de participar de um comitê você não participaria né (CBH 2- Rio Coxipó - Representante setor Governamental) .

Eu gosto, sim, sim porque eu acredito que é o meu papel social e não é só no conselho não, é em qualquer outra esfera em que puder participar, como ou como órgão de classe, como pessoa física, ou pessoa jurídica eu acho que é fundamental a pessoa tem que falar. Um papel social, bom quer ver, por exemplo, eu estou na rua, eu estou no centro da cidade, eu vejo um caminhão descarregando um material onze e meia da manhã, eu não êxito de pegar um celular, tirar uma foto e mandar pra ouvidoria, porque eu acredito pela lei urbana, tem horário para carregar, descarregar eu faço isso. Se eu vejo alguma coisa que me agre., eu não gosto eu faço, esse é meu papel social. Porque assim se você tem esse esclarecimento, você tem essa informação e você não age, você ta sendo negligente, e aí que o negócio pega, porque é muito cômodo eu falar, olha as pessoas jogam lixo na rua, mas o que que eu faço pra esse lixo não ficar lá, se eu falando eu não consigo eu vou tirar foto e mando não...., e

assim eu quero que façam isso comigo, eu faço questão que faça, então eu acho que isso é fundamental. Mas não é só os outros aqui em casa também, então é... a gente tem um papel, nós somos os atores nessa, é nossa família é nossa casa né (CBH 1 -Rio Aripuanã- Representante Usuários da água).

Outros já relataram que é mais uma necessidade inclusive participar do comitê é algo contraditório:

Aí não é o gostar sabe, gostar eu gostaria muito mais de estar pescando de fazer outra coisa, mas eu consigo ver necessidade, e aí participo, e não faço contrariado, não com gosto esse trabalho, mas por sentir a necessidade de se fazer. É muito mais tranquilo ir pra outro, mas é preciso (CBH 2 - Rio Paraguai- Representante sociedade civil).

É... é assim eu vejo assim, não tanto gostar mas eu vejo assim como a importância de participar porque você pega e vê que hoje tudo que passa aí, os impactos que tá tendo, e a gente vê a própria natureza tá demonstrando que isso tá sendo muito devastado. Então isso traz com que a gente é traga isso como uma luta (CBH 1 - Rio das Mortes- Representante Sociedade civil).

É, eu acho que, não seria talvez a , a ideia não seria nem gostar, eu acredito que são espaços importantes, de participação, uma conquista, na verdade, os fóruns de participação, os comitês de bacia, eles são uma conquista né histórica nossa no Brasil, e existir esse espaços que vão influenciar na tomada de decisão, da elaboração de políticas públicas, é.....e vejo com bons olhos a participação, não seria nem um gostar, seria um se comprometer mesmo, eu vejo como necessidade de comprometimento desses espaços(CBH 1-Rio Paraná- Representante Sociedade civil).

Eu gostaria mais se o comitê tivesse, mais, fosse mais priorizado e fosse mais autonomia né, na realidade eu não gosto muito porque a gente vai lá pra gente ver algumas coisas (CBH 2-Rio Juruena- Representante Sociedade civil).

Em suma é possível perceber que os entrevistados gostando ou não, identificam a necessidade e importância de estar nos comitês e que podem atuar e contribuir com os cuidados aos recursos hídricos pois já percebem os riscos em seus municípios.

De acordo com os relatos, a contribuição nos CBHs pode ser de várias maneiras, seja por meio do conhecimento técnico, seja por experiência de estar nos rios, por amor aos rios, cuja vivência também traz outras formas de conhecimento sobre a dinâmica seja das águas seja das formas de vida presentes nas bacias hidrográficas .

Esta avaliação sobre a contribuição da participação dos membros dos CBHs, a partir das diferentes formas de conhecimento é além de importante é essencial para as ações nos comitês para a tomada de decisão.

Que por sua vez, representam os desejos dos representantes da bacia hidrográfica refletindo as necessidades dos comitês nos processos de governança. Assim cumpre-se um dos princípios da (OCDE, 2015), na promoção e adoção e implementação de práticas inovadoras da água entre autoridades responsáveis, níveis de governos e partes interessas relevantes



Com a participação dos diferentes atores sociais o comitê cumpre seu propósito como conciliador, passa analisar e determinar sob diferentes interesses a relação com os recursos hídricos, se justificando então a necessidade dos atores sociais de participar dos CBHs ( BARBI, 2007; EMPINOTTI; JACOBI; FRACALANZA, 2016; JACOBI).

Cabe um olhar para além das necessidades de uso da água para comercialização, cabe trazer equidade nas diversas relações das representações sociais com a água. Aqui fica evidenciado o papel social dos atores da bacia na regulamentação do uso da água, para além dos instrumentos da política da água, porque se trata aqui de exercer a própria política ao garantir essa multiplicidade do uso.

E mesmo os entrevistados quando dizem que estão pelos motivos da regulação do uso como uma necessidade, o fazem na perspectiva da garantia da água para todos nas bacias desse modo, cumprem com o papel social de analisar e decidir sobre os múltiplos usos.

As múltiplas participações é que caracterizam e balizam como o comitê irá tratar dos recursos hídricos atendendo aos interesses dos atores sociais e suas multiplicidades de relações com a água ( FRACALANZA; JACOB; EÇA, 2013 COELHO; PAIVA; FREITAS, 2019;).

A possibilidade de uma avaliação sobre os desejos e necessidades dos comitês pode ser realizada como recomendação para que os membros possam enxergar as potencialidades e evidencias os diferentes interesses, para que assim se chegue a um ponto comum entre os diferentes interesses dos atores sociais.

Quando questionados a respeito das opiniões emitidas nos comitês, somente um dos entrevistados demonstrou ter suas sugestões não consideradas durante as reuniões:

Só na ata, eu não vejo o encaminhamento disso, como eu já disse antes, elas vão pra ata e mas eu consigo perceber também que eu influencio algumas pessoas quando eu falo, então as pessoas também ficam prestando atenção em você e entendem. Então eu não vejo o acolhimento institucional o encaminhamento institucional disso, mas eu vejo que é um espaço que eu classifiquei como didático-pedagógico, então é um momento também que eu aproveito pra fazer formação com as pessoas que estão ali. Isso dá um resultado, mas demora um pouco mais (CBH 2- Rio Coxipoaçu- Representante Sociedade civil).

Sobre o diálogo entre os membros nos comitês e suas instituições os entrevistados apresentaram respostas diferentes, alguns afirmaram que conversam com suas organizações, outras que não conversam, ou seja, não transmite o que está acontecendo nos comitês as entidades que representam:

Então né isso é uma questão que incomoda a gente infelizmente não, nem a comunidade em si, por exemplo, no meu município é a única instituição do município que representa né, e infelizmente não. A gente tem que tá provocando a inflamação, mas num tem ainda um, por parte das instituições da população não tem uma vontade de querer saber né, mas eu acho que a partir do momento que a gente começar a implantar o plano de comunicação que começar a chegar mais na ponta né, a informação chegar mais gente vão ser provocada e vai haver uma solicitação de socializar as informação mas sem ponto negativo não há um interesse a hora, como é que tá lá, né, não (CBH 2-Rio Coxipó - Representante setor Governamental).

Pode-se notar que entrevistados dos setores governamentais afirmaram não repassar as nem dialogar com os órgãos que representam, estes órgãos, são a representação e setores importantes pois estes planejam e executam as políticas públicas com impacto direto nos recursos hídricos, demonstrando que há pouco diálogo entre o comitê e os órgãos públicos que ali estão.

Leva a indagar sobre a pauta de recursos hídricos presentes nas agendas de desenvolvimento dos municípios, tão relevantes para a garantia da qualidade e quantidade da água para a bacia.

Sobre a motivação é importante salientar que a maioria dos entrevistados apontou se sentir motivado a participar, vale notar as diversas razões:

Eu me sinto inserido, porque eu não tenho problema lá, eu sou desconhecido lá, você por exemplo entrevistadora é muito mais próxima e conhecida, do que Rio Sucuriú que tem que, mas toda vez pelas minhas participações as pessoas sabem, quem é o Rio Sucuriú quem ele representa né, eu acho que todos lá, quem for participar e for participante né, que participar é colocar e se escrever e se não for participante que é quem vai lá ele, se ele só for membro e não ir nas reuniões ele nunca vai ser... nem vai entender a dinâmica de um comitê (CBH 2 -Rio Sucuriú - Representante setor Governamental)

A minha motivação é justamente isso eu acho que a legislação das águas está posta e ou a sociedade, e a sociedade é chamada a participar, mas ela estipula caminhos de participação e os comitês é um espaço de participação. Ou nós vamos ocupar este espaço, ou outro vai ocupar, então é uma necessidade coletiva, ela não é pessoal, minha, eu assumi a vida coletiva (CBH 2- Rio Paraguai- Representante Sociedade civil).

Sim, eu me sinto sim claro porque, a gente tem problemas lá na base do município então a gente tem que tá ciente e tentar resolver, não sei de que jeito que modo, mas tem que tá junto. [Que problemas ligados a bacia que você vê lá no município?] Hoje o maior problema hoje é o desmatamento, desvio dos leitos né pras atividades ligado a agropecuária, e também problemas erosivos. São os problemas que a gente tem hoje no município, calor que alguns a gente já tá se resolvendo, como recuperação de nascentes, é... recuperação e matas ciliares de leitos, entendeu, mais ainda é pouco, pelo tanto de problemas que o município tem e também a falta de gestão hídrica no município, esse é um grande gargalo que a gente tem, é....ainda mais pela precariedade da nossa secretaria de meio ambiente do Estado num tem, também uma fiscalização

quanto ao uso de água, a liberação correta de outorga, se realmente há aquela necessidade ou não, então é isso, é esses problemas que a gente tem aí (CBH 1 - Rio Bugres- Representante setor Governamental).

Sim eu acho interessante porque a gente consegue resolver, mitigar problemas é... indiretamente ou diretamente a população melhoria da qualidade de vida, recursos naturais e..... é gratificante você participar fazer parte de uma ação que beneficia o conjunto (CBH 1-Rio Manso - Representante Usuários da água).

Sinto mas estou naquela de ver ajudar a formar uma pessoa pra depois dar continuidade também né, mas eu gosto. Porque o comitê é um espaço onde o povo sabendo que ele existe que tem naquele lugar ele pode influenciar e muito, tanto na terra quanto na água quanto na vida do povo daquele lugar, então se ali é um espaço democrático, espaço de participação ume espaço em que eu posso levar as demandas, então ele é super importante (CBH 1 - Rio Jangada - Representante Sociedade civil).

Olha motivado pessoalmente sim, ideologicamente dizendo a gente se sente motivado, a motivação é ideológica, porque a gente acredita num, se não cuidarmos dos recursos do recurso hídrico né, do bem hídrico, se a gente falar de recurso a gente taxa muito essa questão de valor né do bem, do patrimônio. Se a gente não cuidar a gente vai ficar sem, a gente já sabe de outras realidades né, a escassez vem, então do ponto, da ideologia de querer ter, de garantir isso para o futuro a gente se sente motivado. Do ponto de vista estrutural, institucional você se desmotivaria, você não tem, agora sim né, agora as reuniões são, remune..., você pode ir pras reuniões sem custos, você pode solicitar com antecedência, até desse ponto de vista a gente se sente motivado sim (CBH 2- Rio Coxipó- Representante setor Governamental).

De maneira geral percebe-se que a motivação dos membros em participar se deve a importância de debater todos os aspectos relacionados a água, de maneira coletiva. Pelos relatos é possível perceber que a motivação também vem da vontade de conhecer melhor a bacia e resolver os problemas apresentados com relação aos recursos hídricos, bem como alinhar ações entre os diferentes grupos sociais presentes nos comitês. setores governamentais demonstrando a importância da representatividade dos diversos atores presentes nas bacias dos Rios Cabaçal e Jauru.

Quando questionados sobre o que poderia ser melhorado nos comitês as respostas mais sugeridas foram:

- ✓ Gestão mais participativa não só com o órgão ambiental com atitudes que sejam além de cumprir as metas dos órgãos gestores, SEMA e ANA;
- ✓ Um plano de comunicação melhor mais eficiente para toda bacia;
- ✓ A presença de mais usuários das bacias, pois com eles que o conflito se dá;
- ✓ Reuniões mais participativas do coletivo, cujas reuniões tenham um propósito unificado e isso afeta desde o relacionamento das pessoas assim

possibilitar a junção de diferentes ideias sejam consideradas na hora da tomada de decisões;

- ✓ Melhorar a participação dos membros nos comitês pois possibilitaria o bom relacionamento no grupo;
- ✓ Atenção a localização dos membros e a distância na bacia hidrográfica;
- ✓ Ganhar a autonomia da gestão do comitê;
- ✓ Melhorar a participação por meio da capacitação dos membros;
- ✓ Ouvir o povo, ouvir aqueles que têm reivindicado, e pedido auxílio na bacia;
- ✓ Sair das reuniões e partir para a prática;
- ✓ A informação nos comitês precisa melhorar;
- ✓ A informação e diálogo com a sociedade;
- ✓ E atenção prioritária a formação dos membros do comitê de modo que atenda as necessidades dos membros do comitê.

Estas respostas reforçam que os representantes dos comitês percebem as fragilidades que precisam ser tratadas no comitê e que refletem o que eles gostariam que fosse modificado melhorando a atuação dos CBHs (SOARES, 2008).

Deste modo evidenciando a importância da participação social dos grupos sociais entre eles e outros usuários da bacia, para que os desafios reais das bacias hidrográficas dos CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT possam aparecer, dialogar com a sociedade, as pessoas na bacia hidrográfica, sobre todas as implicações do modelo de desenvolvimento adotado e sobre as decisões sobre a água.

Cabe mencionar que várias respostas dadas como sugestão, respondem as questões que foram apresentadas como dificuldades durante as entrevistas, incluindo algumas questões relativas aos conflitos nos comitês.

Sobre a relação dos entrevistados tem com o comitê e com a bacia hidrográfica. representa sobretudo as possibilidades de mudança e melhoria, os entrevistados enxergam no comitê um espaço de espaço de mediação e esperança para realização de uma governança da água que atenda às necessidades locais, ainda, controle do território dos recursos hídricos, em que a partir do conhecimento do território, as decisões possam ser consensuadas para agora e para o futuro:

Eu acho que o comitê de bacia pra mim ele representa assim, o controle do território dos recursos hídricos né, então acho que esse controle passa necessariamente aí pelo comitê de bacia (CBH 2- Rio Xingu-Representante Sociedade civil).

Pra mim representa uma esperança, né eu acho que a palavra que eu usaria para um comitê é a esperança de você conseguir fazer uma gestão adequada do território, pra que esses, os membros do território use de forma sustentável esse bem natural que é a água, então é um a esperança porque não é fácil do jeito que a coisa vai a gente vê dia a dia a degradação mesmo, e não há preocupação, as pessoas tão sentindo falta d'água mas elas dizem "não mas isso passa, volta a chover né" então há esperança de fazer um trabalho né não é a curto prazo, ele é de médio a longo prazo e sensibilizar os atores de dentro da bacia de fazer o uso racional e sustentável desse bem, é esperança, esperança de que a gente consiga fazer a diferença né no trato da água (CBH 2- Rio Coxipó-Representante setor Governamental).

Para os entrevistados os comitês também representam uma forma de contribuir com o uso e regulação da água, por meio de suas formações e conhecimentos, se tornando um espaço de luta cotidiana uma forma de auxiliar a sociedade, tentar colocar as ideias de mudanças, organização e planejamento das ações. Também como um espaço para debater o direito das pessoas sobre os recursos hídricos:

Olha você vê bem, ele veio com a intenção de resolver a questão das águas né, hoje o Brasil todo tem essa questão, é uma questão hídrica no Brasil inteiro, então o comitê como tem em todo Brasil a questão da água né, então os problemas, tem por exemplo, Mato Grosso aqui a questão das usinas, né das PCHs que tem aí, prejudicou muito a gente, então tem que debater isso e debater, levar ao conhecimento das pessoas, o direito que essas pessoas tem de reivindicar uma forma melhor de, porque hoje vem tudo de goela baixo como se diz né, então assim o comitê tá..... tentando regulamentar essa questão hídrica né. Porque nós não temos praticamente, Mato Grosso hoje do jeito que tá aí você vê, todo mundo mexe no rio as questões nas nascentes, e aí fica aquela questão agora hoje com o comitê pra poder regulamentar isso, a gente poder organizar esse setor né, porque tem uma questão do governo a responsabilidade de regulamentar isso e.. é um bem público, isso vem causar um problema futuro como já tá acontecendo com todos né pra todos nós né (CBH 2- Rio Cuiabá - Representante Usuários da água).

Foi possível perceber que para estes entrevistados o comitê representa um espaço em que as pessoas podem ser ouvidas, um espaço de aprendizado e de oportunidades para entender o que está acontecendo nos territórios e na bacia hidrográfica, um espaço de integração entre os municípios e gestores dos recursos hídricos e a sociedade, para tratar da conservação ambiental:

Ele representa um espaço, de voz que vai chegar tanto a esfera estadual quanto na esfera federal, eu acho que esse espaço que de incidência mesmo do povo pra se chegar a essas instancias sabe CBH 1 - Rio Jangada - Representante Sociedade civil).

Pra mim representa esse espaço que eu já disse anteriormente, de diálogo de concertação, pedagógico, representa um espaço a ser transformado também. Ele tem todas essas dimensões mas é um espaço a ser transformado né, e essa transformação passa pela compreensão, que só se vai dar pela formação e pela educação e que não é um espaço de gestão de recurso hídricos e sim de acesso

e de direto e acesso a água(CBH 2- Rio Coxipoaçu - Representante Sociedade civil).

Uma oportunidade de, mensurar o que que ta acontecendo na bacia como um todo e de poder ajudar, de poder ajudar e principalmente sabe de que? De aprender com quem já ta fazendo, porque se eu aprender eu posso ajudar muito mais, posso ser multiplicadora daquilo, então acho que o comitê de bacia não deveria ser visto como uma obrigação, mas sim como uma oportunidade (CBH 1- Rio Prata - Representante setor Governamental).

É muito importante o comitê de bacia porque é um espaço aonde são levadas as demandas, aonde são debatidas as ideias né aonde são levantadas os problemas de uma micro bacia e somos nós que estamos no município é que conhecemos na verdade a realidade da da bacia né porque o órgãos com a SEMA por exemplo tem assim uma atuação no âmbito estadual muitas vezes o técnico ele conhece mas somente por dados levantados por escritório né, publicações científicas, imagens de satélite agora nós que estamos aqui dentro do município a gente conhece a realidade da bacia, porque a gente tá todo dia é acompanhando e vendo os problemas vendo as situações que tá acontecendo dentro do nosso território, então esse é um espaço muito importante (CBH 1- Rio São Manuel - Representante setor Governamental).

Especialmente oportunidade né, oportunidade de influenciar no ponto de vista, da, da conservação ambiental como um todo, porque em tese o papel da, dos comitês eles seriam um dos instrumentos né de execução da política nacional de recursos hídricos mas eu insisto nesse nessa necessidade de conexão entre execução da política nacional de recursos hídricos e da e ambiental a política de meio ambiente, em função de que todas as ações feitas na bacia vão influenciar diretamente na quantidade e na qualidade da água. Então é uma oportunidade pra poder evidenciar fazer comunicação com a sociedade de que determinadas ações ou atividades elas são boas outras são deletérias para conservação da água como um todo né, então vejo que é um espaço de oportunidade, um espaço de influenciar na formulação na re-orientação de políticas públicas (CBH 1- Rio Paraná - Representante setor Governamental).

Sobre os comitês é possível perceber que os entrevistados reconhecem o potencial transformador, quando surgem nas falas todas as possibilidades que vistas nos comitês para tomada de decisão.

Os entrevistados sintetizaram toda a narrativa da entrevista, desde as dificuldades agora transformadas em desejos, de participação nas decisões, e de efetivação das vontades dos comitês para além dos planos dos órgãos gestores de recursos hídricos (CÂMARA, 2013; PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS, 2013; SOUZA, 2020).

Quando os entrevistados expõem que querem mudanças e melhorias é possível perceber que é um indicativo do que é preciso readequar e que a Política nacional, estadual e todo sistema de gestão de recursos hídricos, da forma como vem sendo implementada, pois estes demonstram não agradar aos entrevistados. Em todos os relatos é possível perceber à vontade para que mudanças relativas a situação em que se encontram os recursos hídricos, principalmente quando o entrevistado sugere o que poderia ou deveria ser feito.

Portanto é preciso considerar a diversidade de relações estabelecidas entre os atores sociais da bacia e as relações estabelecidas por ele com a água.

Compreender essas relações permitirá ajustes diante das possibilidades de uso da água de forma a incluir os múltiplos interesses, de modo a observarmos e exercermos os processos reais da boa governança. (FIGUEIREDO M. D & IORIS R. A. A, 2019) em pesquisa sobre a percepção similar, objetivo avaliar as práticas e processos de governança nos três CBHs da Bacia dos Teles Pires com destaque para o funcionamento dos CBHs e a implementação da Lei 9.433/97, foi possível constatar lacunas na governança similares aos estudos dos CBHs Rio Jauru e Cabaçal.

O estudo constatou que os CBHs da Bacia do Teles Pires apresentam aspectos mais consultivos que deliberativos, que o órgão gestor também atua de modo verticalizado, ou seja não há conexões entre os papéis do órgão gestor SEMA, CEHIDRO e os CBHs na tomada de decisões. Ainda há baixa participação social, incluindo os indígenas nos CBHs da Bacia do Teles Pires. Outra questão é que os setores econômicos do hidronegócio e hidroeletricidade apresentam forte influência na bacia, em que a água passa a ter um olhar utilitarista como mercadoria. Sobre os instrumentos de gestão estes, foram parcialmente implementados na Bacia do Teles Pires.

Em estudo realizado por (JESUS, J .T. ; SOUZA, A. C; SILVA, 2019) sobre do processo de governança em termos de participação social, no Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Rio Cuiabá – CBH Cuiabá - ME, notou-se que o grande desafio é a participação dos atores sociais. Os participantes mais ativos no CBH Cuiabá-ME, são os estudantes e técnicos que representam as entidades. Este resultado demonstra que as discussões ainda estão restritas ao meio técnico, com baixa participação social.

Assim ao considerar a percepção dos entrevistados membros dos CBHs Rio Cabaçal e Rio Jauru. É possível afirmar que governança está comprometida, a presença de lacunas apresentadas nas dimensões a partir da percepção dos entrevistados, seja na comunicação que não está possibilitando que os CBHs sejam notados pela sociedade, para que possam participar dos processos de decisão sobre a água, na interação entre outros setores usuários da água, a não implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, compromete a tomada de decisão

A não governança já tem provocado nas bacias hidrográficas do Rio Cabaçal e Rio Jauru uma série de problemas identificados pelos entrevistados e que precisam urgentemente serem resolvidos a atuação verticalizada do órgão gestor a SEMA, e as

decisões são deliberadas apenas na CEHIDRO, em que as decisões mesmo consultivas não passaram pelos comitês em questão

A importância dada ao processo de governança é a essência da garantia da participação dos diferentes atores, e somente pela governança será possível atender as demandas específicas dos grupos dos territórios.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa os CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT ainda recente com três e dois anos respectivamente, já apresentam os mesmos problemas de governança apresentados em outros estudos sobre comitês pelo país, em pesquisas de um, cinco, dez, quinze e vinte anos. O que demonstra que mesmo com a instituição da Lei das Águas é 1997 e a Lei estadual de recursos hídricos 6.945/97, atualmente a Lei N°11088/2020, estas políticas permanecem no ainda no papel evidenciando que não há governança no sistema de recursos hídricos e os CBHs deste estudo.

Os conflitos pelo uso da água na bacia demonstram que não há um planejamento estratégico visando os múltiplos usos, evidenciando que os fatores econômicos estão acima de outros interesses pelo uso da água. Logo este modelo de apropriação para produção está modificando a disponibilidade da água em quantidade e qualidade.

Há nos comitês uma diversidade de atores com diferentes habilidades, esta situação foi percebida como uma vantagem em potencial a ser utilizada nos processos de construção de ações e objetivos, visto que será possível trazer elementos e situações diversas para o diálogo das ações da bacia e poderá contribuir com os comitês.

Ainda sim ausências nas reuniões de entidades representantes nos CBHs foram relatadas como um problema. Desse modo os entrevistados reconhecem a importância dos comitês como mediador de conflitos.

Não há nenhum instrumento de gestão de recursos hídricos implementado, o CBH Rio Cabaçal-MT está com o plano de está em fase de apresentação de diagnóstico. A ausência dos instrumentos de gestão compromete o gerenciamento nas bacias hidrográficas, a começar pelo plano de bacias essencial para elaboração de ações estratégicas para otimizar os múltiplos usos da água.

Os entrevistados identificaram diversas prioridades sendo as mais citadas, a construção e implementação do plano de bacias, de acordo com os entrevistados, orientar e direcionar as ações a serem tomadas.

Os danos ambientais já causados nas bacias, bem como a urgência de recuperação e reflorestamento das cabeceiras do Pantanal localizadas nos CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT, são amplamente percebidos como problemas. As cabeceiras se encontram cada vez mais devastadas, o que vem acarretando mais problemas ambientais, afetando os municípios presentes nas bacias, acumulando mais impactos sinérgicos em toda Bacia do Alto Paraguai que abriga as bacias hidrográficas.

Sobre as prioridades os membros dos comitês perceberam que a preservação das e o reflorestamento das nascentes das duas bacias são temas importantes dentro dos comitês. Pois refletem as necessidades de conservação da água no território, de modo que os comitês enfrentarão muitos desafios.

A participação de Povos e comunidades tradicionais e indígenas, quilombolas e ribeirinhos no comitê, é de que apesar de haver presença destes grupos nos CBHs, ainda é baixa de modo que as demandas destes grupos não são conhecidas nos comitês. Indicando que há uma falha na comunicação e comprometimento da confiança desses atores sociais nos CBHs, visto que estes atores sociais possuem outras relações com a água, pois ela é entendida por muitos como parte da vida e não como mercadoria ou acessório de uso.

O mesmo ocorre com representantes dos comitês como prefeituras e de atores sociais das bacias hidrográficas, assim como a presença de representantes focados em interesses econômicos fora das bacias.

A presença e inclusão de mais atores sociais das bacias hidrográficas é visto como um desafio, há atores que desconhecem os CBHs e que poderiam opinar e contribuir com o processo de governança da água nos comitês, trazê-los é essencial e necessário como parte do processo participativo.

A Percepção sobre a ação verticalizada do órgão gestor a SEMA, ficou evidente durante diferentes perguntas por representantes dos três setores que compõem o comitê, demonstrando que as demandas e necessidades, não contemplam os interesses das bacias hidrográficas nem foram desenvolvidas pelos atores sociais presentes no comitê. Os CBHs acabam cumprindo as metas já estabelecidas pelos programas governamentais como o PROGESTÃO. Logo, não há uma construção de pauta conjunta, estratégica planejada entre os entes do SINGREH ou demais entes que tem relação direta ou mesmo indireta com os recursos hídricos.

Sobre a informação os entrevistados reconhecem a lacuna na comunicação e que é preciso ser melhorada para além do espaço do comitê, atingindo maior público das bacias hidrográficas, assim propiciar a interação e inclusão de demandas específicas do território.

Os entrevistados reconhecem os problemas das bacias hidrográficas, as vulnerabilidades e a morosidade dos CBHs para resolução de conflitos, esta situação pode ocasionar mais dificuldade em se estabelecer a confiança entre os membros do comitê, de

modo que muitos atores sociais podem não se sentir motivados a participar daqueles espaços.

São diversos os conflitos pelo uso da água identificados pelos entrevistados, vindos de interesse econômico da água, foram citados: as usinas hidrelétricas, mineração, cobrança pelos recursos hídricos, a degradação das nascentes pelo uso do solo a falta de investimento para incentivar a recuperação das mesmas, outorga da água conflitos de interesse, agrotóxico, assoreamento.

O objetivo dos comitês não está cumprindo nem como entidades com o consultivas como previsto na Política estadual de Recursos hídricos. Esta situação evidencia que os CBHs não estão sendo envolvidos nos processos de tomada de decisão junto a outras instâncias.

Assim a governança não está estabelecida nos CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT, apresentando diversas lacunas, portanto necessário a busca por soluções entre as entidades que compõem os sistemas gerenciamento dos recursos hídricos bem como outras esferas como os municípios e sistemas econômicos que utilizam a água nas bacias.

Diante do cenário das crises da pandemia, do aumento do desmatamento e dos incêndios que destruíram mais de 4.167.000 hectares do Pantanal aos quais incluem áreas dos CBHS deste estudo, somado aos problemas já apresentados nas bacias hidrográficas, indicam que já teremos processo de escassez e com ele conflito pelo uso da água. Deste modo torna-se ainda mais relevante, o papel dos comitês de bacias hidrográficas no processo de governança da água, para garantia da qualidade de vida todos os seres vivos e conservação e manutenção do bioma Pantanal.

Assim os comitês Rio Cabaçal- MT e Rio Jauru-MT são peças chave no sistema de governança de recursos hídricos, pois além de conhecer os territórios os atores sociais poderão contribuir com modelos inovadores de autogestão dos múltiplos usos, visto que o potencial de saberes de quem está no território e conhece o ritmo das águas, das plantas da natureza física e biológica, pode ser a ferramenta para mudança e melhoramento dos ambientes tanto terrestre quanto aquáticos.

Este estudo contribuiu para ampliar o conhecimento sobre os comitês de bacias hidrográficas Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT para entendermos como são os processos de governança nestes espaços, pois abordou questões estruturais que permitem reconhecer os comitês, os entes da bacia e as demais estruturas tomadoras de decisão sobre os recursos hídricos, mas principalmente porque traz voz dos atores sociais que

estão no construindo as políticas públicas e percebem no território como a gestão do dos múltiplos usos da água está sendo executada.

## **7 RELATÓRIO TÉCNICO PARA A GOVERNANÇA NOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS RIO CABAÇAL-MT RIO E RIO JAURU-MT.**

Relatório técnico para a governança nos comitês de bacias hidrográficas Rio Cabaçal-MT Rio e Rio Jauru-MT. apresentada ao ProfÁgua como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – PROFÁGUA Área de Concentração: Regulação e Governança de Recursos Hídricos Linha de Pesquisa: Segurança hídrica e usos múltiplos da água.

**Responsável:** INGRID LEITE DE OLIVEIRA

**Orientador:** Prof. Dr. Solange Kimie Ikeda Castrillon

**CÁCERES – MT**

**2020**

## **RELATÓRIO TÉCNICO PARA A GOVERNANÇA NOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS RIO CABAÇAL-MT RIO E RIO JAURU-MT.**

O presente relatório foi produzido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, agradeço também ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua, Projeto CAPES/ANA AUXPE N°. 2717/2015, pelo apoio técnico científico aportado e a UNEMAT por todo suporte técnico e científico até o momento.

**Responsável:** INGRID LEITE DE OLIVEIRA

**Orientador:** Prof. Dr. Solange Kimie Ikeda Castrillon

**CÁCERES – MT**

**2020**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>09</b>
<b>2.1</b>	Importância da para os múltiplos usos.....	09
<b>2.2</b>	Política de Recursos hídricos .....	09
<b>2.3</b>	Política de Recursos hídricos no estado de Mato Grosso.....	10
<b>2.4</b>	Comitês de Bacias Hidrográficas de Mato Grosso.....	15
<b>2.5</b>	Governança de Recursos Hídricos .....	17
<b>2.6</b>	Atores Sociais.....	20
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....</b>	<b>35</b>
	<b>Área de Estudo</b>	<b>35</b>
	<b>Caracterização da área de estudo</b>	<b>35</b>
	Atores Sociais	23
	Estratégia da Pesquisa	24
	Análise Documental	25
	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal	25
	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru	31
	<b>GOVERNANÇA, DOS ATORES SOCIAIS, DA ESTRUTURA DE</b>	<b>38</b>
	<b>GERENCIAMENTO DO SISTEMA, CBHs RIO CABAÇAL-MT E</b>	
	<b>JAURU-MT.</b>	

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Estrutura organizacional Superintendência de Recursos hídricos MT **Erro! Indicador não definido.**

**Figura 2:** Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos em Mato Grosso ... **Erro! Indicador não definido.**

**Figura 3:** Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Jauru e Rio Cabaçal . **Erro! Indicador não definido.**



## **LISTA DE TABELAS**

<u>Tabela 2: Instituições que compõem o CBH Rio Cabaçal (Gestão 2019 a 2021). ....</u>	<u>42</u>
<u>Tabela 3: Instituições que compõem o CBH Rio Jauru (Gestão 2018- 2020).....</u>	<u>47</u>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Comitês de Bacias hidrográficas instituídos em Mato Grosso .....	277
---	-----

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ANA – Agência Nacional das Águas

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

CEHIDRO – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNARH – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CT – Câmaras Técnicas

ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas

FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos

FEMA – Fundo Estadual de Meio Ambiente

ICMBio – Instituto Chico Mendes

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

SIAGAS – Sistema de Informações de Águas Subterrâneas

SIMLAM – Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental de Mato Grosso

SINGREH – Sistema Nacional de Recursos Hídricos

SURH – Superintendência de Recursos Hídricos

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UHE – Usina Hidrelétrica

## INTRODUÇÃO

O aumento da demanda por água nos processos de produção industrial, na agropecuária e para uso diário acende um alerta, se consideramos as proporções de água doce disponíveis, cerca de apenas 0,3% é considerada acessível (SHIKLOMANOV, 1993), quantidade suficiente para justificar a obrigação do ser humano em repensar suas práticas para uso da água.

A disponibilidade da água e a demanda no Brasil não são homogêneas, como se verificou, havendo uma pressão excessiva para os múltiplos usos e grandes impactos nas águas superficiais e subterrâneas em várias regiões (TUNDISI & TUNDISI, 2020). A importância dos recursos hídricos para além do desenvolvimento econômico, também se faz importante nas diferentes esferas, ambiental, cultural e social.

Sobre o aspecto ambiental com o avanço da agricultura combinada com o grande número de empreendimentos hidrelétricos a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai passa por degradações como o desmate das nascentes, impactos que vem causando o aparecimento de voçorocas, assoreamento dos rios, afetando diretamente e toda biodiversidade no Pantanal, e o próprio sistema de áreas úmidas (SILVA 2015).

As áreas úmidas como o Pantanal são consideradas áreas de transição entre ambientes aquáticos e terrestres, influenciadas pelo pulso de inundação que ocorrem periodicamente (JUNK 1999). Esta dinâmica resulta em condições que permitem um ambiente capaz de abrigar uma diversidade da fauna e da flora, atualmente ameaçados ocasionando conflitos pelo uso da água. Nesse sentido é necessário a gestão e regulação integrada dos recursos hídricos, de maneira justa, para que a água possa estar disponível desde sua condição disponível para o ambiente, assim como o uso básico pela sociedade, seguida pelos setores produtivos, sem que haja sobreposição de interesses.

Os Comitês de bacias hidrográficas possibilitam a compatibilização dos usos múltiplos em bacias hidrográficas, pois uma parte da premissa da gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, onde os atores sociais presentes na bacia hidrográfica podem atuar na tomada de decisão dos recursos hídricos.

É necessário o diálogo conjunto de todos os setores presentes na bacia hidrográfica, para melhor gerenciar os recursos hídricos de forma equitativa, atendendo os diferentes interesses (EMPINOTTI; JACOBI; FRACALANZA, 2016; JACOBI; BARBI, 2007; TRINDADE, 2019)

Nesta perspectiva, cabe ao Estado o papel de liderar o processo de resolução dos problemas da coletividade, mas deve fazê-lo a partir da interação com a sociedade. No âmbito dos recursos hídricos, a governança é necessária para a consolidação e efetividade dos instrumentos regulatórios, para alcançar os objetivos pretendidos em lei.

Dada a importância da governança, esta pode ser definida como o conjunto de aspectos políticos, sociais, econômicos e administrativos para desenvolver e gerenciar os recursos hídricos. Salienta-se que esta governança não envolve somente gestão hídrica, mas também tópicos relacionados ao saneamento básico, saúde, ordenamento do solo e preservação de recursos ambientais (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2011).

Segundo Jacobi e Barbi (2007) tratando dos desafios e perspectivas da governança dos recursos hídricos no Brasil, não basta apenas assegurar à população o direito de participar da gestão dos recursos naturais, há de se ter mecanismos de governança destinados a viabilizar a participação cidadã.

Desse modo, um dos desafios da governança dos recursos hídricos é, tornar os comitês de bacias hidrográficas efetivos, assim, pesquisar e entender as práticas governança dos comitês, surge como um desafio em relação a tomadas de decisão coletiva considerando os diversos e diferentes interesses relacionados ao múltiplo uso da água nas bacias hidrográficas.

Neste contexto e diante dos aspectos relativos à gestão e governança recursos hídricos, o objetivo deste proposta será um Relatório técnico para a governança nos CBHS Rio Cabaçal-MT Rio Jauru-MT, construída a partir da identificação das dificuldades, fragilidades e desafios apresentados pelo comitê, tendo como base a diversidade das representações visando a efetivação das práticas governança dos CBHs Rio Cabaçal-MT e Jauru-MT.

### **Política de Recursos Hídricos**

A disputa pela água e a necessidade de mediar ou prever conflitos e situações de escassez fez com que os governantes do mundo propusessem medidas asseguradas em lei para mitigar confrontos e danos, principalmente para diminuir o uso indiscriminado dos recursos hídricos de modo a garantir acesso a todos os diferentes grupos que utilizam da água, principalmente regular os múltiplos usos.

### **Política de Recursos Hídricos no estado de Mato Grosso**

Em relação a Lei 9.433/97, Mato Grosso foi um dos primeiros estados do país a instituir a política estadual de recursos hídricos, 05 de novembro de 1997 foi publicada pelo governo do estado de Mato Grosso a Lei nº6.945, apresentando os princípios e instrumentos para gestão dos recursos hídricos com base na lei nacional de recursos hídricos, estabelecidos por meio do Sistema de Gerenciamento e Plano Estadual dos Recursos Hídricos. Em 20 de março de 2020 a lei foi substituída pela Lei Nº 11088/2020 mantendo os preceitos estruturais, alterando alguns pontos que serão apresentados mais adiante.

No artigo 1º a Lei nº11088/2020 dispõe das funções a água em seu papel natural, social e econômica, fundamento que torna evidente a importância da preservação da dinâmica dos recursos hídricos como fator determinante para manutenção das características socioambientais, o que possibilita a utilização dos recursos hídricos para outras finalidades.

Na referida lei dos princípios estabelecidos estão os usos múltiplos em que todos os tipos de uso terão acesso aos recursos hídricos, devendo a prioridade de uso obedecer a critérios sociais, ambientais, e econômicos a ordem de prioridade para usos múltiplos reforça a necessidade de um olhar integrado para definição de planos de ação.

Desse modo, o princípio que estabelece a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos, possibilita que as variáveis necessárias para gestão de recursos hídricos, sejam baseadas especificamente para as necessidades daquele espaço territorial.

Cabe ressaltar que os princípios contemplados pela lei que envolve inter-relacionam e dialogam com os entes e atores sociais das bacias hidrográficas, por meio da regulação e tomada de decisão conjunta, sendo significativos para o processo de governança.

Para tal, a lei 6.945/97 substituída pela lei nº 11088/2020 contempla de acordo com as Lei das Águas os instrumentos de gestão de recursos hídricos sendo: Plano estadual de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, a outorga dos direitos de usos dos recursos hídricos, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e por fim o Sistema de informação de recursos hídricos.

O Plano Estadual de Recursos hídricos (PERH) como um dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, foi aprovado pela Resolução Nº26 de 02 de junho

de 2009, que estrutura, estabelece referências e orienta o gerenciamento dos recursos hídricos.

O PERH traz um diagnóstico que apresenta a situação dos recursos hídricos do estado, um prognóstico baseado em três cenários alternativos, que o documento chama de desempenho de economia alternativa e seus reflexos sobre a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos, para finalizar o plano apresenta um projeto com vistas ao diagnóstico elaborado da visão de futuro que reúne programas cuja as diretrizes também seguem o PNRH :

- a) Diretriz I: Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos;
- b) Diretriz II: Desenvolvimento Legal e Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos;
- c) Diretriz III: Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação;
- d) Diretriz IV: Articulação Institucional de Interesse à Gestão de Recursos Hídricos (PERH 2009).

O plano menciona a importância dos recursos hídricos para sustentabilidade do agronegócio e da cadeia produtiva econômica no estado de Mato Grosso e da necessidade de adoção de práticas ambientalmente sustentáveis para conservação da água e solo, não apenas para preservação da natureza de acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA 2009).

A outorga do direito de uso da água é regulamentada pelo decreto N° 336/2007 e pela instrução normativa SEMA N° 5 de 22/08/2007, que estabelece critérios, diretrizes e procedimentos administrativos e técnicos a serem adotadas para os processos de outorga para implementação, ampliação e alteração de projeto de qualquer empreendimento que demande a utilização de recursos hídricos estado de Mato Grosso, visando garantia os direitos de acesso á água bem como o sobre o controle nos aspectos qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos.

Sobre o sistema de informação de recursos hídricos de Mato Grosso a SEMA não um sistema de base que contemple toda estrutura de gestão e regulação e análise dados hidrológicos. De acordo com o Relatório (2019) da SEMA a gestão da informação sobre recursos hídricos do Estado é realizada por meio de bancos de dados nacionais interligados. As fontes utilizadas são: o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH), o sistema de telemetria e o Portal Hidroweb, o Cadastro Ambiental

Rural (CAR) e o Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS), pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). A SEMA atualiza as informações em parceria, onde disponibiliza os dados pelo Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental de Mato Grosso (SIMLAM/MT), onde se encontra o sistema SIMLAM Hidro, utilizado para análise e cadastramento de processos de outorga.

Os demais instrumentos previstos, o enquadramento dos corpos de água em classe e a cobrança pelo uso da água, ainda não foram implementados.

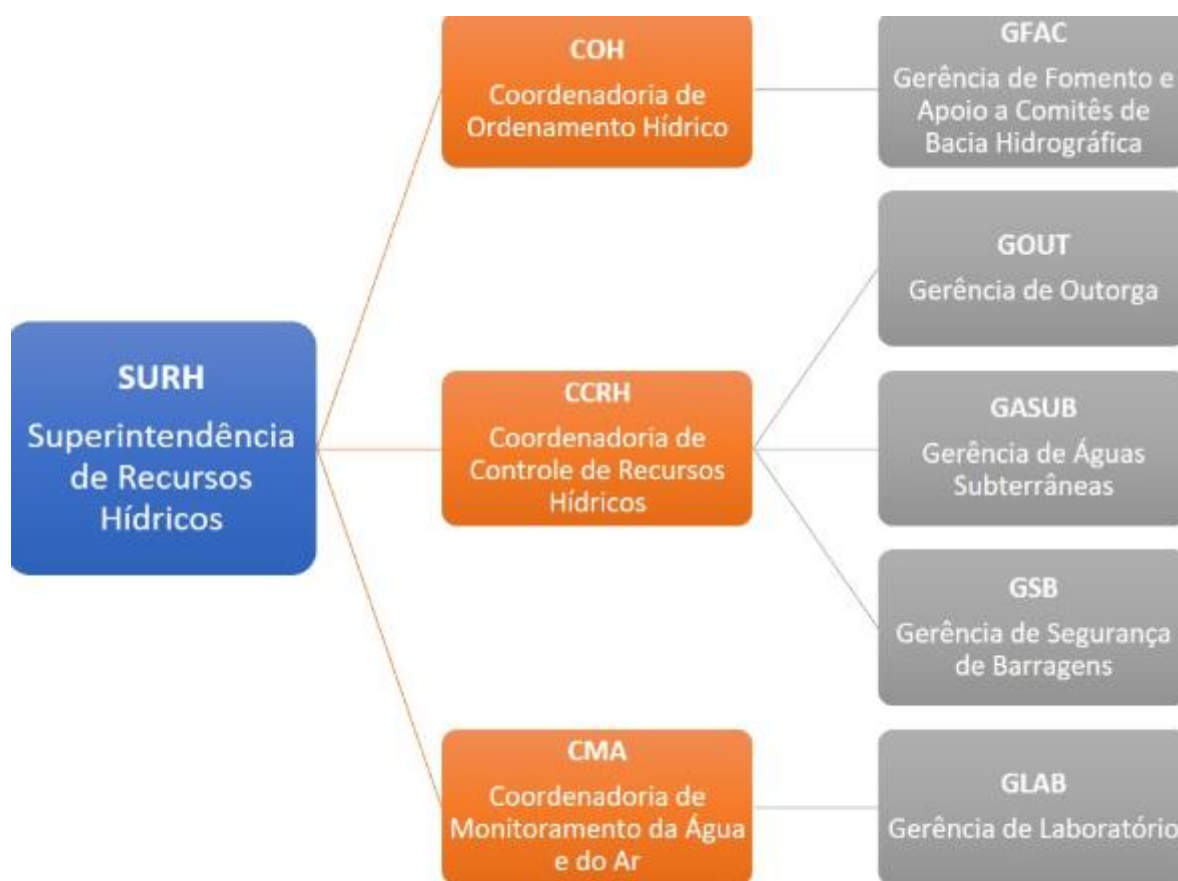
Na composição do Sistema Estadual de Recursos Hídricos tem-se a SEMA como órgão gestor ao qual atuam por meio da Superintendência de Recursos Hídricos (SURH), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO) e os Comitês de Bacias Hidrográficas.

O órgão gestor SEMA, que por meio da Superintendência de Recursos Hídricos (SURH) é o responsável pela estrutura institucional de recursos hídricos do estado. Superintendência de Recursos Hídricos tem como finalidade assegurar a oferta de recursos hídricos em quantidade e qualidade em toda bacia hidrográfica do estado de Mato Grosso, com vistas a promoção da gestão integrada, descentralizada e participativa. A superintendência é formada (Figura 01) pela Coordenadoria de Ordenamento Hídrico ao qual encontra a de gerência de Fomento e Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas responsável pela coordenação e funcionamento os CBHs, a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos que abriga a Gerência de Outorga, a Gerência de Águas Subterrâneas, a Gerência de Segurança de Barragens e a Coordenadoria de Monitoramento da Água e do Ar, responsável pelo gerenciamento das estrutura de sistematização e monitoramento laboratoriais de recursos hídricos.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO) de funções normativas e deliberativas e consultivas de implementação e acompanhamento da PERH e os Comitês de Bacias Hidrográficas funções normativas e deliberativas e consultivas de implementação e acompanhamento da PERH.



**Figura 1: Estrutura organizacional** Superintendência de Recursos hídricos MT



Fonte: Superintendência de Recursos hídricos MT – 2019.

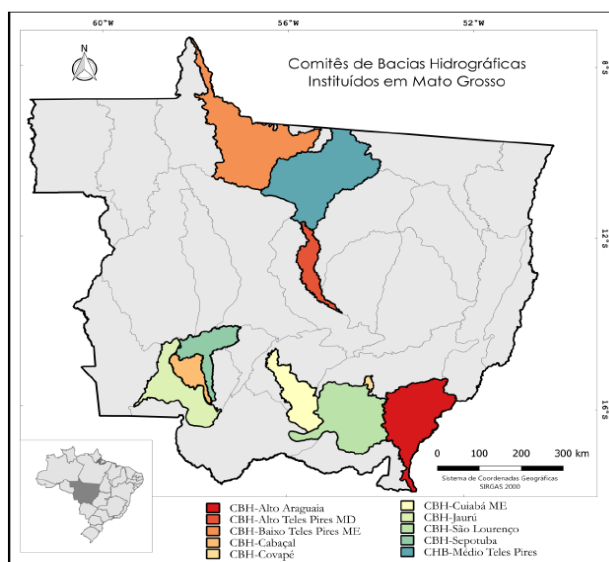
O CEHIDRO é um órgão colegiado parte do sistema estadual de recursos hídricos, sua composição se dá pela paridade entre os representantes, de acordo com o art. 2º do Decreto Estadual nº 316/2015, alterado pelos Decretos nº 597/2016 e nº 1.163/2017, do poder público com 15 representantes de órgãos e instituições, 15 representantes da sociedade civil organizada e 15 representantes dos usuários da água, cabe a esta instância as funções normativas, consultivas e deliberativas no âmbito da política estadual de recursos hídricos.

Os Comitês de Bacia Hidrográficas (CBHs) são também instâncias colegiadas formadas por representantes do poder público e da sociedade civil e dos usuários da água, responsáveis pela gestão dos recursos hídricos da unidade territorial da bacia hidrográfica em rios de domínio do estado. De acordo com a Lei estadual de recursos hídricos os CBHs têm como função:

- I – promover os estudos e a discussão dos planos que poderão ser executados na área da bacia, oferecendo-os como sugestão a Fundação Estadual do Meio Ambiente;
- II – promover ações de entendimento, cooperação, fiscalização e eventual conciliação entre usuários pelo uso da água da bacia;
- III – propor à FEMA ações imediatas quando ocorrerem, situações críticas;
- IV – elaborar seu regimento interno e submetê-lo a aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
- V – articular-se com comitês de bacias próximas para solução de problemas relativos a águas subterrâneas de formações hidrogeológicas comuns a essas bacias;
- VI – contribuir com sugestões e alternativas para a aplicação da parcela regional dos recursos arrecadados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos na região hidrográfica;
- VII – sugerir critérios de utilização da água e contribuir na definição dos objetivos de qualidade para os corpos de água da região hidrográfica;
- VIII – examinar o relatório técnico anual sobre a situação dos recursos hídricos na região hidrográfica;
- IX - exercer as atribuições que lhes forem delegadas pela FEMA.

Atualmente Mato Grosso conta com 10 (Figura 02) comitês de bacias hidrográficas, regulamentados por meio da resolução N° 04/2006 que trata da criação dos comitês de bacias hidrográficas e 01 em andamento para implantação CBH Alto Paraguai Superior.

**Figura 4:** Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos em Mato Grosso



Fonte: Superintendência de Recursos Hídricos, SEMA/MT - 2019

Com relação a composição dos CBHs, de acordo com o artigo 22 da lei N°69.45/97, também deve ser paritária entre os representantes do poder público e da sociedade civil assegurada a participação dos representantes de usuários e das comunidades indígenas com interesse na bacia.

Com a definição dos entes que compõem o sistema estadual de recursos hídricos, por meio da Resolução N° 0005 de 18 de agosto de 2006, o CEHIDRO aprovou a divisão do território mato-grossense em 27 Unidades de Planejamento e Gerenciamento (UPGs). A divisão obedece às regiões hidrográficas definidas pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos, sendo parte do território mato-grossense (Região 1 – Amazônica, Região 2 – Tocantins Araguaia e região 12 – Paraguai) (SEMA, 2009) estas unidades orientam em os limites para a formação dos comitês de bacias hidrográficas no estado.

## 2.4 Comitês de Bacias Hidrográficas de Mato Grosso

Os comitês de bacia hidrográfica fazem parte do Sistema de Integração e Gestão dos Recursos Hídricos do SINGREH, atendendo estrutura de gestão é o colegiado mais próximo da realidade da bacia, portanto, capaz de reconhecer as demandas e desafios presentes na bacia hidrográfica.

Em Mato Grosso são 10 CBHs instalados e um em processo de instalação (Quadro 01), têm como tarefa construir, a estrutura e o funcionamento dos comitês de bacia, estes colegiados são a ponte entre a sociedade o governo e as empresas, cabe ao CBH deliberar de forma compartilhada a gestão na bacia

Cabe ao CBH deliberar de forma compartilhada a gestão na bacia. A principal atribuição potencial de um CBH é estabelecer em um processo participativo, um conjunto de regras e mecanismos que leve em conta os diferentes interesses e usos da água de uma bacia hidrográfica, buscando prevenir e dirimir conflitos (BARBOSA 2019).

**Quadro 1:** Comitês de Bacias hidrográficas instituídos em Mato Grosso

Comitê de Bacia Hidrográfica	Ato normativo de Criação	Instalação
Sub-Bacias Hidrográficas dos Ribeirões do Sapé e Várzea Grande (Covapé)	Resolução 01/2003	21/01/2004
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba	Resolução 35/2010	13/09/2010
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Baixo Curso do Rio Teles Pires	Resolução 49/2010	27/05/2013
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Alto Curso do Rio Araguaia	Resolução 50/2013	21/05/2018
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço	Resolução 50/2013	27/05/2013
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Direita do Alto Curso do Rio Teles Pires	Resolução 65/2015	26/03/2015

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Rio Cuiabá	Resolução 46/2012	19/05/2015
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal;	Resolução 66/2015	19/05/2015
Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru	Resolução 84/2016	19/09/2016
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Médio Curso do Rio Teles Pires	Resolução 85/2016	19/09/2016
Alto Paraguai Superior	Resolução 116/2019	Em andamento

Fonte: Superintendência de Recursos Hídricos SEMA/MT, 2019.

Os CBHs são formados por representantes das cidades localizadas na bacia hidrográfica, por vezes alguns municípios pertencem a mais de um comitê, como é o caso da cidade de Cáceres que pertence a três regiões hidrográficas do Estado a do Rio Sepotuba, Rio Cabaçal e Rio Jauru.

Aos órgãos gestores cabe fazer com que as regras sejam postas em prática por meio de seu poder de regulação (ANA, 2001). Compete a Gerência de Fomento e Apoio a Comitês de Bacias Hidrográficas, setor integrado a SEMA/MT (órgão gestor/coordenador do Sistema Estadual de Recursos Hídricos) responder diretamente pela gestão integrada, descentralizada e participativa dos recursos hídricos (BRUNO e FANTIN-CRUZ 2017).

Para ABERS E KECK (2009) os comitês de bacias traduzem os ideais de gestão participativa das novas políticas das águas, por reunir representantes dos governos federal, estadual e municipal, da sociedade civil e dos usuários de água bruta, tais como empresas de saneamento básico, indústrias, agricultores e outros.

Estes setores parte do comitê têm seus interesses na bacia hidrográfica, cabe ao conselho organizar, estabelecer diretrizes visando atender aos múltiplos interesses bem como sugerir critérios para que os entes parte dos CBHs resolvam os conflitos presentes na bacia, mas que principalmente como parte do sistema de governança dos recursos hídricos, possam promover a proposição regulação de normas que assegurem os usos múltiplos da água. Para Trindade e Scheibe (2019) são os comitês que materializam a descentralização da gestão, pois também são os propositores de políticas públicas.

Uma das grandes falhas da economia no século XX foi a incapacidade de distribuir água adequada e com saneamento satisfatório a todos no planeta. A gestão integrada de recursos hídricos deve considerar todos os componentes dos ciclos físico biológico (TUNDISI & TUNDISI, 2011).

Assim ideia de gestão integrada da água, segundo a Associação Mundial para a Água (GLOBAL WATER PARTNERSHIP, 2000), é um processo que promove a gestão e o aproveitamento coordenado da água, da terra e de todos os recursos relacionados, com a finalidade de maximizar o bem-estar social e econômico de maneira equitativa, sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas.

Em março de 2020 passou a vigorar a nova lei de recursos hídricos no Estado de Mato Grosso, a Lei N° 11088, substitui a N° 6.945/97, dentre os principais pontos, reforça a gestão descentralizada e a participativa, apesar de não haver muitas mudanças, cabe aqui citar algumas modificações importantes para gestão e regulação dos recursos hídricos.

De acordo com a nova Lei N° 11088, recria do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) extinto por meio da Lei complementar N° 2014/2005, melhora o sistema pois visa assegurar a viabilidade econômica das ações, programas e projetos da política estadual de recursos hídricos.

A criação das agências de bacias para cada comitê também foi contemplada na lei N° 11088, com a função de secretaria executiva, a fim de trazer suporte técnico e administrativo colaborando para estruturação das ações dos comitês.

No capítulo V destinado aos instrumentos de gestão, os planos de bacias hidrográficas de recursos hídricos, também passaram a ser inclusos como instrumentos de gestão, atendendo as necessidades mais específicas para cada bacia hidrográfica.

Sobre a atuação dos comitês de bacias hidrográficas de Mato Grosso, que eram apenas consultivos, passam segundo o Art. 30 da lei 11088, a ter competência deliberativa, e para casos de divergência de decisões dos comitês, cabe recurso junto a CEHIDRO.

A estrutura de gestão e regulação de recursos Hídricos pode ser caracterizada como de extrema importância, uma vez que é responsável por balizar as decisões colegiadas. Desta forma, a gestão participativa deve ser entendida como um processo de administrar as discussões de maneira a garantir e ampliar a participação social. Por consequência disto, a gestão participativa pode ser considerado um dos mais importantes instrumentos para permitir o crescimento da governança local e do processo democrático (IEB, 2013).

### **Governanças de Recursos Hídricos**

O crescimento populacional e as novas demandas socioeconômicas têm exigido que as políticas públicas voltadas a gestão e regulação, organizem e orientem, de forma

eficiente as relações de uso dos bens naturais como água, terra e solo, visando sua preservação.

Razão pela qual busca-se desenvolver modelos sustentáveis de desenvolvimento e criação de políticas públicas que possam sistematizar de modo integrado todas as variáveis que agregam por exemplo os recursos hídricos (COELHO; PAIVA; FREITAS, 2019; FRACALANZA; JACOB; EÇA, 2013).

Contudo conforme descreve Machado (2003) a perspectiva de gestão de recursos hídricos, remete a novos rearranjos organizacionais que propiciem a participação da população na gestão do bem público, com ações inovadoras que envolvam articulação e instrumentos de gestão, portanto cabe tratar sobre o conceito de governança.

Desse modo o conceito de governança significa, articular o sistema político-administrativo que rege o processo decisório na esfera pública, com os diferentes atores sociais dos territórios municipal, estadual ou federal, nesse sentido, governança engloba a forma como o território se organiza politicamente e a participação da sociedade civil (LIMA, 2018).

A governança segundo Camargos (2008), refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos necessários ao gestor público para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade, o que implica o aprimoramento dos meios de interlocução e administração do jogo de interesses.

Para VARGAS (2018) não há consenso sobre o seu significado “governança”, ou mesmo de acordo com o setor de atividade e as preferências ideológicas dos atores e autores envolvidos, pode-se dizer que a ampla difusão contemporânea desta noção, converge para uma visão estratégica do desenvolvimento e das políticas públicas que busca articular entre o Estado, as empresas e o chamado terceiro setor. Todos em torno de objetivos e projetos pactuados com ancoragem mais ou menos vigorosa no território, sob diferentes formas e escalas.

De acordo com Ferrão (2020) o conceito útil é o da governança pública como uma corrente da teoria da administração pública que procura compatibilizar os critérios de democratização com os de busca de melhor desempenho das políticas, reconhecendo que o Estado tem o papel de liderar o processo de resolução dos problemas coletivos, mas deve fazê-lo a partir da interação com a sociedade.

Desse modo os diferentes conceitos de governança até apresentam padrões semelhantes ao que é proposto na Lei das Águas 9.433/97, que preconiza a água como

bem comum, dotado de valor econômico e tem como um de seus princípios elementares a gestão descentralizada e participativa.

Nesse sentido o conceito de governança em recursos hídricos ganhou impulso no 2º Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos onde se declara que “a crise mundial da água é uma crise de governança, não de escassez” (VARGAS, 2018).

A governança envolve um processo de construção e reforma na relação do governo com a sociedade. Como a sociedade é dinâmica e nela integram diferentes grupos heterogêneos que trazem uma grande complexidade, pode dificultar um processo de construção de políticas públicas (LIMA, 2018).

Governança de recursos hídricos pode-se dizer que é a capacidade de ação do Estado em implementar políticas públicas de forma conjunta atendendo aos interesses coletivos dos entes da bacia hidrográfica. Para Slomsk (2008), a governança pública não é somente uma questão de aumento de efetividade e eficiência, abrange também questões associadas à legalidade e à legitimidade.

Cabe aqui mencionar que de acordo com Vargas (2018), no Brasil os estudos sobre governança hídrica se estabelecem sobre duas abordagens: a de governança instrumental e debate sobre governança democrática.

A governança instrumental segundo Vargas (2018) representa uma visão idealizada e despolitizada das interações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, como se fossem relações simétricas entre atores que dispõem de poder equivalente e interesses comuns ou convergentes.

Para que a política de recursos hídricos seja planejada e implementada são necessários de acordo com Turton *Et al.*, (2010) uma série processos de tomada de decisão que permitam a troca entre usuários concorrentes de um determinado recurso, de modo a equilibrar a proteção com o uso benéfico, a mitigar os conflitos, a melhorar a equidade e a garantir a sua sustentabilidade”, ou seja o exercício da governança.

O Global Water Partnership (2002) define a governança das águas como “o conjunto de sistemas políticos, sociais, econômicos e administrativos disponíveis para aproveitar e gerenciar os recursos hídricos, e distribuí-los nos distintos níveis da sociedade”.

A gestão moderna dos recursos hídricos tem como fundamento, a água como um bem público, limitado e de valor econômico, seus usos devem ser múltiplos, de modo que para Löffler (2006) a governança pública se dá, por meio de uma nova geração de reformas

administrativas do Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada pelo governo, empresas e sociedade civil.

Assim cabe ao governo apoiar e propor ações públicas, observando os princípios da justiça social, da equidade e da legitimidade. Mecanismos de controle e estratégias, para gestão de políticas públicas que alcancem o interesse coletivo, de modo que os envolvidos nos processos democráticos de decisão estejam inseridos nas práticas que levem a condução e alcance de objetivos coletivos (FRACALANZA; JACOB; EÇA, 2013; UNESCO, 2019).

Para Jacobi e Barbi (2007), tratando dos desafios e perspectivas da governança dos recursos hídricos no Brasil, não basta apenas assegurar à população o direito de participar da gestão dos recursos naturais, há de se ter mecanismos de governança destinados a viabilizar a participação cidadã.

Neste contexto da governança do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos locais em que existem os Conselhos Nacionais e Estaduais de Recursos Hídricos é importante verificar se, de fato, eles estão exercendo seu papel e, especialmente, se estão discutindo questões estratégicas para o funcionamento da governança e da gestão de recursos hídricos no país (LIMA, 2018).

Desse modo, reconhecer e identificar a aplicação do conceito de governança na esfera de gerenciamento de recursos dos comitês de bacias hidrográficas permite identificar se há de fato o exercício da governança de recursos hídricos na bacia hidrográfica. Os CBHs são considerados instâncias onde os conflitos e interesses ocorrem, e onde estão os atores mais próximos a sociedade e a própria sociedade, cuja as responsabilidades exigem e exigirão o exercício da governança para o alcance dos desejos comuns e horizontais em relação a água (CÂMARA, 2013; CAMARGOS, 2013; SOUZA, 2020).

Na política de recursos hídricos a estrutura de gerenciamento e financeira dos órgãos é necessária para que seja possível, alcançar as metas coletivas propostas, a administração pública faz uso de suas competências financeira, gerencial e técnica (PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS, 2013; SOARES, 2008;).

Este modelo de governança tem sido visto como um desafio dentro dos comitês de bacia hidrográficas, haja visto as demandas estabelecidas para o órgão colegiado, muitas vezes incluem questões técnicas específicas sendo os membros dos comitês de diferentes espaços da sociedade (TRINDADE, 2019).



Neste sentido as ações dos comitês devem desenvolver um pensamento sistêmico para que a tentativa de resolução dos casos seja exitosa. Desse modo ações que permitam programas de gestão dos recursos hídricos, um efetivo controle sobre a apropriação, uso e proteção das águas evitando assim sua eminente escassez (CHÁVES, 2017).

## **2.6 Atores Sociais**

As políticas públicas de um modo geral, são estruturadas e implementadas conforme pudemos ver até aqui, a partir de uma série de aparatos, normas estruturas e ações. Para Souza (1991) um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia.

Desde o início dos anos 1990, no bojo desse processo de reforma da administração pública na América Latina e Alhures, a participação social vem sendo construída como um dos princípios organizativos centrais, declarado e repetido em foros regionais e internacionais, dos processos de deliberação Milani (2008), onde as decisões deixam de ser centralizadas nos governantes e tomadores de decisão.

Trata-se de experiências inovadoras que fortalecem a capacidade de crítica e de envolvimento de todos os segmentos, e que acaba por visibilizar as decisões para a população, que terão suas necessidades atendidas, sendo um exemplo prático da democracia (JACOBI e BARBI, 2007).

Assim os conselhos emergem, sobretudo, das demandas de democratização da sociedade em face do processo decisório que permeia as políticas sociais (DA SILVA e BEGHIN, 2005).

A participação social na política de recursos hídricos é um dos pilares instituídos por lei (9.433/97 e 11088/2020) que traz o ator social do território, ou seja, que tem uma relação direta na bacia hidrográfica.

Os atores são os agentes sociais e econômicos, indivíduos e instituições, que realizam ou desempenham atividades, ou, então, mantém relações num determinado território (SABOURIN, 2002).

No entanto pouco se sabe como os atores sociais se organizam nesses espaços, o que decidem, ou a quanto tempo participam dessas arenas parte do sistema de recursos hídricos.

Cortês (2007) conclui que a capacidade organizativa dos grupos sociais varia de acordo com a região do país e esta capacidade, pode assegurar que o envolvimento de seus representantes seja legítimo, autônomo e continuado.

Desse modo presença de atores sociais nos espaços deliberativos dos comitês, tem como finalidade trazer os diferentes interesses e conflitos, para então encaminhar demandas e soluções.

A ampliação destes espaços de participação cidadã promove um avanço qualitativo na capacidade de representação dos interesses e na qualidade e equidade da resposta pública às demandas sociais (JACOBI e BARBI, 2007).

O que ocorre é que na prática, a participação social que gere soluções as demandas de um conselho, dependem de diversos fatores, como a constituição dos atores sociais sobre qual interesses defendem, o nível preparo para cumprir as demandas do comitê, estrutura para viabilizar as reuniões, o tempo de amadurecimento dos conselheiros para se alcançar um consenso e definir prioridades de ação, a relação com as esferas de decisão e grupos legisladores, organização e implementação dos sistemas daquele espaço e por fim, a autonomia quanto ao poder de decisão e implementação e cumprimento das ações determinadas pelo coletivo ( BORDALO, SILVA, SILVA, 2016; NUNES; PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS, 2013; SEIXAS et al., 2020; SOARES, 2008).

Dentre os quais a influência de fatores não apenas técnicos, mas também de caráter político, econômico e cultural torna o processo muito mais complexo, e o estilo de gestão que tende a prevalecer obedece a uma lógica sociotécnica (JACOBI e BARBI, 2007).

Para Milani (2008) há necessidade de, sobretudo no âmbito de pesquisas contextualizadas e de realidades específicas, se colocar em diálogo práticas que tentaram ou vêm tentando demonstrar a efetividade do princípio participativo na renovação política da democracia local.

Desse modo os comitês de bacias hidrográficas são atualmente espaços em que os múltiplos usos da água devem ser debatidos para que decisões sejam tomadas afim de atender aos diferentes interesses, os atores sociais que formam este colegiado são protagonistas na política de recursos hídricos (EMPINOTTI; JACOBI; FRACALANZA, 2016; PARDINI; GONÇALVES; CAMARGOS, 2013)

Para Jacobi e Barbi (2007) uma possibilidade efetiva de transformação da lógica de gestão da administração pública nos estados e municípios, abrindo um espaço de interlocução muito mais complexo e ampliando o grau de responsabilidade de segmentos na gestão da coisa pública.

## **PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS**

### **3.1 Área de Estudo**

Para obtenção dos resultados desta pesquisa adotou-se a seguinte ordem para obtenção e análise dos dados. A caracterização da área de estudo a fim de localizar das bacias hidrográficas da pesquisa. A análise documental realizada a partir da pesquisa das resoluções, atas e afins produzidos pelos CBHs. Na sequência a aplicação de questionário para obtenção dos relatos para avaliação a percepção dos membros dos CBHs dos Rios Cabaçal-MT e Jauru-MT.

### **3.2 Caracterização da área de estudo**

A bacia hidrográfica do rio Cabaçal, tem uma área de aproximadamente 5.710,38 km<sup>2</sup> e compõe a drenagem da bacia do Alto Paraguai (BAP), localiza-se entre as coordenadas geográficas de 15°0'0''S a 16°0'0'' de latitudes S e 57°45'0'' a 58°30'0'' longitude W, na região Sudoeste do estado de Mato Grosso (Figura 3), abrangendo 10 municípios: Araputanga, Barra do Bugres, Curvelândia, Cáceres, Lambari d'Oeste, Mirassol D'Oeste, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos, integra a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio Cabaçal (UPG- P2). Esta bacia é formada pelo rio Cabaçal e seus afluentes. Suas nascentes são localizadas na Chapada dos Parecis tendo como principais afluentes os rios: Branco e Bugres, (LORENZON,2016).

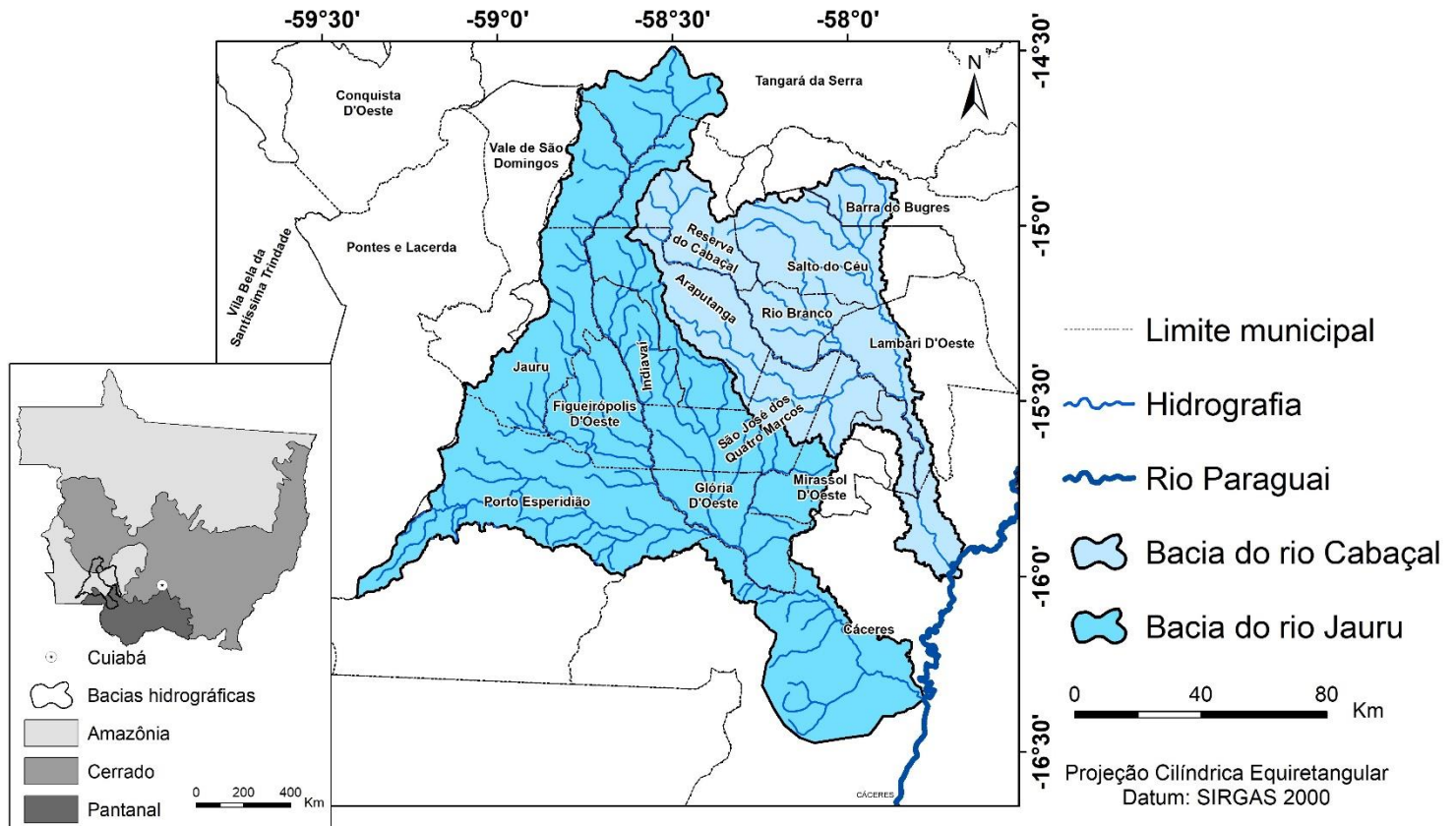
A bacia hidrográfica do rio Jauru com aproximadamente 12.115,85 km<sup>2</sup> faz parte da bacia do Alto Paraguai (BAP), na sudoeste do estado de Mato Grosso entre as coordenadas geográficas de 14°29' a 16°30' de latitude sul e de 57°45' a 59°15' de longitude oeste (Figura 3), Abrange 12 municípios ou parte deles: Araputanga, Curvelândia, Cáceres, Figueirópolis d'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, São José dos Quatro Marcos e Tangará da Serra, integram a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio Jauru (UPG- P1).

Esta bacia é formada pelo rio Jauru e seus afluentes, tendo como principais tributários o rio Aguapeí, o rio Brigadeiro, Ribeirão Cateté, Córrego das Pitas do Sangue e o Córrego Santíssimo que nascem na Chapada dos Parecis (norte) e Serra Santa Bárbara

(oeste) e percorrem áreas de diferentes compartimentos litológicos e topográficos. As altitudes do relevo variam entre 116 e 700 m, sendo que o rio principal deságua na margem direita do rio Paraguai no Pantanal Mato-grossense (SOUZA et al., 2014).

**Figura 5:** Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Jauru e Rio Cabaçal

F



Fonte: Jesã Kreitlow (2020)

### 3.3 Atores sociais

Para a realização desta pesquisa os sujeitos definidos foram membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Cabaçal e Rio Jauru. Estes comitês foram instituídos pela resolução N° 86/2016 e N° 66/2015 localizados na porção sudoeste do estado de Mato Grosso. A metodologia utilizada foi pesquisa participante e qualitativa envolvendo os segmentos que compõem os comitês de bacias hidrográficas, os representantes da sociedade civil organizada, do governo e os usuários da água. também foram analisadas as atas e documentos produzidos pelos comitês

### 3.4 Estratégia da pesquisa

O método adotado foi a pesquisa qualitativa de natureza descritiva, de caráter exploratório e participante de modo a proporcionar maior familiaridade com o problema e torná-lo mais explícito de acordo com Minayo (2014), bem como aprimorar as ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2009).

Ao qual foi possível compreender a realidade do objeto de pesquisa, neste caso a percepção dos membros dos comitês Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT, o que inclui reconhecer detalhes do comportamento de um novo enfoque sistêmico, dinâmico e processual das ações e do funcionamento dos comitês em questão (RODRIGUES e SILVA, 2013).

Na linha de pesquisa qualitativa, enquadram-se a pesquisa participativa e exploratória. Entende-se que também pode ser classificada como pesquisa descritiva, a qual tem como objetivos a descrição de características de determinada população ou fenômeno, ou as relações estabelecidas entre estes, “são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2009).

O estudo de caso, segundo Godoy (1995), caracteriza-se como uma pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente com o exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular, uma vez que ele permite um amplo e detalhado conhecimento do tema em questão. O estudo de caso constitui uma etapa muito importante, que possibilita o máximo de informações possíveis, através da coleta de dados, viabilizando o entendimento da situação real do problema estudado.

A proposta apresentada ao comitê como produto será um Relatório técnico para a governança nos CBHS Rio Cabaçal-MT Rio Jauru-MT, construída a partir da identificação das dificuldades, fragilidades e desafios apresentados pelo comitê, tendo como base a diversidade das representações visando a efetivação das práticas governança dos CBHs Rio Cabaçal-MT e Jauru-MT.

### **3.5 Coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, levantamento de campo e aplicação de questionário com os representantes dos comitês.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada visando compreender o processo histórico de formação e atuação dos CBHs e as características principalmente no que se refere à participação e representação.

A pesquisa bibliográfica abordou conceitos relacionados a política de recursos hídricos, a governança de recursos hídricos e os atores sociais. Também foram pesquisados documentos e legislações PERH, a respeito da gestão de comitês de bacias de Mato Grosso, mais especificamente os CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT. Coletou-se para análise, cópias das atas das reuniões dos anos de 2018 e 2019, além das listas com os nomes dos membros efetivos e suplentes dos comitês e os segmentos que eles representam, além destes documentos. Foram fonte desta pesquisa, os sites da Agência Nacional das Águas, da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso e dos CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT.

A primeira etapa da investigação foi a elaboração do questionário e do roteiro da entrevista semiestruturada. No questionário as variáveis socioeconômicas foram levantadas por meio de informações sobre: escolaridade, gênero, idade (faixas etárias), renda (considerada a renda familiar ou faixas de renda), para que fosse possível realizar as correlações de dados relevantes ao perfil e representação de cada conselheiro.

O roteiro semiestruturado da entrevista abordou questões sobre a percepção dos entrevistados referentes as práticas e processos de governança, para identificar e analisar as seguintes dimensões como ocorre a participação dos atores, estrutura regulatória, comunicação, papel dos comitês, atitude, informação, resolução de conflitos equidade, mobilização e articulação. 1 Dimensão - Papel dos comitês, 2 Dimensão - Estrutura regulatória, 3 Dimensão - Atitude, 4 Dimensão - Resolução de conflitos e participação dos atores, 5 Dimensão - Comunicação, mobilização e articulação para compreensão do processo participativo na gestão das águas.

O levantamento em campo deu-se por meio da participação das reuniões dos CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT para observações *in loco*. Esse tipo de observação é uma técnica que se utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, com o intuito de examinar e compreender os fatos ou fenômenos que se deseja estudar (MARCONI e LAKATOS, 2017). Durante as visitas foram realizadas observações sobre o funcionamento e desenvolvimento das reuniões dos comitês e estes dados foram anotados pontualmente em um diário de campo com o intuito de compreender toda estrutura da realidade vivenciada nos comitês. O diário de pesquisa é o local em que o pesquisador registra detalhadamente as percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas, o mesmo é um auxílio para as análises (MINAYO, 2001).

A terceira etapa foi realização da entrevista piloto, aplicada em agosto de 2019. Para esta etapa foi escolhido um dos participantes mais ativos dentro dos comitês a partir do diagnóstico da fase anterior da pesquisa. Assim, foi possível identificar a necessidade de alterações nas perguntas da pesquisa para atender os objetivos da pesquisa.

A seleção dos participantes seguiu o critério inclusão e exclusão, sendo o critério de inclusão, o aceite e disponibilidade em participar da pesquisa, ser conselheiro dos comitês estudados e critério de exclusão, a não adesão à pesquisa. As entrevistas foram marcadas por meio de contato prévio, via telefone com os participantes, onde os mesmos escolheram a data, horário e local que lhes fosse mais confortável, para garantir ao entrevistado, um ambiente para um bom desenvolvimento do diálogo. Os instrumentos utilizados para o registro do diálogo foram um gravador de áudio, bloco de anotações e caneta.

As entrevistas adotaram a abordagem da Entrevista Compreensiva desenvolvida pelo sociólogo francês Jean-Claude Kaufmann, em que a técnica da entrevista possui grande relevância para a pesquisa social, além de ser um método acessível, pois é necessário somente um gravador e a busca dos atores sociais que contribuirão para o desenvolver da comunicação, em que o entrevistador buscará obter informações a respeito das questões que nortearão a pesquisa (KAUFMANN,2013).

Por questões éticas e de integridade do sigilo da fonte pesquisada, conforme determinação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (Comitê de Ética em Pesquisa-UNEMAT), localizado na Avenida Tancredo Neves, 1095 do Bairro Cavahada II no Município de Cáceres-MT, a fim de atender à resolução 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, que apresenta as diretrizes regulamentadoras mais abrangentes acerca de pesquisas envolvendo seres humanos, na perspectiva de garantir o anonimato dos entrevistados, sob o Parecer N° 3.453.139, Certificado de Apresentação para apreciação N° 15899919.1.0000.5166, cujo projeto de pesquisa foi submetido junto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentando aos participantes da entrevista. Foram entrevistados os participantes do estudo os indivíduos que se adequaram aos critérios de inclusão, que se dispuseram voluntariamente a participar e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, no que concerne aos possíveis riscos inerentes ao processo, foram minimizados pela pesquisadora segundo os procedimentos indicados pela resolução respeitando os princípios e diretrizes da resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde

Para garantir o anonimato dos indivíduos, a cada entrevistado atribuiu-se um nome fictício de um rio conforme tabela abaixo (Tabela 1).

**Tabela 4:** Lista dos entrevistados por nome fictício

Nº	Comitê - CBH	Nome Fictício	Setor representado
01	CBH 2	Rio Xingu	<u>Setor Sociedade civil</u>
02	CBH 2	Rio Coxipó	<u>Setor Governamental</u>
03	CBH 2	Rio Piquiri	<u>Setor Usuários da água</u>
04	CBH 2	Rio Sucuruí	<u>Setor Usuários da água</u>
05	CBH 2	Rio Juruena	<u>Setor Sociedade civil</u>
06	CBH 2	Rio Araguaia	<u>Setor Governamental</u>
07	CBH 2	Rio Guaporé	<u>Setor Sociedade civil</u>
08	CBH 2	Rio Cuiabá	<u>Setor Usuários da água</u>
09	CBH 1	Rio Jangada	<u>Setor Usuários da água</u>
10	CBH 1	Rio Aripuanã	<u>Setor Usuários água</u>
11	CBH 1	Rio Vermelho	<u>Setor Governamental</u>
12	CBH 1	Rio das Mortes	<u>Setor Sociedade civil</u>
13	CBH 1	Rio Bugres	<u>Setor Governamental</u>
14	CBH 1	Rio Prata	<u>Setor Governamental</u>
15	CBH 1	Rio São Manoel	<u>Setor Governamental</u>
16	CBH 1	Rio Manso	<u>Setor Usuários da água</u>
17	CBH 1	Rio Paraná	<u>Setor Governamental</u>
18	CBH 2	Rio Coxipoçu	<u>Setor Sociedade civil</u>
19	CBH 2	Rio Paraguai	<u>Setor Sociedade civil</u>

Elaborado pela própria autora

### 3.6 Tratamento e análise

O corpus da pesquisa ocorreu a partir da análise de conteúdo, inicialmente com transcrição na íntegra dos dados coletados. Este tipo de análise se desdobra em três fases: pré-análise: corresponde a fase de organização, através de sistematização e retomada dos objetivos iniciais.



A segunda etapa, exploração do material, centra-se em alcançar o núcleo de compreensão do texto, chamados núcleos temáticos. A terceira fase, tratamento dos resultados, propôs inferências e realizou interpretações, através de discussões com fundamentação teórica, para responder aos objetivos do estudo (MINAYO, 2010).

Para melhor compreensão dos resultados, as informações foram agrupadas por categorias de análise conforme cada objetivo proposto e realizadas as discussões pertinentes com base nas teorias relativas a governança de recursos hídricos adaptadas para este trabalho a partir de autores que discorrem sobre o tema, referente a análise das percepções de governança dos membros dos Comitês de Bacia Hidrográficas do Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT, tendo como referencias as dimensões: 1 Dimensão - Papel dos comitês, 2 Dimensão - Estrutura regulatória, 3 Dimensão - Atitude, 4 Dimensão - Resolução de conflitos e participação dos atores, 5 Dimensão - Comunicação, mobilização e articulação para compreensão do processo participativo na gestão das águas.

O produto originado a ser apresentado ao comitê como produto será um Relatório técnico para a governança nos CBHS Rio Cabaçal-MT Rio Jauru-MT, construído a partir da identificação das dificuldades, fragilidades e desafios apresentados pelo comitê, tendo como base a diversidade das representações visando a efetivação das práticas governança dos CBHs Rio Cabaçal-MT e Jauru-MT em anexo.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Análise Documental**

### **4.2 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal**

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal, nasce a partir da mobilização da sociedade civil devido ao desmatamento causado pelo uso e ocupação do solo irregular do solo na década de 80, resultando no aparecimento de erosões no solo causando voçorocas modificando a paisagem, colocando em risco também diversas nascentes na região.

Institucionalmente a Criação do CBH Rio Cabaçal ocorreu através da resolução N°66/2014, cuja instalação decretada em 10 de julho de 2014, porém suas atividades só tiveram início no dia 11 de março de 2017.

Na ocasião houve a primeira constituição do comitê de acordo com o regimento interno, foram eleitos um Presidente, o vice, um secretário, um suplente e os demais

membros representantes do segmento governamental, da sociedade civil organizada e representantes dos usuários da água (Tabela 2).

Atualmente o CBH Rio Cabaçal já passou por dois processos para escolha de presidente, em 2017 o presidente escolhido era representante da sociedade civil, em 2019 pela segunda vez consecutiva o mesmo representante foi escolhido por unanimidade e reconduzido ao cargo instância máxima do colegiado.

**Tabela 5:** Instituições que compõem o CBH Rio Cabaçal (Gestão 2019 a 2021).

	<b>Instituição (membros)</b>	<b>Número de Conselheiros</b>
	<b>Representantes do poder público</b>	
1	Prefeitura Municipal de Araputanga	02
2	Prefeitura Municipal de Cáceres	02
3	Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos	02
4	Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste	02
5	Prefeitura Municipal de Salto do Céu	02
6	Prefeitura Municipal de Curvelândia	02
7	CIDESAT - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal	02
8	SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente	02
	<b>Representantes da Sociedade Civil</b>	
9	GAIA - Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental	02
10	Escola Estadual Professor Demétrio Pereira	02
11	Associação Sócio Cultural e Ambiental Fé e Vida	02
12	Associação Reciclar para Viver Melhor	01
	<b>Representantes dos Usuários de Água</b>	
13	SINDENERGIA - Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso	02
14	Sindicato Rural de Cáceres	02
15	Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal	02
16	APPEC - Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres	02

Fonte: Elaborado pela autora

O tabela 02 demonstra a atual composição biênio 2019 - 2021 do CBH Rio Cabaçal, são 16 entidades, representadas pelos três segmentos, sendo 08 representantes

do segmento governamental, em que 06 são representantes de prefeituras, 01 representante do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal e 01 representante da SEMA.

De acordo com o regimento interno 50% representantes do poder público, 50% obedecida a paridade entre a sociedade civil e usuários da água, sendo 04 entidades representantes da sociedade civil, e 04 entidades representantes dos usuários da água.

O CBH Rio Cabaçal possui um total 31 membros entre titulares e suplentes, somente a Associação Reciclar para Viver Melhor não apresentou suplente. Com relação a representação nos comitês o número de representantes da sociedade civil é igual a dos usuários, e do setor governamental

De acordo com o Regimento Interno CBH Rio Cabaçal, o comitê têm as seguintes funções: Promover a gestão de recursos hídricos e as ações de sua competência; Articular a integração de gestão dos Sistemas Estadual e Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e seus respectivos instrumentos de gestão no âmbito da Bacia Hidrográfica. Sendo de sua competência:

- I – promover o diálogo das questões relacionadas com recursos hídricos e articular a atuação de órgãos e entidades intervenientes;
- II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados com os recursos hídricos, promovendo ações de entendimento, cooperação, fiscalização e eventual conciliação entre os usuários competidores pelo uso da água das sub-bacias que compõem a área de abrangência do CBH Rio Cabaçal;
- III – propor o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal, Parte da UPG P2, acompanhar sua execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- IV – propor planos de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, inclusive financiamentos de investimentos a fundo perdido;
- V – analisar e sugerir sobre as propostas de implantação de empreendimentos com potencial poluidor e/ou degradador na área da Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal;
- VI – estabelecer critérios, normas e aprovar os valores propostos para cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- VII – deliberar sobre proposta para o enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes, com o apoio de audiências públicas, assegurando o uso prioritário para o abastecimento público;
- VIII – acompanhar a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos na área territorial da Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal, formulando sugestões e oferecendo subsídios aos órgãos e às entidades participantes desta;
- IX – aprovar o seu regimento interno e sugerir alterações no mesmo, considerando os critérios que forem estabelecidos pelo CEHIDRO;
- X – estimular a formação de consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas e de associações regionais, locais e multi setoriais de usuários na área de atuação da bacia, bem como ações e atividades de instituições de ensino e pesquisa e de organizações não governamentais, que atuem em defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos na bacia;

- XI – aprovar a celebração de convênios com órgãos, entidades e instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, de interesse da bacia hidrográfica;
- XII – aprovar programas e projetos que envolvam planejamento e gerenciamento de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal;
- XIII – sugerir critérios de utilização de água e contribuir na definição dos objetivos de qualidade para os corpos de água da bacia hidrográfica;
- XIV – articular-se com comitês de bacias próximas para solução de problemas relativos às águas subterrâneas de formação hidrogeológicas comuns a essas bacias;
- XV – Exercer atribuições que lhes forem delegadas pelo Órgão Coordenador/Gestor de Recursos Hídricos de Mato Grosso, quando as mesmas forem de sua competência;
- XVI – propor critérios e promover o rateio de custos das obras de uso múltiplo dos recursos hídricos de interesse comum ou coletivo.

Apesar de uma série de atribuições que compete ao CBH Rio Cabaçal, somente a partir da nova lei 11088 de recursos hídricos, o CBH passa também a ter o poder deliberar sobre as decisões dentro da área de abrangência do comitê, antes restritas a aprovar, estimular, propor, analisar e discutir. Contudo as decisões dos comitês ainda cabem recurso junto a CEHIDRO.

O Comitê de acordo com o Regimento Interno se reúne por meio de plenárias, obedecendo o quórum mínimo para início das reuniões. O CBH Rio Cabaçal já realizou 16 reuniões entre ordinárias e extraordinárias. Sendo 03 em 2017, 05 em 2018 e em 2019 cinco reuniões.

De acordo com as atas, as reuniões realizadas trataram de diversos temas, como a estruturação do comitê, atividades de formação, consulta e aprovação de regimento interno, elaboração de planos anuais de trabalho, participação em eventos de gestão de recursos hídricos, recursos financeiros e plano de bacia.

Com relação as resoluções, o comitê despacharam um total de quatro em 2019, publicadas a Resolução nº. 001 de 29 de março de 2019 se refere as datas e locais das reuniões ordinárias de 2019, a Resolução nº. 002 de 29 de março de 2019 nomeação de membros para participar de formação, a Resolução nº. 003 de 28 de março de 2019 nomeação de membros para participar da 4º Reunião do Fórum Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica de Mato Grosso. O CBH Rio Cabaçal não possui ainda nenhum instrumento de gestão implementado.

A Bacia Hidrográfica do Rio Cabaçal pertence a unidade de planejamento e gestão P2, sendo a uma das regiões contempladas, para elaboração do Plano integrado de recursos hídricos das unidades de planejamento e gerenciamento. Esta ação estava prevista no Plano Estadual de Recursos hídricos, com recursos oriundos da Agência Nacional das Águas.

De acordo com os documentos analisados o plano estava em fase de diagnóstico, os membros do comitê escolheram três representantes sendo um de cada segmento, para acompanhar das reuniões específicas do plano de bacia, a instituição responsável pelo estudo é a Fundação UNISELVA (Termo de colaboração 1400/2017/SEMA/MT).

A composição do CBH Rio Tietê- Jacaré, São Paulo, Malheiros et al. (2013) é semelhante a composição do CBH Rio Cabaçal, onde o número de representantes do setor governamental também é maior que da sociedade civil e usuários. De acordo com o estatuto do CBH Rio Tietê- Jacaré são 12 vagas para titulares e 12 para suplentes incluindo as categorias representantes da sociedade civil e dos usuários.

A composição dos setores varia entre os comitês do país, de acordo com Meier (2016) a legislação estadual de recursos hídricos do estado do Rio Grande do Sul está de acordo com a Lei das Águas, mas a composição dos comitês do estado varia de entre os comitês assim como as categorias pertencentes a cada setor.

Nas atas analisadas do comitê não há menção sobre contribuição ou consulta ao comitê, seja na outorga, na análise do relatório técnico anual sobre a situação dos recursos hídricos da bacia, ou instalação de empreendimentos que fazem uso da água, conforme orienta o Regimento Interno do CBH Rio Cabaçal.

Ou seja, as atividades de funcionamento estrutural do comitê não há moções solicitações ou recomendações. também não foram encontrados convites ou chamados para realizar agenda conjunta ou ações com secretarias dos municípios, que no papel demonstrem mais integração do comitê com outras secretarias de desenvolvimento do Estado.

O plano de bacia é um documento essencial, pois conta com o diagnóstico da bacia hidrográfica, permitindo que o comitê, de fato possa legislar sobre os recursos hídricos. De acordo com estudo realizado por RIBEIRO (2019), na região Centro-Oeste 80% dos CBHs de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o Plano de Bacia é o instrumento que mais vem sendo priorizado.

Com relação a participação nas reuniões, de acordo com as listas de presença, o número de membros faltosos é alarmante, muitas reuniões funcionam com quórum mínimo.

Em estudo dos comitês CBHs Rios Chapecó e Irani, DE LIMA TRINDADE (2018), constatou nas atas das reuniões que apenas cerca de 50% dos membros atuavam ou participavam ativamente, e que a baixa participação se constitui graves problemas para governança da água. Malheiros *et al.* (2013), também menciona em seu trabalho os

problemas de participação nas reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Tietê- Jacaré, São Paulo, devido à dificuldade de deslocamento e do choque de agenda dos membros do comitê.

O segmento que mais apresenta falta no CBH Rio Cabaçal é o governamental, vale lembrar a distância de algumas cidades que compõem a bacia que é considerada como um dos motivos das ausências.

Para possibilitar a participação de todos nas reuniões, os membros do comitê durante o planejamento das reuniões ordinárias, optou por realizar reuniões em cada cidade parte da bacia hidrográfica, ainda assim, muitos representantes faltaram as reuniões. Meier (2016) constatou em sua pesquisa com CBH Taquari- Antas MG, que os municípios mais afastados possuem pequena representação no comitê, e uma concentração de representantes em uma porção da bacia hidrográfica, segundo a autora estes municípios têm mais chance de expor e discutir os seus problemas no comitê.

O CBH Rio Cabaçal integra o Programa PROCOMITÊS da ANA, que destina recursos financeiros para fomentar as atividades do comitê, este programa é estruturado com vistas a garantir que o comitê se fortaleça se estruture nos níveis necessários para gerenciar os recursos hídricos da bacia hidrográfica, além do apoio orçamentário traz diretrizes de capacitação dos membros, bem como estrutura a regulação dos comitês.

A medida que o comitê segue cumprindo as metas, avança no programa. Em 2019 o CBH Rio Cabaçal cumpriu 82% das metas previstas, a partir de 2020 o comitê passará para o 2º período de implementação do programa.

O apoio do Programa Pró comitês pode ser um dos fatores que justifica o aumento em 2019 de formações de membros do comitê em cursos relacionados a gestão de recursos hídricos. Outra mudança foi que com orçamento garantido foi possível que os membros do comitê solicitassem diárias para deslocamento e participação nos eventos de formação.

Durante as observações nas reuniões do comitê, foi possível notar pontos ou temas dialogados no comitê que não estão registrados nas atas. Ainda que além da estruturação dos comitês seus membros têm interesses distintos naquele espaço, assim como o propulsor das atividades ainda é o órgão gestor, a SEMA.

Porém a sociedade civil também se mostra participativa nas reuniões. Para Moretti e Freitas (2016) o CBH-Miranda Mato Grosso do Sul, as instituições participantes se organizaram em torno de interesses próprios, levando ao uso e exploração dos recursos hídricos de interesse econômico e privado.

Para Matos e Ckagnazaroff (2020), os indivíduos são construtores da realidade social com o intuito de impor sua visão, com interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar. Daí a importância da participação dos diferentes atores sociais.

Com relação a comunicação o comitê possui uma página na internet com o objetivo de tornar pública e acessível tanto o comitê, quanto o seu funcionamento.

Para a comunicação interna o comitê conta com um grupo em aplicativo de mensagens por celular para informes gerais, para envio de documentos utiliza-se e lista de e-mails contendo o endereço de todos os representantes do colegiado, ainda um e-mail institucional ao qual todos os membros do comitê têm acesso.

#### **4.3 Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru**

A história da formação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru, também se dá a partir da mobilização da sociedade civil preocupada com as atividades que estavam impactando os recursos hídricos na região. Um dos pontos de conflito foi a instalação de empreendimentos hidrelétricos, uma Usina Hidrelétrica (UHE) e cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) entre 2003 e 2014, instaladas ao longo do Rio Jauru.

A institucionalização do CBH Rio Jauru se deu a partir da criação pela resolução de N° 84/201. Os representantes tomaram posse, em 24 de maio de 2018, elegendo para o biênio 2018 a 2020 em seu primeiro mandato, conforme o regimento interno, um presidente, um vice presidente e um secretário, que de acordo com.

No CBH Rio Jauru o presidente é também um representante da sociedade civil, eleito por voto durante a 1ª reunião ordinária do CBH em 2018.

**Tabela 6:** Instituições que compõem o CBH Rio Jauru (Gestão 2018- 2020)

	<b>Instituição (membros)</b>	<b>Número de Conselheiros</b>
	<b>Representantes do poder público</b>	
1	SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente	02
2	Universidade do Estado de Mato Grosso	02
3	Instituto Chico Mendes	02
4	Prefeitura Municipal de Araputanga	02
5	Prefeitura Municipal de Cáceres	02

6	Prefeitura Municipal de Jauru	02
7	Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos	02
8	Prefeitura Municipal de Figueirópolis	02
9	Prefeitura Municipal de Glória d'Oeste	02
10	Prefeitura Municipal de Porto Esperidião	02
	<b>Representantes da Sociedade Civil</b>	
11	GAIA - Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental	02
12	Colônia Z2 de pescadores de Cáceres	02
13	Associação Sócio Cultural e Ambiental Fé e Vida	02
14	Câmara Municipal de Porto Esperidião	02
15	SINDENERGIA - Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica e Gás no Estado de Mato Grosso	02
16	Sindicado dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto Esperidião	02
17	Sindicato Rural de Cáceres	02
18	Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal	02
19	Associação brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES	02
20	CIDESAT - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal	02
	<b>Representantes indígenas</b>	
21	Aldeia Nautukirsch- Terra Indígena Portal do Encantado	02

Fonte: Elaborado pela autora.

O CBH Rio Jauru conta em sua composição com 44 conselheiros (Tabela 3) sendo 22 titulares e 22 suplentes, 11 representantes do setor governamental, com 07 representantes das prefeituras, 01 representante da Câmara Municipal de Porto Esperidião, 01 representante da SEMA, 01 representante da Universidade do Estado de Mato Grosso e 01 do Instituto Chico Mendes (ICMBio). Representando o setor da sociedade civil: 02 setor agropecuário, 01 representante do abastecimento público e saneamento básico, 01 hidro eletricidade, 01 representante das comunidades indígenas, 01 organização não governamental associações com interesse em recursos hídricos ou meio ambiente 04 e 01 organização da sociedade civil de interesse público, com total de 11 representantes, esta descrição segue a que está apresentada pelo comitê (caso fosse eu estruturar modificaria a forma como está apresentada considerando : 01 organização não governamental e 01 organização da sociedade civil de interesse público, como pertencentes a uma só classe). Segundo o Regimento interno do CBH Rio Cabaçal em



seu artigo 7º os representantes são agrupados em dois, sociedade civil e poder público, da sociedade civil:

- I - da Sociedade Civil: representantes e seus respectivos suplentes,
  - a) Pesca, turismo, lazer e outros usos não consultivos;
  - b) Abastecimento Público e Saneamento Básico;
  - c) Indústria e mineração;
  - d) Uso agropecuário;
  - e) Hidroeletricidade;
  - f) Comunidades Indígenas;
  - g) Associações com interesse em recursos hídricos ou meio ambiente;
  - h) Organizações não governamentais e outras organizações qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
  - i) E outros usos não especificados acima.
- II - do Poder Público: representantes e seus respectivos suplentes:
  - a) Poder Público Estadual;
  - b) Poder Público Municipal;
  - c) Poder Público Federal;
  - d) Autarquias;
  - e) Fundações Públicas.

De acordo com o Regimento Interno do CBH Rio Jauru, para composição do comitê usuários da água e sociedade civil fazem parte do mesmo segmento, em seu § 2 fica assegurada a escolha entre as instituições que farão parte do comitê por meio de consenso, a escolha das instituições que farão parte do Comitê dar-se-á através de consenso, eleição ou sorteio, entre os pares, consecutivamente.

A Lei Nº11088/2020 em seu artigo 31 que trata dos comitês de bacias hidrográficas, cita que em sua composição fica assegurada a participação dos representantes dos usuários e das comunidades indígenas com interesses na bacia. A Lei, assegura a representação dos três segmentos, ficando a cargo do comitê estabelecer os critérios de participação entre os três segmentos.

De acordo com análise dos documentos, em se tratando da representação o CBH Rio Jauru, apresenta uma diversidade de atores, pescadores, indígenas, representantes dos usuários, governo, organizações não governamentais, se pensarmos na estrutura de governança esta composição apresenta relevância na construção de políticas públicas para a bacia, pois aumenta a possibilidade de que seja tratado no comitê os diferentes interesses. Para VARGAS (2018), o debate sobre governança democrática consiste em reconhecer as disparidades de poder, os interesses e valores distintos, muitas vezes opostos, envolvidos na gestão da água, ainda tem sido pouco explorado na literatura nacional.

Com relação às atribuições delegadas a este comitê segundo o Regimento Interno, as competências que tratam da gestão dos recursos hídricos são: articular a integração de gestão dos Sistemas Estadual e Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e seus respectivos instrumentos de gestão no âmbito da Bacia Hidrográfica. Sendo de sua

competência, similar as descritas no regimento Interno do CBH Rio Cabaçal, acrescidas de mais sete atribuições, como: a articulação junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e ao CEHIDRO relativo a outorga da água, examinar o relatório Técnico anual sobre a situação dos recursos hídricos na bacia hidrográfica e também o apoio do CBH Rio Jauru a iniciativas de educação ambiental.

Cabe ressaltar que novamente com a nova lei de Recursos hídricos a 11088/2020 o CBH passa também a ter o poder deliberar sobre as decisões dentro da área de abrangência do comitê, antes restritas a aprovar, estimular, propor, analisar e discutir. Contudo as decisões dos comitês ainda cabem recurso junto a CEHIDRO.

o comitê de bacia hidrográfica de acordo com as funções estabelecidas a ele como, apoio e articulação as decisões e deliberações ficam a cargo da CEHIDRO.

Das atas analisadas do CBH Rio Jauru também não há menção sobre contribuição ou consulta ao comitê, seja na outorga, na análise do relatório técnico anual sobre a situação dos recursos hídricos da bacia, ou instalação de empreendimentos que fazem uso da água, mesmo estas atribuições estando contempladas no o Regimento Interno comitê.

Neste caso, como no CBH Rio Cabaçal, as atividades desenvolvidas estão voltadas somente a ações de funcionamento estrutural do comitê.

Desse modo não houve moções solicitações ou recomendações. também não foram encontrados convites ou chamados para realizar agenda conjunta ou ações com secretarias dos municípios, que no papel demonstrem mais integração do comitê com outras secretarias de desenvolvimento do Estado.

O CBH Rio Jauru realizou entre 2018 e 2019, nove reuniões, sendo sete reuniões ordinárias e cinco extraordinárias, as reuniões extraordinárias foram necessárias para que os membros do comitê chegassem a um consenso sobre o Regimento interno.

Assim como no CBH Rio Cabaçal, os membros do CBH Rio Jauru apresentaram faltas consideráveis. Alguns representantes apareceram somente no dia da posse. Nunes e Cerqueira (2018) também ressaltam o baixo número de presentes, pelas vagas ocupadas, e outras deliberações do Comitê de Bacia do Recôncavo Norte e Inhampube na Bahia. Os comitês se reúnem em média 4 a 8 vezes no ano, as ausências podem refletir em falhas nos processos de decisão.

Para Magalhães jr (2001) a falta de uma abordagem adequada pode fazer com que a complexidade do ambiente se torne uma barreira ao processo decisório, fazendo com que os decisores fiquem controlados pelo sistema.

Devido interposição dos limites hidrográficos entre os dois comitês, alguns municípios como Cáceres, Araputanga, Quatro Marcos, Mirassol D'Oeste estes municípios fazem parte de ambos os comitês, assim durante o planejamento das reuniões ordinárias para o ano de 2019 os comitês escolheram fazer reuniões itinerantes, nos mesmos municípios, mudando apenas os turnos de reunião, com o objetivo de envolver os membros representantes dos comitês e possibilitar a participação durante as reuniões ordinárias.

De acordo com o observado nas reuniões os membros constataam a necessidade de articulação entre os comitês e sugerem que ações propostas tenham validade em ambos os espaços.

As propostas de ação que incluem outras instâncias são premissas básicas para o exercício da governança, ou seja, a gestão compartilhada dos recursos hídricos, conforme Ferrão (2020) a governança envolve tanto a gestão administrativa do Estado como a capacidade de articular e mobilizar os atores estatais e sociais para resolver os dilemas de ação coletiva; envolve também a articulação interna e externa da atuação estatal.

O CBH Rio Jauru, definiu em 2018 a necessidade da realização de um encontro para debater a bacia hidrográfica, de acordo as observações nas reuniões, os membros do comitê não conhecem a bacia hidrográfica e seus limites.

Por isso além das reuniões itinerantes, conhecer as demandas o território seria importante e poderia contribuir com as funções do comitê.

Um grupo de trabalho foi formado para organizar o encontro. Assim em 21 de maio de 2019 ocorreu o 1º Encontro do CBH Rio Jauru, organizada pelos próprios membros do comitê.

O evento tomou como prioridade trazer informações sobre a bacia hidrográfica, contando com a participação dos membros do comitê sociedade civil organizada da região hidrográfica. Todos os representantes foram convidados a apresentar quais ações desenvolvem na bacia, incluindo ações de restauração de nascentes, as atividades de saneamento, entre outras.

Também foi convidado um especialista na bacia Hidrográfica do Instituto Federal de Mato Grosso para fazer um panorama do Uso e ocupação da Bacia Hidrográfica do Rio Jauru incluindo os problemas ambientais associados, o encontro foi aberto ao público em geral.

A partir dos temas discutidos no evento, o comitê realizou uma oficina elencando todos os problemas da bacia. Nesta oficina os membros do comitê selecionaram os temas

prioritários sendo: Formação dos membros que compõem o comitê, Agrotóxicos, Restauração de áreas degradadas e nascentes, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Saneamento básico.

Foi então sugerido a formação de câmaras técnicas (CT) de trabalho para tratar dos temas, a composição das CTs se deu por escolha entre os membros do comitê com interesse em participar, sendo permitido a participação de pessoas externas ao comitê, o produto final das CTs ainda não foi apresentado.

Os fatores culturais, econômicos, sociais e ambientais são aspectos complexos e têm uma relação direta com os impactos nos recursos hídricos, evidenciando mais uma vez a importância do diálogo entre todos os atores sociais presentes na bacia.

Cabe aqui ressaltar que de acordo com (LIMA 2018) o conceito de governança evoluiu de uma visão de mercado para uma visão mais sistêmica para a gestão de políticas públicas e, neste sentido, torna-se um elemento importante para avaliação de políticas públicas, onde a governança esteja presente.

É importante mencionar que as câmaras técnicas foram formadas para atender as demandas relacionadas aos principais conflitos de usos da água na bacia, e se segundo os próprios membros do comitê, ter informações e dados sobre estes problemas permitirá propor ações necessárias, assim como poderá contribuir o estudo de plano de bacia do comitê.

A comunicação nos comitês de bacia tem como finalidade divulgar a existência do colegiado, tornando transparente suas ações, mas sobretudo manter a todos informados sobre as decisões e atos realizados na bacia hidrográfica. Os processos de comunicação podem trazer para o CBH outros atores sociais.

Assim sobre a comunicação de acordo com os documentos e relatos das reuniões, o comitê possui como meio formal para troca de informação o e-mail institucional, em que todos os membros têm acesso, possuem também um grupo em aplicativo de rede social para troca de informações, também um site contendo informações sobre o comitê bem como suas atribuições reuniões e ações desenvolvidas.

O comitê do Rio Jauru também é atendido Programa Pró comitês da ANA, o apoio financeiro permitiu ao CBH Rio Jauru realizar o 1º Encontro do comitê, assim como apoiou a participação de membros do comitê em atividades de formação, das reuniões ordinárias e a participação no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), possibilitando que cinco membros do comitê participassem do evento, que de acordo com as atas e reuniões a participação no ENCOB é vista como um ponto positivo

e que possibilita a troca de informações com outros membros de comitê do Brasil, além da formação sobre temas relacionados aos recursos hídricos.

Até aqui os CBHs Rio Cabaçal-MT e Rio Jauru-MT se apresentam em estágio inicial de consolidação, não possuem autonomia financeira, dependendo do órgão estadual e federal para existência. Seguem cumprindo as determinações de funcionamento conforme os requisitos estabelecidos pelas diretrizes do programa Pró comitês, desse modo é preciso ampliar as possibilidades de participação efetiva dos representantes nos comitês.

Para que os comitês funcionem é necessário que tenham estrutura administrativa, estrutura regulatória, estão permitindo a garantia de práticas e ações necessárias à bacia.

A construção das políticas públicas está diretamente ligada à participação de atores sociais. Para De Oliveira (2019), é preciso levar em consideração um modelo analítico que permita um amplo entendimento da gênese de uma política pública, assim como a complexidade que envolve as relações entre os sistemas de atores e os mecanismos utilizados em sua operacionalização nos espaços coletivos.

## **GOVERNANÇA, DOS ATORES SOCIAIS, DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA, CBHs RIO CABAÇAL-MT E JAURU-MT.**

Para uma governança que inclua os comitês de bacias hidrográficas e envolva os entes do sistema de gestão de recursos hídricos e demais setores ligados à água, há uma série de ações necessárias para que os CBHs passem a fazer parte ativamente dos processos de decisão.

Essas ações devem ser organizadas e articuladas com todas as instâncias que fazem parte do Sistema nacional de gerenciamento dos Recursos hídricos, mas principalmente as instâncias que regulamentam e fiscalizam os usos e proteção da água e para finalizar os atores sociais pertencentes às bacias hidrográficas, que apresentam as mais diversas relações com a água nas bacias hidrográficas. Ou seja, há uma complexa rede de instituições e atores que direta ou indiretamente faz parte da governança da água. Estas devem estar envolvidas de alguma maneira em algum momento na governança das águas.

Apresentamos aqui uma série de ações para os CBHs Rio Cabaçal-MT e Jauru-MT, que venham a contribuir com a governança tanto no comitê quanto no Sistema de recursos hídricos. Estas ações foram organizadas a partir da análise realizada nos comitês, aos

quais seguem as etapas necessárias para a governança dos recursos hídricos, mencionadas na literatura. Levou-se em consideração a percepção e as sugestões dos entrevistados membros dos CBHs Rio Cabaçal-MT e Jauru-MT:

1. A indicação das prioridades do a serem desenvolvidas nos comitês deve ser decidida a partir dos comitês;
2. O primeiro ponto de pauta é tratar os temas já abordados pelos entrevistados como necessidades a serem trabalhadas com urgência nos CBHs sendo:
  - ✓ Gestão mais participativa não só com o órgão ambiental com atitudes que sejam além de cumprir as metas dos órgãos gestores, SEMA e ANA;
  - ✓ Um plano de comunicação melhor mais eficiente para toda bacia;
  - ✓ A presença de mais usuários das bacias, pois com eles que o conflito se dá;
  - ✓ Reuniões mais participativas do coletivo, cujas reuniões tenham um propósito unificado e isso afeta desde o relacionamento das pessoas assim possibilitar a junção de diferentes ideias sejam consideradas na hora da tomada de decisões;
  - ✓ Melhorar a participação dos membros nos comitês pois possibilitaria o bom relacionamento no grupo;
  - ✓ Atenção a localização dos membros e a distância na bacia hidrográfica;
  - ✓ Ganhar a autonomia na gestão dos comitês;
  - ✓ Melhorar a participação por meio da capacitação dos membros;
  - ✓ Ouvir o povo, ouvir aqueles que têm reivindicado, e pedido auxílio na bacia;
  - ✓ Sair das reuniões e partir para a prática;
  - ✓ A informação nos comitês precisa melhorar;
  - ✓ A informação e diálogo com a sociedade;
  - ✓ E atenção prioritária a formação dos membros do comitê de modo que atenda às necessidades dos membros do comitê.
3. Deve haver um alinhamento e diálogo entre as ações propostas e necessárias ao cumprimento das políticas nacional e estadual, metas do Programa PROCOMITÊS e as necessidades dos comitês para além da tentativa de implementação dos planos de recursos hídricos;

4. Os comitês devem dialogar para produzir ações a partir das realidades que vivenciam, evitando usar modelos exportados de outras bacias;
5. Os comitês podem começar a analisar suas ações a partir das sugestões já levantadas nas entrevistas como ações necessárias aos CBHs;
6. Os CBHs são entidades formadas por atores sociais da bacia hidrográfica com diferentes saberes, estes devem ser valorizados;
7. Sobre os temas técnicos o órgão gestor ou o CBHs, devem solicitar que técnicos venham participar e trabalhar em uma linguagem acessível para que todos possam posteriormente se posicionar diante de temas técnicos debatidos nos CBHs;
8. As atividades de formação devem surgir partir da perspectiva da necessidade a ser levantada dentro dos comitês;
9. Construir uma agenda para formação incluindo os suplentes e outros atores sociais da bacia;
10. É preciso avaliar junto ao CBHs as prioridades e rever os períodos de execução de ações e suas metas;
11. Deve haver a construção de uma agenda nos comitês para que possam dialogar com outros setores do sistema de gestão dos recursos hídricos (FECBHS, CEHIDRO, SURH, SEMA outras instâncias de planejamento e desenvolvimento do Estado, a ANA e o MDR);
12. Deve haver a construção de uma agenda com os outros setores econômicos das bacias hidrográficas;
13. Participação direta nos empreendimentos de usos de RH nas bacias; emitir parecer sobre eles na bacia;
14. Programas para dialogar com as pessoas nas bacias hidrográficas;
15. Estas duas agendas permitirão que o diálogo entre os diferentes setores possa se consolidar nos CBHs, de modo que ele também se apresenta como entidade parte do sistema e tomadora de decisão;
16. A importância do planejamento a partir do reconhecimento dos diferentes setores que formam a governança, mas também os atores sociais presentes, com ações elencadas de em consenso, como ações de curto, médio e longo prazo, devem ser priorizadas, já considerando o estado atual da água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas;

17. Os CBHs como entes do sistema de recursos hídricos devem avaliar constantemente seu funcionamento, assim faz-se necessário a aplicação do questionário de indicadores de governança, do Observatório das Águas, pois ele permite que os membros dos CBHs façam a avaliação sobre a atuação do comitê sobre a governança. A partir de então é possível considerar o que pode e o que deve ser realizado nos CBHs visando melhorar a eficiência da governança dos CBHs. O instrumento a ser aplicado é um protocolo simples rápido e de fácil manuseio, para acessá-lo é preciso antes, fazer a adesão junto ao Observatório das Águas, acesso em: <https://observatoriodasaguas.org/monitoramento-da-governanca>, neste endereço será encontrado o Termo de adesão ao protocolo de adesão, o arquivo contendo Indicadores de governança e o documento orientativo. A aplicação do questionário é um passo importante pois envolve os membros do comitê em todas as etapas e oportuniza que os membros façam a análise dos resultados.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Agência Nacional de Águas (ANA). **Diagnóstico Consolidado para o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai**. 2018. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-spr/prh-paraguai>. Acesso em: 05 de mai. de 2020.

Agência Nacional de Águas (ANA). Planos de recursos hídricos e enquadramento dos corpos de água / Agência Nacional de Águas. -- Brasília: ANA, 2013 A265p. 68 p.: il. - - (**Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos** ; v.5). ISBN: 978-85-89629-96-6.

BARBOSA, F. D. **Comitês de Bacias Hidrográficas, representação e participação: desafios e possibilidades à gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11643>. Acesso em: 02 fev. 2020

BORDALO, Carlos Alexandre L; SILVA Christian Nunes; SILVA Edson Vicente. **Planejamento, conflitos e desenvolvimento sustentável em bacias hidrográficas: experiências e ações GAPTA/UFPA**: Belém, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília-DF, 1997.

BRASIL. Política Nacional de Recursos Hídricos. Lei nº 9.433/1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, p. 20, 1997.



BRUNO DA SILVA, A. A.; MACIEL, M. N. DA C. A Convenção 169 da OIT e a Agenda 2030 da ONU: o direito de consulta prévia das comunidades locais nas obras de grande vulto. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 1, p. 23–43, 2018.

BRUNO, L. O.; FANTIN-CRUZ, I. Gestão Dos Recursos Hídricos: Uma Abordagem Sobre Os Comitês De Bacias Hidrográficas De Mato Grosso. Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - Vol. 5: Congestas 2017 ISSN 2318-

CÂMARA, J. **Governança ambiental no Brasil**. [s.l: s.n.]. v. 21

CAMARGOS, L. de M. M. **Governança de recursos hídricos: um estudo das percepções dos stakeholders sobre a gestão das águas no Estado de Minas Gerais**. 2008. 172 f. Disserta, 2008. Disponível em: [http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/luiza\\_de\\_marillac\\_moreira\\_camargos](http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/luiza_de_marillac_moreira_camargos). Acesso em: 10 fev. 2019

CASTRILLON, S. K. I. et al. **Escassez Hídrica e Restauração Ecológica no Pantanal**. Carlini & ed. Cuiabá: [s.n.].

CASTRO, J. E. O. **Acesso universal à água é uma questão de democracia**. Ipea, Boletim regional, urbano e ambiental, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7112/1/BRU\\_n15\\_Acesso.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7112/1/BRU_n15_Acesso.pdf). Acesso em: 10 fev. 2019

CHÁVEZ, E. S; Di M., C. A; Moretti, C, E. **Água, recurso hídrico: bem social transformado em mercadoria** / (Organizadores); L. S. Dias (Colaboradora). il. Color. 21,0 cm ISBN 978-85-68242-56-8. Tupã: ANAP, 2017. 260 p. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3213/321327187002.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019

CÔRTEZ, Soraya Vargas. Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 125-144, 2007.

DE LIMA TRINDADE., L.; S., L. F.; R., W. C. A governança da água: o caso dos comitês dos rios Chapecó e Irani–SC. **Geosul**, v. 33, n. 68, p. 36-57, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n68p36>. Acesso em: 10 jun. 2019

DE OLIVEIRA, W. J. F. Arenas públicas, atores sociais e saber técnico na formulação de políticas ambientais. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 259-283, 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/32461>. Acesso em: 10 jun. 2019

DIEGUES, A. C. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. **I Encontro Internacional: Governança da Água**. São Paulo, NUPAUB/USP, 2007.

EMPINOTTI, V. L.; JACOBI, P. R.; FRACALANZA, A. P. Transparência e a governança das águas. **Estudos Avancados**, v. 30, n. 88, p. 63–75, 2016.

FERRÃO, A. M. DE A.; RANDO, A. S.; BRAGA, L. M. M. A Governança das Águas no Brasil: uma análise sobre o papel da universidade em redes e observatórios. **Redes**, v. 25, n. 1, p. 363–380, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/download/10531/pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019

FRACALANZA, A. P.; JACOB, A. M.; EÇA, R. F. Justiça ambiental e práticas de governança da água: (re) introduzindo questões de igualdade na agenda. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 19–38, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.

JACOBI, P. R. Gestão Participativa das Águas. **Palestra na Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo**, 2006.

JACOBI, P. R.; BARBI, F. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Revista Katálýsis**, v. 10, n. 2, p. 237-244, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000200012&script=sci>. Acesso em: 10 dez. 2018

JACOBI, P. R.; FRANCALANZA, A. P. Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 11, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/7816>. Acesso em: 10 dez. 2018

Junk, W. J., & Da Silva, C. J. (2000). O conceito do pulso de inundação e suas implicações para o Pantanal de Mato Grosso. In M. Dantas, J. B. Catto, & E. K. d. Resende (Eds.), **Anais do II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal. Manejo e Conservação**. (pp. 17-28). Corumbá/Brasil: EMBRAPA.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.; "Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso." 2017. **Editora Atlas S.A.** São Paulo/SP. 3. Ed. 42 – 56 p. 1991.

LIMA, A. J. R. et al. **As percepções de diferentes atores da gestão de recursos hídricos na proposta de construção de um sistema de monitoramento da governança das águas**. 2018. v. 11. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331339>. Acesso em: 16 jun. 2019

LORENZON, T. H. **Dinâmica do uso da terra e as implicações na cobertura vegetal, na qualidade da Água e do solo na Bacia Hidrográfica do Cabaçal, Mato Grosso – Brasil**, 280 p. Dissertação (mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola), Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2016.

LORENZON, T. H. et al. Fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do rio Cabaçal em Mato Grosso, Brasil. **Anais 6º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal**, Cuiabá, MT, 22 a 26 de outubro 2016. **Embrapa Informática Agropecuária/INPE**, p. 464 -474 464. 2016. Disponível em: <https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/2016/pdf/p130.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018

MALHEIROS, T. F.; PROTA, M. G.; PEREZ RINCÓN, M. A. Participação comunitária e implementação dos instrumentos de gestão da água em bacias hidrográficas. **Revista Ambiente & Água**, v. 8, n. 1, p. 98-118, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-3X2013000100008&=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-3X2013000100008&=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 21 set. 2019

MATO GROSSO. Lei Estadual nº 6945, de 05 de novembro de 1997. **Dispõe sobre a Lei de Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências**. Cuiabá-MT, 1997.

MATO GROSSO. Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020 - D.O. 10.03.20. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. **Diário Oficial de Mato Grosso**, nº 22259. Disponível em: <https://http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-6945-1997.pdf>. Acesso em: 10 abril. 2020.

MATO GROSSO. **Plano Estadual dos Recursos Hídricos (PERH-MT)**. KCM Editora, 2009. 184 P. ISBN:978-85-7769.

MATO GROSSO. Resolução nº 04, de 31 de maio de 2006. **Institui a Divisão Hidrográfica do Estado de Mato Grosso**. 2006a. Disponível em: [http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=95](http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=95). Acesso em: 18 set. 2019

MATO GROSSO. Resolução Nº 05, de 18 de agosto de 2006. **Institui a Divisão Hidrográfica do Estado de Mato Grosso**. 2006b. Disponível em: [http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=95](http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=95). Acesso em: 18 set. 2019

MATOS, F.; DE P. C., A.; CKAGNAZAROFF, I. B. O processo de formação e constituição do representante membro de Comitês de Bacia hidrográfica: um olhar sobre a experiência participativa/The process of formation and constitution of the representative member of Basin Committees River: a look at the participatory experience. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 1, p. 3610-3627, 2020. Disponível em: <http://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/6320> Acesso em: 02 fev. 2020

MEIER, M. A. **A representação e a representatividade social do comitê de bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas/RS**. 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/151326>. Acesso em: 16 jun. 2019

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-122008000300006&script=sci\\_tlngr=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-122008000300006&script=sci_tlngr=pt). Acesso em: 16 jun. 2019

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa e saúde**. São Paulo -SP: Hucitec, 2014.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Recursos Hídricos. Panorama e estado dos recursos hídricos do Brasil** - Volume 1/ Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. MMA, 2006a.

MORETTI, E. C.; MARINHO, V. L. F. A gestão de recursos hídricos no Brasil e os comitês de bacias hidrográficas-a experiência do CBH-Miranda (ms). **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 17, p. 123-140, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6416>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MOURA, V.; CARVALHO, L. M. T.; MARTINHAGO, A. Z.; OLIVEIRA, L. T. Análise temporal da dinâmica de uso e ocupação da bacia do Alto Paraguai (BAP): estudo de caso – sub-bacia do rio Jauru. 2009. **Anais do II Simpósio de Geotecnologias no Pantanal**. (p. 916-924). Corumbá/Brasil: Embrapa Informática Agropecuária/INPE.

NUNES, E. A.; FADUL, E.; CERQUEIRA, L. S. Governança das Águas na Bahia: Uma Avaliação Da Participação Social No Comitê De Bacia Do Recôncavo Norte E

Inhambuê. **RdE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 40, 2018. Disponível em: <https://amazon-c.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5440/3643>. Acesso em: 16 jun. 2019.

OCDE. **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil**. [s.l.] Governança dos Recursos Hídricos no Brasil, OECD Publishing, Paris., 2015.

PARDINI, D. J.; GONÇALVES, C. A.; CAMARGOS, L. M. M. A Água - Governança de recursos hídricos: um estudo das manifestações dos stakeholders no estado de Minas Gerais. **Reuna**, v. 18, n. 4, p. 37–56, 2013.

RIBEIRO, P. E. A. M.; HORA, M. A. G. M. **Percepções Dos Comitês De Bacia Hidrográfica E Dos Órgãos Gestores Acerca Da Hydrographic Basin Committees and the Water**. v. 1919, 2019.

ROCHA, G. A. A disputa pela água em São Paulo. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: IEA/USP, 17(47), 153-165. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ea/v17n47/a09v1747.pdf> . Acesso em: 10 fev. 2018.

RODRIGUES, J. M.; SILVA, E. V da. Planejamento e gestão ambiental: subsídios da geoeologia das paisagens e da teoria geossistêmica. Fortaleza: **Editora da UFC**, 2013. 370p.

ROSSETTO, O. C.; NORA, G. D; SAITO, C. H. Desenvolvimento (in) sustentável do Pantanal brasileiro: regionalização e políticas públicas (1970-2018). 2020. **Rev. Terra**

SABOURIN, E. Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E., TEIXEIRA, O. A. (Eds.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – **conceitos, controvérsias, experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402p. Pp.21-37 Disponível em: <http://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=2019151679>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SANTOS, E. F. **Educação ambiental nas nascentes do pantanal no município de Reserva do Cabaçal/MT**. 176 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2011.

SEIXAS, C. S. et al. Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 81, p. 1–21, 2020.

SEMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **SEMA abre chamamento público para apoio administrativo aos comitês de Bacias Hidrográficas**. Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com=article&id=4363:sema-abre-chamamento-pub>, Acesso em: 01 jun. 2018.

SERIGATTO, E. M. **Delimitação automática das áreas de preservação permanente e identificação dos conflitos de uso da terra na bacia hidrográfica do rio Sepotuba-MT**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2006.

SETTI, A. A., LIMA, J. E. F. W., CHAVES, A. D. M., & PEREIRA, I. D. C. **Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos**. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica, 328. 2001. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/123456789/>. Acesso em: 01 jun 2018.

- SHIKLOMANOV, I. World Fresh Water Resources. In GLEICK, P. H. **Water in crisis**. Pacific Institute for Studies in Dev., Environment & Security. Stockholm Env. Institute, Oxford Univ. Press. 473p, v. 9, 1993.
- SIEBERT, D. E.; VECCHIATO, A. B.; DE TAVARES SALOMÃO, F. X. Descrição do Uso e Ocupação da Cabeceira do Rio Jauru (MT) e Caracterização dos Processos de Degradação Ambiental. **E&S Engineering and Science**, v. 1, n. 1, p. 125-133, 2014.
- SILVA, M. S. L; Matthiensen, A; Brito, L. D. L; Lima, J. & de CARVALHO, C. J. R. **Água e saneamento: contribuições da Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.
- SOARES, S. I. DE O. **A Mediação De Conflitos Na Gestão De Recursos Hídricos No Brasil**. Universidade De São Paulo, p. 172, 2008.
- SOUZA FILHO, E. E. As barragens na bacia do rio Paraguai e a possível influência sobre a descarga fluvial e o transporte de sedimentos. **Boletim de Geografia**, v. 31, n. 1, p. 117-133, 2013.
- SOUZA, C. A; SOUSA J. B. A; SILVA, L. N. P. Bacia Hidrográfica do Rio Jauru e seus afluentes - **Enciclopédia; Biosfera, Centro Científico Conhecer** - Goiânia, v.10, n.18; p. 201613 4. 2014.
- SOUZA, F. R. DE. Governança dos comuns e conflitos na gestão da bacia do Rio Itanhém no extremo sul da Bahia. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v. 17, p. 28-46, 2020.
- SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. 11a ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 54p.
- SOUZA, J. R; MORAES, M. E. B; SONODA, S. L; SANTOS, H. C. R. G. A importância da qualidade da água e os seus múltiplos usos: caso do Rio Almada, Sul da Bahia, Brasil. **REDE - Revista Eletrônica do Prodepa**, Fortaleza, v.8, n.1, p.26-45, abr, 2014. Disponível em: <http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/217>. Acesso em: 08 jun. 2018.
- TRINDADE, L. D. L. gestão das águas: limitações e contribuições na atuação dos comitês de bacias hidrográficas brasileiros. **Ambiente e Sociedade**. 1. v. 22, 2019.
- TUNDISI, J. G. & TUNDISI, T. M. Impactos potenciais das alterações do Código Florestal nos recursos hídricos. **Biota Neotropica**, 10(4). 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-06032010000400010&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-06032010000400010&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 08 jun. 2018.
- TUNDISI, J. G. & TUNDISI, T. M. Recursos hídricos no século XXI. **Oficina de Textos**. 2011.
- TUNDISI, J. G. Águas doces no Brasil capitais ecológicas usos e conservação. 3 ed. **São Paulo**: Escrituras, p. 269-324. In: REBOUÇAS, A. da C. Água doce no mundo e no Brasil. In: REBOUÇAS, A. DA C.; BRAGA, B.; 2002.
- TUNDISI, J. G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. **A Água**. 1º ed. São Carlos: Editora Scienza, 2020.
- TURTON, A. R.; HATTINGH, J.; CLAASSEN, M.; ROUX, D. J.; ASHTON, P. J. Towards a model for Ecosystem Governance: An Integrated Water Resource Management Example. 2010. **Water Resources Development and Management**. Springer. 1 – 28 p. 2010.

UNESCO, W. W. A. P. Não deixar ninguém para trás. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos**, p. 12, 2019.

VARGAS, M. C. Recursos Hídricos e Governança: Apresentação. **Agenda Política**, v. 6, n. 3, p. 03-07, 2018. Disponível em: <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/218>. Acesso em: 16 jun. 2019.

## ANEXOS

### APÊNDICE I

#### QUESTIONÁRIO

Governo do Estado de Mato Grosso  
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos  
Hídricos- Hidrologia e Qualidade da Água

Data de aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### 1- IDENTIFICAÇÃO/INFORMAÇÕES DO ENTREVISTADO

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_ Gênero: M ( ) F ( )  
Cor/ etnia: ( ) Pardo ( ) Branco ( ) Negro ( ) Asiático ( ) Indígena  
( ) \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
Rua: \_\_\_\_\_

1. Escolaridade\*: (\*Ens.Fundamental=1ª-8ª série; \*Ens.Médio=1º-3º ano;  
\*Ens.Superior= faculdade)

- ( ) Não estudou/Analfabeto
- ( ) Ens. Fundamental incompleto
- ( ) Ens. Fundamental completo
- ( ) Ens. Médio incompleto
- ( ) Ens. Médio completo
- ( ) Ens. Superior incompleto
- ( ) Ens. Superior completo

2. Renda Familiar\*: (\*Segundo o *DECRETO Nº 8.166/13*, o valor do salário mínimo é de R\$ 724,00)

- ( ) Menos de um salário mínimo
- ( ) 1 salário mínimo (R\$ 998,00)
- ( ) 1 a 2 salários mínimos (até R\$ 1996,00)
- ( ) 2 a 3 salários mínimos (até R\$ 2994,00)
- ( ) 3 a 4 salários mínimos (até R\$ 3992,00)
- ( ) 4 a 5 salários mínimos (até R\$ 4990,00)
- ( ) 5 a 6 salários mínimos (até R\$ 5988,00)

- ( ) 6 a 7 salários mínimos (até R\$ 5988,00)  
( ) Mais de 7 salários mínimos (mais que R\$ 7904,00)  
( ) Não sei

## **APÊNDICE II**

### **ROTEIRO TEMÁTICO PARA A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA**

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_:\_\_\_\_

Tempo de duração \_\_\_\_:\_\_\_\_

Responsável pela entrevista: \_\_\_\_\_

Participante (nome fictício): \_\_\_\_\_

#### **A -Perguntas referentes à dimensão do CAMPO REPRESENTACIONAL (IMAGEM)**

1. Você pode me dizer três palavras que lhe vem a cabeça quando eu falo bacia hidrográfica?
2. E três palavras quando eu falo comitê bacia hidrográfica ?
3. E três palavras quando falo gestão da de bacia hidrográfica?
4. Três palavras quando falo reunião do comitê de bacia hidrográfica?

#### **B - Perguntas referentes à dimensão da INFORMAÇÃO**

5. Você pode me explicar qual é o papel do comitê de bacia, na prática?
6. Para você o que é um comitê de bacia hidrográfica?
7. Qual o objetivo do comitê bacia hidrográfica?
8. O que você entende por comitê de bacia hidrográfica
9. . De que forma você acha que o comitê de bacia hidrográfica auxilia na gestão dos recursos hídricos?
10. O comitê de bacia hidrográfica possui um plano de gestão? Se sim, qual e como é realizado?
11. Como se dá a distribuição das responsabilidades (atribuições) dentro do conselho?
12. Quais são as suas atividades como conselheiro?
13. As ideias que surgem nas reuniões são sempre consideradas?
14. Atualmente quais são as prioridades de comitê de bacia hidrográfica definidas pelo Comitê?
15. Como tais prioridades são atendidas?
16. Há metas e prazos para que as prioridades sejam atendidas?



17. E feito um monitoramento e acompanhamento se tais prioridades estão sendo atendidas?
18. Se sim, como e feito?
19. Os resultados são divulgados para os conselheiros? E para a população em geral? Como isso e feito?
20. 14. Qual e a maior vulnerabilidade (ou problema) do comitê de bacia hidrográfica?
21. Para você quais são as principais dificuldades para o funcionamento do comitê?
22. Ocorrem ou já ocorreram conflitos de interesse que estão relacionados a recursos hídricos? Se sim, como?
23. Como o comitê administra os conflitos existentes dentro do conselho?
24. Há conflito com algum outro setor? Se sim, qual?
25. Quais as conquistas que o comitê de bacia hidrográfica já alcançou?

#### **C - Perguntas referentes à dimensão da ATITUDE**

26. Você participa das decisões relativas a gestão do o comitê de bacia hidrográfica? Se sim, de que forma?
27. O que você acha de sua atuação como conselheiro do comitê de bacia hidrográfica?
28. Você gosta de ser um conselheiro? Se sim, por que? Se não, por que?
29. Você acha que sua opinião e suas sugestões são levadas em consideração nas reuniões do Comitê? Explique de que forma e como se sente?
30. Você como conselheiro se sente motivado em participar do comitê de bacia hidrográfica? Se sim por que? Se não, por que?
31. Você acha que o comitê de bacia hidrográfica influencia/interfere na sua vida cotidiana? Como?
32. Você é e solicitado pela instituição que representa no Comitê para informar sobre as decisões e ações da gestão do comitê de bacia hidrográfica? Se sim, como isso acontece? E como você informa?
33. O que você acha da forma como a gestão do comitê de bacia hidrográfica ao qual faz parte é realizada?
34. Como conselheiro você acha há algo que poderia ser melhorado na gestão do comitê em que atua??
35. O que comitê de bacia hidrográfica representa pra você?



1. Projeto de Pesquisa: Práticas de gestão de três comitês de ética de instituições de ensino de Mato Grosso			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 9			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: INGRID LEITE DE OLIVEIRA			
6. CPF: 886.119.571-72		7. Endereço (Rua, n.º): Rua dos Antunes Quadra 13 Nº14 Cohab Nova CACERES MATO GROSSO 78200000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 85996577021	10. Outro Telefone:	11. Email: ingrileite@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto e devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p>Data: ____ / ____ / ____</p> <p style="text-align: right;">Assinatura</p>			
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
12. Nome: Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT		13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: UNEMAT
15. Telefone: (65) 3311-4900		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: _____ CPF: _____</p> <p>Cargo/Função: _____</p> <p>Data: ____ / ____ / ____</p> <p style="text-align: right;">Assinatura</p>			
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
Não se aplica			